

1950

CATÁLOGO DO ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS

LUIZ DE BIVAR DE SOUSA LEÃO GUERRA  
MANUEL MARIA FERREIRA

CATÁLOGO DO ARQUIVO  
DO  
TRIBUNAL  
DE CONTAS

CASA DOS CONTOS  
E JUNTA DA INCONFIDÊNCIA



TRIBUNAL DE CONTAS  
1950

MFN  
1642

CATÁLOGO DO ARQUIVO  
DO  
TRIBUNAL DE CONTAS

017/019  
GUE+Pat  
m.3

LUIZ DE BIVAR DE SOUSA LEÃO GUERRA  
MANUEL MARIA FERREIRA

CATÁLOGO DO ARQUIVO  
DO  
TRIBUNAL  
DE CONTAS

CASA DOS CONTOS  
E JUNTA DA INCONFIDÊNCIA



TRIBUNAL DE CONTAS  
1950

TRIBUNAL DE CONTAS  
DADI  
BIBLIOTECA/CDI  
N.º 113/2007  
DATA 16/03/07

JUSTIFICAÇÃO DA TIRAGEM

30 exemp. em papel especial,  
numerados

150 em papel comum

N.º 29

CATÁLOGO DO ARQUIVO  
DO  
TRIBUNAL  
DE CONTAS



## SUMÁRIO

- I — EXPOSIÇÃO A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS.
- II — ORDEM DE SERVIÇO N.º 24, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1950.
- III — NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE O ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS.
- IV — CARTÓRIO DA CASA DOS CONTOS.
- V — CARTÓRIO DA JUNTA DA INCONFIDÊNCIA.
- VI — COLECÇÃO DE CARTAS DE PADRÃO, DE TENÇAS, MERCÉS E DOAÇÕES, ESCRITURAS E ALVARÁS.

I

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente :

Em momento particularmente feliz se interessou V. Ex.<sup>a</sup> pela valiosa documentação que se guarda no nosso Arquivo.

Ràpidamente V. Ex.<sup>a</sup> se apercebeu que uma tão completa colecção de espécies, ainda de sumo interesse para a história económica do país, não podia, nem devia, permanecer apagada, desconhecida dos estudiosos, quase inútil no seu significado histórico.

Para obstar a tal estado de coisas, em ordem de serviço, foi determinado que, sem prejuízo do nosso trabalho como contadores, procedessemos, ràpidamente, ao reconhecimento e inventário de todos os livros e papéis existentes no Arquivo. E tão extraordinário era o interesse de V. Ex.<sup>a</sup> pela obra a executar que, em outra ordem de serviço, se dispôs que o primeiro signatário ficasse dirigindo o Arquivo, em regime de interinidade para que, servindo naquela tarefa, ficasse também assegurada a unidade da orga-

nização em marcha e a continuidade dos esforços a desenvolver.

Honrados pela escolha de V. Ex.<sup>ª</sup>, gostosamente nos lançamos ao trabalho, ensombrado somente pelo estado de doloroso abandono em que se encontravam os livros e documentos que constituíam os fundos arquivados.

Um sumário reconhecimento nos habilitou a expôr verbalmente o que encontramos: sob singelo aspecto de ordem, deparou-se-nos confusão enorme de papéis e livros, pertencentes aos mais variados sectores da Administração portuguesa tradicional.

Depressa chegámos à conclusão que estava quase tudo por fazer.

E, porque assim era, superiormente nos fixou V. Ex.<sup>ª</sup>, em ordem de serviço de 28 de Fevereiro passado, a linha de rumo a seguir.

Começamos então o inventário pelos papéis e livros que se nos afiguraram mais antigos. Estavam, porém, essas espécies numa singular simbiose com outras muito mais modernas, o que nos obrigou a uma cuidada separação e classificação dentro de caixas protectoras, de forma a tornar depois fácil o catálogo dos cartórios particulares da Junta de Lamego, Empréstimos da Guerra Peninsular e Mendizabal, Junta do Porto e Erário Provisório de Santarém.

Feita pois tal destriça, elaboramos o catálogo dos documentos respeitantes à Casa dos Contos, Junta da Inconfidência e Inventário das Cartas de Padrão, que ora nos é dado apresentar como primeira fase do nosso trabalho, extraordinariamente facilitado pelas muitas condescendências de toda a ordem recebi-

das do Chefe da 1.<sup>ª</sup> Repartição, Sr. Joaquim Delgado, que, com uma nítida compreensão do valor das espécies que se encontram neste Arquivo, sempre foi dando satisfação a tantas solicitações que por nossa parte lhe foram postas.

Numa segunda fase serão catalogados os grandes fundos do Erário, de que já fizemos um rápido reconhecimento.

Seguiremos, depois, com o inventário das espécies mais modernas.

Paralelamente, e porque se mostrava de premente necessidade, pusemos em ordem a Biblioteca.

Não nos é possível para já, entregar o respectivo catálogo. Contudo, demos aos livros uma arrumação metódica, reconstituindo colecções, e algumas importantes, que se encontravam dispersas.

Com a apresentação da primeira parte do Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas concluímos a primeira fase do nosso trabalho.

Esperamos que, benignamente, o considere V. Ex.<sup>ª</sup> como preito a quem com tanto interesse e constante incitamento acompanhou diàriamente a sua realização.

Lisboa, 29 de Abril de 1950.

OS CONTADORES,

Luiz de Bivar de Sousa Leão Guerra

Manuel Maria Ferreira

## Ordem de serviço n.º 24

Convertem-se em ordem escrita de serviço as instruções verbais, que a prática vem ensinando e confirmando, dadas aos Srs. Contadores Luís de Bivar de Sousa Leão Guerra e Manuel Maria Ferreira, tendentes a organizar e inventariar o que ainda resta e mostra possuir interesse histórico do Arquivo da Casa dos Contos; Erário Régio pombalino, sucessivas Comissões liquidatária, fiscal liquidatária, de exame de contas dos exactores, Conselho Fiscal de Contas e do velho Tribunal de Contas.

O trabalho metuculoso, reflectido, erudito e técnico será dirigido para os seguintes objectivos:

- Discriminação e classificação por grupos, entidades, cartórios, começando pela documentação mais antiga e relevante;
- Obtenção dum arrumo racional das espécies, documentações e provas, de molde a tornar

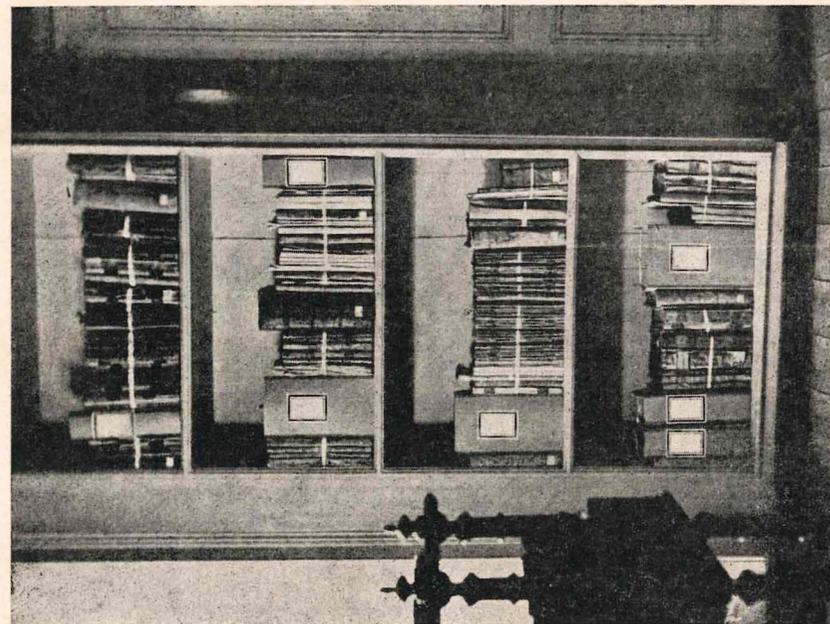
fácil e pronta a consulta e estudo e penetrante a fiscalização das existências, bem como a sua defesa e guarda ;

- Arrumação por cartórios de entidades e grupos homogêneos ;
- Primasia, da esquerda para a direita, dos livros de receita e despesa e outros quaisquer de carácter orçamental, inventários gerais e balanços, seguindo-se desenvolvimentos, provas e, por fim, livros especiais e anexos ;
- Numeração das estantes, casas e prateleiras pela técnica mais recente mas com a preocupação de que à vista fiquem prontamente assinalados ;
- Organização de catálogos especiais e eruditos, a distribuir pelos estudiosos e de ficheiros modernos e completos ;
- Preparação de estudos de história financeira.

Tribunal de Contas, em 28 de Fevereiro de 1950

O PRESIDENTE,

a) Artur Aguedo de Oliveira



*Depois...*



*Antes...*

### III

## Notícia histórica sobre o Arquivo do Tribunal de Contas

O Arquivo do Tribunal de Contas suportou, como tantos outros arquivos nacionais, as vicissitudes do "Tempo e da Fortuna,,.

Se muitas delas se devem atribuir ao destino, outras se podem apontar como originadas na incuria de alguns homens que, dirigindo um Arquivo de tantas tradições, mais cuidaram, por limitado critério, em poupar-se a trabalhos que em defende-lo para o património nacional.

O Arquivo acompanhou sempre os destinos dos organismos que, desde a Casa dos Contos ao actual Tribunal, se foram sucedendo na missão fiscalizadora dos haveres da Corôa e da Nação.

A história de uns é a do outro; onde estavam instalados aí estava o seu arquivo.

Historiando os organismos que antecederam o actual Tribunal vamos seguindo paralelamente o evoluir da massa documental com as suas preciosidades nem sempre bem resguardadas de perdas e delapidações.

\*

A Casa dos Contos esteve instalada, pelo menos desde 1392 até ao segundo quartel do século XVI, num edifício que entestava com o Pelourinho velho e este situava-se no ponto onde hoje se faz o encontro da Rua do Comércio com as da Madalena e Bacalhoeiros (1). Esse edifício abrigava simultaneamente os Contos e a Alfândega.

Dele saíram os Contos entre 1524 e 1526 para o primeiro andar da parte ocidental de um grande imóvel cuja fábrica fora iniciada por D. Manuel I e que, fronteiro ao Terreiro do Paço, se estendia desde o Tejo até ao lado sul do Terreiro do Trigo, voltando as suas costas, pelo nascente, à Ribeira Velha.

Aí estiveram os Contos até ao Terramoto de 1755.

Foi este pavoroso cataclismo que, arruinando aquela vasta construção, destruiu a Casa dos Contos e conjuntamente a Alfândega Real, a Vedoria, o Consulado e as Sete Casas que ocupavam o resto do edifício.

O Arquivo dos Contos acompanhou na sua sorte a casa que servia. Ardeu!

Aídeu tudo, incluindo os livros de escrita tornando impossível aos tesoureiros dos Contos, Francisco da Fonseca e Sousa e António Vaz Coimbra, a prestação das suas contas com o costumado rigor e a exigível clareza (2).

Alguns documentos correntes que escaparam — relativos a propinas, ajudas de custo, etc. (3) — devem ter-se salvo por se encontrarem fora dos Contos, talvez em mão dos particulares a quem depois se pagaram. Se outros escaparam devem jazer ignorados por onde o acaso quis que ficassem.

Da “despesa” apenas se salvaram algumas linhas

(1) Chancelaria de D. João I — (L.º II, fls. 69).

(2) Cartório da Casa dos Contos — L.º 13 e L.º 3, fls. 23.

(3) Constam do L.º 2, fls. 1 a 124 do Cartório da Casa dos Contos.

de papeis da conta e responsabilidade de António Vaz Coimbra (4).

Tudo o mais destruiu o incêndio, unicamente escapando, porque era de ferro, um cofre depois encontrado no desentulho e onde estavam arrecadados valores metálicos. Trata-se de um cofre filipino que se encontra no actual Arquivo do Tribunal de Contas e que, depois de ter sofrido muitos maus tratos, foi, em 1936, poupado à completa ruína que o esperava num patamar de escada entre montes de lixo, junto a uma capoeira.

Desalojada a Casa dos Contos do edifício onde estivera dois séculos nenhum documento nos elucida sobre o seu destino no período que decorre do 1.º de Novembro de 1755 a 8 de Julho de 1758, data em que se verifica o pagamento dos 29\$750 rs. da despesa efectuada com a sua mudança para o novo edifício no Pelourinho Novo (2). Esta despesa é precedida das realizadas com as obras de acabamento do edifício, aquisição de móveis e outras para a instalação definitiva dos Contos, seu despacho e expediente o que tudo importou em 2.267\$840 rs. Pagou-se também a importância de 34\$160 rs. pelo desentulhar dos cofres que ficaram sepultados sob as ruínas da velha casa do Terreiro do Paço (3). Salvamento este, precioso, porque nesses cofres se continham 548\$776 rs. de prata que foram carregados à receita do já citado tesoureiro António Vaz Coimbra (4), e vários penhores de ouro, prata e diamantes que se mandaram para a

(1) L.º 3, fls. 23 do Cartório da Casa dos Contos e Proc. da Conta da Responsabilidade de António Vaz Coimbra, julgado no Real Erário (cota provisória — Cx. 72 do Fundo Geral do Erário).

(2) Cartório da Casa dos Contos — L.º 3, fls. 7.

(3) Cartório da Casa dos Contos — L.º 3, fls. 9 v.

(4) Cartório da Casa dos Contos — L.º 3, fls. 23 e 26.

Casa da Moeda e depois por ordem de El-Rei foram entregues no depósito geral e também "carregados em receita," (1).

Onde demoraria a Casa dos Contos durante aqueles 32 meses?

Teria estado, talvez, instalada numa das muitas barracas de madeira que se construíram na Ribeira das Naus? Não houve forma de darmos com a indicação do local onde esteve. Falhou-nos a documentação.

Em 22 de Dezembro de 1761, El-Rei D. José, pela mão de Pombal, acaba com os Contos do Reino e substitui-os pelo Erário Régio que se alojou no edifício do Arsenal Real, à Praça do Pelourinho, onde aqueles já funcionavam.

Desde o dia (2) em que numa das salas deste edifício o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, tomou posse do cargo de Inspector Geral do Erário Régio como "Lugar Tenente imediato à Real Pessoa de Sua Magestade", ficou este edifício vinculado às tradições centenárias da mais alta fiscalização jurídica das contas públicas.

A mão do poderoso ministro sente-se através de muitos documentos que constituem o fundo do Arquivo, desde a assinatura do auto da sua posse até quando, já trémula e irregular assina em 29 de Outubro de 1776 o auto de posse de José António Rebelo, a quem tomou juramento do cargo de Tesoureiro Geral dos Juros para que fora nomeado por Real Decreto de 29 de Outubro do mesmo ano.

Como dissemos, foi no ano de 1761 que o Erário Régio substituiu a Casa dos Contos e ficou ocupando as suas instalações.

(1) Cartório da Casa dos Contos, L.º 10, fls. 2 v.

(2) 11 de Janeiro de 1762 — Vidé: L.º 1 das Posses do Real Erário, fls. 1.

Mas, o Decreto de extinção dos Contos e criação do Erário já devia estar pronto para se publicar, antes de 22 de Dezembro daquele ano, porquanto, em 11 do mesmo mês e ano, foram carregados em receita ao tesoureiro dos Contos, António Vaz Coimbra, os móveis, pratas, etc. que serviam na primeira daquelas Casas e que por despacho do Conselho da Fazenda transitaram "para o Erário para seu funcionamento" (1).

Com o Erário, inicia-se a constituição dos grandes fundos pombalinos do Arquivo.

Em 30 de Dezembro de 1761, El-Rei D. José determinou que o Conselheiro António Alvares da Cunha e Araújo, assistido por José Gomes Batista e António Feliciano de Andrade procedessem a um exacto inventário de todos os livros, papeis, linhas e quaisquer outros documentos que se achassem nos Contos do Reino e Casa.

Estas espécies, conjuntamente com os livros que deviam servir para a regular administração do seu Real Erário e ainda os que deviam utilizar-se para a escrituração dos diversos contratos, conforme discriminação feita no Decreto de 22 de Dezembro, constituem, hoje, os principais fundos do Erário e a que já aludimos.

Mas outros vieram como vamos ver.

Em 2 de Janeiro de 1765 mandou El-Rei D. José, por uma sua provisão, extinguir a administração da Casa de Bragança com todos os seus empregos e incumbências e passar essa administração para o Real Erário.

Com esta medida deram depois entrada no Arquivo todos os livros daquela Casa sereníssima.

Mais tarde, abolidos os Contos da Mesa da Consciência e as Contadorias das Três Ordens Militares e a Tesouraria Geral dos Cativos, foram recolhidos no Erário, para onde passou a administração das três repartições, todos os livros, cadernos e papeis e todas

(1) Cartório da Casa dos Contos, L.º 10, fls. 4.

as contas que estivessem findas, ou apenas ajustadas ou mesmo não ajustadas.

O alvará de 26 de Setembro de 1762, restabelecendo a cobrança da décima que fora criada pelo Decreto de 9 de Maio de 1654, e que se achava em suspenso, deu origem à formação de dois novos cartórios: os das Décimas da Cidade e da Extremadura.

Como consequência do atentado contra El-Rei proferiu a Junta da Inconfidência uma sentença, sancionada pelo monarca em 17 de Janeiro de 1759, e em virtude da qual reverteram e se incorporaram na Corôa os bens e prazos que a esta haviam pertencido e estivessem em poder dos réus condenados por Lesa Magestade. Em 19 do mesmo mês, ordenou, ainda, D. José o sequestro dos bens dos Regulares da Companhia de Jesus.

Aquela reversão e estes sequestros deram origem a um novo e grande cofre: o da Inconfidência. Presentou o seu tesoureiro, António dos Santos Pinto, contas ao Erário. E como o processo, julgado mais tarde, tivesse que ser instruído com todos os livros da receita e despeza dos bens sequestrados e respectivos inventários, deram eles entrada no Erário como apenso da referida conta, constituindo, hoje, o valioso cartório da Inconfidência que se completou, mais tarde, com os livros relativos aos bens do Morgado de Pedroso.

Depois, já no reinado de D. Maria I, fez-se a junção do Conselho da Fazenda ao Erário Régio, ficando unidos numa só Repartição e Tribunal e subordinados ambos à mesma presidência, trazendo-se, deste modo, para o Erário mais algumas espécies de indiscutível valor.

Esta régia resolução foi seguida, passados quatro anos, de outra que extinguiu, incorporando-a no Erário, a Contadoria do Subsídio Literário, a qual contribuiu para os fundos do Arquivo com todos os livros que lhe diziam respeito.

Por esta forma se constituíram, como dissemos, os grandes cartórios pombalinos.

Com a queda do regimen de D. Miguel e advento do liberalismo, surge uma nova época de incorporações.

O Decreto que em 16 de Maio de 1832 foi publicado em Ponta Delgada pelo Governo do Duque de Bragança, D. Pedro em nome da sua filha e depois D. Maria II, extinguindo o Erário Régio e criando o Tribunal do Tesouro Público, e ainda as diferentes Comissões referidas nos decretos datados de Ponta Delgada em 4 de Junho de 1832 e do Porto em 5 de Novembro e 4 de Dezembro do mesmo ano, só começou a ter ampla execução depois de criada a Comissão do Tribunal do Tesouro Público e com o Decreto de 31 de Agosto de 1833 que confirmou a abolição do Conselho da Fazenda de 16 de Maio de 1832.

Deu-se início ao grande período de reformas fazendárias.

Creou-se para liquidação do Erário uma Comissão liquidatária<sup>(1)</sup> presidida pelo Contador Geral da Contadoria das Províncias, João Lopes de Oliveira e tendo como secretário e vogais, respectivamente, António José Pedroso de Almeida, Carlos José Froment, Raimundo Ildefonso Alves Ribeiro e Mateus Gregório Rodrigues da Costa, todos empregados do organismo extinto.

A Comissão Liquidatária do Erário ficou no palácio que este ocupava e com ela ficou o arquivo que, embora isso possa pesar a quem afirma o contrário, nunca saiu para o Palácio dos Estaus.

O Tribunal do Tesouro Público, esse sim, instalou-se nos Estaus.

E já que nos é dado abordar este assunto não podemos deixar de corrigir uma afirmação de Júlio de Castilho que, como veremos, a fez com fundamento pouco consistente. No vol. X da sua Lisboa Antiga, Bairros Orientais, 2.<sup>a</sup> ed. a págs. 73, referindo-se ao

(1) L.<sup>o</sup> 1 do Reg. de Decretos e Portarias, da 1.<sup>a</sup> Secção da 1.<sup>a</sup> Rep. de fls. 1 a 3.

edifício da vereação da cidade de Lisboa diz: "A vereação, com a saída da família real em 1807, ficaria certamente muitíssimo à larga, se não fosse uma invasão de outras repartições, que vieram alojar-se no prédio. Aí estava ainda, em 1824, o Erário Régio., E como nota ao texto acrescenta: "Segundo se depreende de uma frase a págs. 126 do Itinerário Lisboense de 1824".

Fomos consultar o referido Itinerário e ficámos surpreendidos como aquele ulisipógrafo se deixou arrastar ao fazer tal afirmação.

O Itinerário diz assim a págs. 126: "Largo do Pelourinho — é o que faz frente ao Erário Régio".

O Erário Régio estava onde sempre esteve, onde está hoje o Tribunal de Contas, e nunca daqui saiu.

Logo, o Largo do Pelourinho fazia frente ao edifício como muito bem diz o Itinerário. Ao tempo, (1824) o edifício do Erário com o seu frontão e a sua varanda de cantaria sobreposta a um arco fechado por um portão monumental, enfrentava todo o largo estendendo-se para poente até à Casa do Risco, e tinha muito mais imponência que o palácio do Senado.

É lógico, portanto, que o autor do Itinerário ao designar o largo do Pelourinho se referisse ao Erário e não ao edifício do Senado, mais modesto sem dúvida.

Talvez Castilho ignorasse que o Tribunal de Contas do seu tempo era o sucessor do Erário de 1824 e daí a prontidão com que se inclinou a tomar como frente do largo o edifício do Senado. São muitas e muito evidentes as provas da permanência do Erário e organismos sucessores nesta casa desde a sua fundação até hoje. E até quando foi temporariamente substituído pelo Tribunal do Tesouro Público, aqui permaneceu a Comissão Liquidatária e com ela o Arquivo.

Em 1812 foi de facto instalar-se no palácio do Senado uma Repartição cujos arquivos deram mais tarde ingresso no Arquivo do Erário, mas essa Repartição, à data da sua instalação ali, não pertencia ao Erário nem tinha nada que ver com este. Tratava-se da

Chancelaria da Corte e Casa de Suplicação que se foi instalar no primeiro andar do dito palácio ao lado da Rua dos Capelistas, hoje Rua do Comércio<sup>(1)</sup>.

Passemos agora ao relato das novas séries incorporadas.

A partir de Agosto de 1833 ordenou-se a separação de todos os papéis, contas e livros anteriores a essa data<sup>(2)</sup>, começando a organizar-se os novos fundos no Tribunal do Tesouro, ficando aqueles no Arquivo, onde já se encontravam à guarda da referida Comissão Liquidatária.

O decreto de 19 de Agosto de 1833 mandando extinguir a Chancelaria-Mor do Reino deu origem à incorporação no Arquivo do seu precioso cartório, não obstante o decreto de extinção ter determinado a recolha à Torre do Tombo de todos os livros.

Vários papéis das Comendas ingressaram no Arquivo pela provisão de 23 de Dezembro de 1833<sup>(3)</sup>.

Por uma outra provisão incorporaram-se os livros e mais papéis dos arquivos das Extintas Superintendências dos Velhos e Novos Direitos, anteriores a 1 de Agosto de 1833<sup>(4)</sup>.

Em 14 de Julho de 1836 ocorreu o formidável incêndio do Tesouro Público que estava nos Estaus.

"O Director da Contadoria do Tesouro, todos os seus empregados, os conselheiros, os empregados das diversas repartições, especialmente os do Governo Civil, deram-se aos maiores trabalhos e fadigas" para salvar todos os papéis e livros<sup>(5)</sup>.

(1) Real Erário — L.º 4, fls. 6.

(2) Real Erário — Fundo Geral — Registo de Decretos — L.º 5, pág. 2 e L.º 11-A, fls. 51.

(3) Real Erário — Fundo Geral — L.º 5 das Ordens — pág. 12.

(4) Real Erário — Fundo Geral — L.º 2 dos Registos de Portarias — fls. 113.

(5) Gazeta de Lisboa — n.º 167 — pág. 849, 3.ª col. — 1836.

“Entre o povo, os costumados amigos do boato e da calúnia, no propósito de denegrirem a acção governativa faziam o infame comentário: agora estão salgadas as contas... queimou-se o Tesouro para se queimarem as contas”.

“Perversos, por uma imprevista desgraça ardeu a casa do Tesouro, porém as contas, e todos os seus documentos salvaram-se...”<sup>(1)</sup>.

E, de facto, tanto assim era que foram no dia seguinte os juros postos a pagamento ininterruptamente no edifício do antigo Erário enquanto pudesse aparecer alguém direito a recebê-los.

O incêndio foi pavoroso e consumiu todo o edifício em poucas horas<sup>(2)</sup>.

O Tesouro Público acolheu-se à Biblioteca Real, no Terreiro do Paço, onde, até há pouco mais de um ano, funcionavam a Fazenda Pública e as Contribuições e Impostos<sup>(3)</sup>.

Os raros papéis que arderam e a maioria dos que se salvaram eram quase todos correntes, exceptuando o cartório da Casa do Infantado que era constituído por papéis antigos. O povo e os empregados do Tesouro, com heroísmo, conseguiram salvar muitos e levaram-nos para a Igreja de S. Domingos de onde depois seguiram em carros de bois para as novas instalações do Tesouro, no Terreiro do Paço<sup>(4)</sup>.

Como se depreende destas notícias também não é verdade que o Tribunal do Tesouro se tivesse instalado no Palácio do Senado. O que nele se instalou, em consequência do incêndio, foi a Secretaria da Fazenda<sup>(5)</sup>.

Do grande incêndio ficou também, como contraste,

(1) Gazeta de Lisboa — n.º 167 — pág. 849, 2.ª col. — 1836.

(2) O «Independente», o «Nacional», de 15-7-1836 e Gazeta de Lisboa, n.ºs 167 e 170, de 15-7-1836 e 20-7-1836.

(3) Gazeta de Lisboa — n.º 173, pág. 873 de 23-7-1836.

(4) O «Independente» — n.º 124 de 16-7-1836.

(5) Periódico dos Pobres — de 16-7-1836.

uma nota cómica, ventilada com exacerbação crítica no “Independente” de 15 de Julho de 1836.

Foi o caso que o comandante dos bombeiros, official artilheiro até à medula, pretendeu isolar a ala esquerda do Palácio dos Estaus, ainda não atacada pelo fogo, mandando vir artilharia para à força de bala separar as duas alas do edificio!

O Registo de Portarias da 1.ª Secção<sup>(1)</sup> elucida-nos sobre a incorporação no nosso Arquivo dum grande cartório salvo do incêndio — o da extinta Casa do Infantado.

Em Abril de 1837 vieram todos os livros e mais papéis da Alfândega das Sete Casas<sup>(2)</sup> anteriores a 1833 e em 9 de Julho de 1838 ingressaram os livros da receita e despesa que serviam nas extintas Chancelarias dos Contos, Cidade, Côrte e Casa da Suplicação.

Em data não precisa mas que deve ter ocorrido no final do ano de 1842 ingressaram no Arquivo os cartórios da Junta do Porto e os dois que lhe estavam adstritos — do Erário Provisório de Santarém e da Junta de Lamego, a que mais tarde se juntaram os documentos, correspondência e mais papéis relativos aos empréstimos Mendizabal, constituindo tudo um núcleo de grande importância e interesse histórico.

Este grande ciclo de incorporações termina em 1856 com as contas, livros e papéis enviados pela Junta do Crédito Público e relativos a vários empréstimos<sup>(3)</sup>.

Um outro grande cartório existia no Arquivo apesar de uma portaria de 30 de Setembro de 1833 e ter mandado entregar no Tribunal do Tesouro Público

(1) L.º 2, fls. 151, 181, 213 e 238 — Fundo Geral.

(2) Idem, idem, fls. 183.

(3) Fundo Geral do Arquivo do Tribunal de Contas — Livro de Registo de Officios 1850-1856 — fls. 13 v.

para se lhe dar ulterior destino <sup>(1)</sup>: era o da Casa das Senhoras Rainhas.

Porque estava no Erário?

Porque não seguiu o destino que aquela portaria lhe marcara?

Não parece fácil de apurar.

Até 1856, portanto, uma série de acertadas medidas foram concentrando, num só arquivo, todos os núcleos de preciosos elementos para a história financeira do país.

Mas triste destino estava reservado a esta colecção, laboriosamente amontoada.

\*

Entretanto foi o Arquivo alargando as suas instalações.

Em 1854 conseguiu-se que as Obras Públicas, como compensação de umas outras salas cedidas, entregassem de novo, as lojas de Rua do Arsenal, para ampliação do Arquivo <sup>(2)</sup>. Mas logo em 1869 se reconhecia a sua insuficiência. Operou-se então uma troca: o Tribunal de Contas cedeu as referidas lojas para nelas se instalarem a Recebedoria do Bairro Central e recebeu uma grande sala de 35 metros de comprimento que é hoje a sala 7 <sup>(3)</sup>.

Alcançado o espaço, pensou-se então com acerto na arrumação e catalogação de todo o precioso recheio do Arquivo. Infelizmente, estas boas intenções não foram dominadas por um critério perfeito e lógico. Recorreu-se ao sistema de trabalhos extraordinários desempenhados por sucessivas comissões. A elas se

<sup>(1)</sup> Fundo Geral do Arquivo do Tribunal de Contas — Livro 1.º das Portarias — fls. 7.

<sup>(2)</sup> Fundo Geral do Arquivo do Tribunal de Contas — Livro de Extractos de Offícios — 1850-54 — fls. 9.

<sup>(3)</sup> Offício do Ministério da Fazenda de 1-10-1869 — Vidé Ferreira Lobo—Regimento Anotado edição de 1878 — pág. 87.

refere largamente Ferreira Lobo nas suas notas ao Regimento de 1869, na edição de 1878.

Ferreira Lobo, filho do Visconde de S. Bartolomeu que foi Conselheiro do Tribunal de Contas e seu Presidente, deve ter sido um dos funcionários de mais brilhante carreira e da maior competência desta casa. Conhecedor profundo do seu ofício, não seria, ao que parece, um especialista de assuntos de arquivística, pois de contrário a sua crítica não deixaria de cair com severidade repreensível sobre os trabalhos de algumas dessas comissões, como eiogiosamente o fez para a primeira delas.

Narremos esses trabalhos e os seus resultados.

A primeira comissão, muito numerosa, diz-nos Ferreira Lobo, foi nomeada logo após a extinção do Erário. Não sabemos quem a constituía, nem temos elementos que nos indiquem nomes nem datas precisas, mas do resultado dos seus trabalhos ficou de facto alguma coisa por onde hoje se torna possível reconstituir os cartórios que depois nos foram arrebatados. A ela se deve um grosso in-folio que constituiu o catálogo-roteiro do existente naquela época. Infelizmente as posteriores desintegrações e a mudança do que restava para outras salas, e com nova numeração, fez perder quase totalmente a utilidade desse trabalho que hoje, como dizemos, serve apenas para provar a existência dos núcleos que se dispersaram.

Ferreira Lobo esclarece-nos ainda que, em 1867 e em 1870, foram constituídas outras duas comissões.

A primeira, sob a direcção do secretário do Tribunal, Francisco Pereira Garcez, devia ocupar-se do inventário de todos os volumes que ainda se encontrassem no Arquivo, ordenando-os por cartórios, orientando-se pelos antigos inventários. Nada fez ou se alguma coisa realizou, não deixou rasto o seu trabalho.

A segunda comissão foi incumbida de, alternadamente com o seu serviço das contadorias, separar os processos, maços e papéis que se achassem inutilizados para serem destruídos, fazendo-se, depois, deles

uma descrição circunstanciada, em termos lavrados e assinados pelos membros que a compunham. Também dos trabalhos desta comissão não ficou vestígio, afortunadamente diremos, pois a actividade propendia a diminuir o valor documental repartindo por outras estações oficiais e teria chegado até nós o conhecimento de alguma preciosidade cuja perda teríamos que lamentar.

Em 1874 começou a trabalhar no Arquivo, Cipriano Henrique Cabral da Costa. Seria pessoa metódica e era de certeza muito trabalhador, pena foi que os seus conhecimentos de arquivística ou o seu interesse e carinho pelo Arquivo, não o levassem a opôr-se, por todas as formas, à criticável desintegração depois verificada de tanta espécie digna de apreço e que hoje ou não se sabe por onde pára, ou jaz votada ao esquecimento e sem leitores.

A Cipriano Cabral alguma coisa se deve. São da sua letra os catálogos da Décima da Cidade e o livro 4.º do Inventário, como também são de orientação sua, embora de outra letra, os registos dos processos que andavam por catalogar e o roteiro sumário. É certo que, a não ser o catálogo da Décima da Cidade, todos os restantes livros já só têm utilidade informativa, mas se nem estes elementos possuíssemos, mais moroso e árduo seria o nosso trabalho de inventário e catalogação.

Chegou o ano de 1875 que veio marcar escuríssima data na vida deste Arquivo. Mais uma comissão foi investida de repreensíveis poderes. Foi encarregado de a dirigir o lente da Cadeira de Finanças do Curso de Direito da Universidade de Coimbra, João José de Mendonça Cortez, segundo instruções precisas recebidas superiormente. Não é portanto da sua responsabilidade o critério censurável, por ter sido dispersivo, mal orientado e descuidado, que norteou os trabalhos a realizar. Disseram-lhe que a sua missão seria a de separar e classificar os papéis, registos e livros exis-

tentes no Arquivo "inutilizando os reconhecimentos desnecessários e remetendo aos arquivos das repartições competentes os que não dissessem respeito ao Tribunal". Ordenaram assim e ele cumpriu!

O arquivista Cipriano Cabral ficou fazendo parte da Comissão percebendo pelo seu trabalho uma gratificação especial <sup>(1)</sup>.

Encetaram os trabalhos pelo importante cartório da Casa das Senhoras Rainhas, não porque contivesse os documentos de maior antiguidade mas por ser aquele que poderia trazer por certo ao Estado alguma receita, proveniente do apuramento de inúmeras contas ainda não prestadas e de alcances apurados, na importância de 40 contos de reis.

Foi a Comissão de parecer que o cartório em questão deveria ser fragmentado, ficando no Arquivo, numa secção, as contas liquidadas, e numa outra secção, as contas por liquidar. Todas as outras espécies seriam entregues aos Arquivos do Tesouro, do Reino, Torre do Tombo, etc.

Como se vê o critério era este: tudo quanto dizia respeito a contas e finanças ficava no Arquivo, tudo o que se relacionava com a administração, chancelaria, etc., saía para ser distribuído.

Assim, de um cartório único, centralizado, completo e perfeito, fizeram-se três, quatro ou mais, dispersos incompletos e, o que é pior, completamente ignorados. Parece-nos que não é descabido classificar esse critério de errado e os factos posteriores, que vamos narrar, reforçam este nosso ponto de vista.

Logo após a inventariação da Casa das Senhoras Rainhas começou a Comissão a trabalhar no chamado cartório dos Jesuítas que era afinal o da Inconfidência. Além de um ligeiro apontamento, deste segundo trabalho nada resultou também.

---

<sup>(1)</sup> Vide: Relatório da Comissão publicado no *Diário do Governo*, n.º 56, de 12-3-1877.

Em Julho de 1884 as salas do Arquivo, que deviam estar peçadas de livros, papeis e processos, foram visitadas pela Junta de Saúde, a qual foi de parecer que deviam ser imediatamente apartados os livros que não pertencessem ao Arquivo para serem enviados às repartições competentes ficando, deste modo, as salas desatracadas.

Presidia, então, interinamente ao Tribunal o Conselheiro Serpa Pimentel que visitou o Arquivo e ordenou verbalmente ao arquivista Cipriano Cabral que lhe expusesse os meios e destino que convinha dar às referidas espécies.

Por escrito e com data de 15 de Julho desse mesmo ano o arquivista deu o seu parecer, nos seguintes termos: "Os meios são nomear empregados para proceder à verificação dos livros e papeis que devem ser remetidos aos diversos cartórios de Repartições estranhas ao Tribunal, tais como Secretarias de Estado, Junta do Crédito Público, Torre do Tombo e Biblioteca. Diversas têm sido as Comissões, algumas só para recolher os papeis inúteis, mas como não tem sido remuneradas deixam de existir".

Decerto como consequência desta exposição logo em 12 de Agosto imediato, o Visconde de Bivar, que servia de Presidente interino, nomeou uma Comissão composta pelo 1.º contador António Tomaz de Assa Castelo Branco, Cipriano Henrique Cabral da Costa, arquivista com a categoria de 2.º contador e o aspirante Sebastião Maria de Figueiredo, para em regime de serviços extraordinários, das 8 às 11 horas da manhã, e com gratificações mensais de, respectivamente, 20\$000, 10\$000 e 4\$500 rs., levarem a efeito o que se pretendia realizar no Arquivo.

Ficaram, assim, encarregados do exame e classificação dos livros e documentos existentes, organizando e removendo para as tais repartições competentes tudo quanto devesse ser para lá remetido. É de estranhar que desta Comissão já não fizesse parte o lente de Coimbra João José de Mendonça Cortez que tinha sido

despachado e tomara posse do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1881.

Decorrido um ano deu a comissão por terminada a primeira fase dos seus trabalhos com um relatório apresentado a Serpa Pimentel que, de novo, era Presidente interino.

Por este relatório se toma conhecimento do que fez a Comissão.

Foi muito, mas desventuradamente com critério dispersivo e desastroso, porquanto, em 4 de Outubro de 1884, começaram a sair do Arquivo, num triste cortejo, magníficos cartórios que com tão louvável diligência se reuniram no decorrer de tantos anos.

Quanto não teria sido mais perfeito o trabalho se, com um pouco mais de energia e acerto, se levantassem novas estantes que comportassem o que andava disperso e desarrumado, e deveria ter ficado no Arquivo onde muito bem e rectamente estava! Expliquemos melhor:

Vamos dividir os trabalhos da Comissão em duas partes.

A primeira, de reconhecimento, ordenação e catalogação, foi útil e louvável; porém não podemos deixar de considerar censurável e digna de lamentar a segunda que foi de dispersão e perda.

Em primeiro lugar procederam à alfabetação dos maços dos livros das superintendências da Décima dos anos de 1762 a 1833 "que se encontravam disseminados nas diversas estantes que compunham o cartório da antiga contadoria da cidade". Reuniram assim 10.224 livros que constituíam 2556 maços. Posteriormente deve ter sido feita nova arrumação, visto que, actualmente, o cartório da Décima da Cidade comporta 1197 maços e o da Extremadura 685 maços, o que totaliza 2882 maços, excedendo portanto em 326 a primitiva catalogação. Ocupam 56 corpos de estantes.

Seguiram no seu trabalho com a organização do cartório dos processos julgados pelo Tribunal desde a

sua criação até 1884, em número de 20.140 processos que dividiram em maços de 20, num total de 1007 maços. Este cartório foi crescendo até 1910 e é hoje constituído por 36.559 processos distribuídos por 5.741 caixas que ocupam 103 corpos de arquivo.

Neste cartório a Comissão incluiu todos os livros dos Exactores da Fazenda que serviram anteriormente a 1859 num total de 6.000 livros agrupados em 592 maços, hoje reduzidos a 560 maços que ocupam 21 corpos de estante.

Foi esta a parte útil do trabalho desta Comissão, de louvar pela forma como foi executada no que respeita à arrumação. Quanto à catalogação é perfeita na parte respeitante às incorporações de processos do Tribunal e da Décima da Cidade, imperfeita na da Extremadura, cujo catálogo já nem existe, e aceitável na referente aos livros dos exactores da Fazenda.

Examinemos agora o reverso da medalha.

Começou-se cedo. Nomeada em Agosto de 1884, a Comissão, logo a 4 de Outubro do mesmo ano, deu início à desintegração das espécies que constituíam alguns dos mais ricos cartórios. Zelosa no cumprimento das instruções recebidas, não esboçara a mais pequena resistência. Essas instruções foram para a Comissão um mote que glosou em todas as medidas.

Felizmente que teve o cuidado de relacionar tudo quando saiu para de tudo ficar recibo, de forma que se não sabemos, exacta e precisamente, onde param os livros e documentos, sabemos, pelo menos, para onde foram e quem os recebeu, com excepção dos livros do Conselho da Fazenda e mais alguns do Erário que não sabemos porque se encontram no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

Parecerá descabido que, num catálogo dos fundos existentes no Arquivo do Tribunal de Contas, se venha fazer uma descrição dos cartórios que já aqui não existem, mas também se nos afigura ter interesse relatar o essencial a este respeito para se poder avaliar da importância de uma colecção única no país sobre his-

tória económica e fazendária que um errado critério desorganizou sem remissão.

Vejamos, portanto, o que recebeu cada um dos serviços para onde se fizeram as remessas nos diferentes anos compreendidos entre 1884 e 1889.

### Torre do Tombo

Foi este Arquivo contemplado com o melhor que havia.

Recebeu sucessivamente: *em 10 de Dezembro de 1884* — 36 livros que constituíam o cartório da Chancelaria da Casa das Senhoras Rainhas, desde 1643 a 1833; *em 24 de Agosto de 1885* — 2 livros dos Tombos dos Almojarifados de Orgens e Nespreira, em Viseu, organizados em 1769 e pertencentes ao Cartório da Casa das Senhoras Rainhas; 83 livros dos Ordenados dos Ministros e Officiais da Casa das Senhoras Rainhas de 1751 a 1783; 115 livros dos ordenados, tenças, mercês e esmolas dos officiais e criados da Casa das Senhoras Rainhas, de 1751 a 1831, (Família Portuguesa); 60 livros, id., (Família Alemã); 68 livros, id., de tenças e esmolas; 50 livros das folhas dos Ordenados dos criados das cavaliças da Casa das Senhoras Rainhas, de 1758 a 1807; 6 livros das vestearias dos criados das cavaliças de 1751 a 1757; *em 6 de Fevereiro de 1886* — 255 maços de documentos diversos, escrituras e despachos do expediente da Repartição da Secretaria da Casa das Senhoras Rainhas, de 1741 a 1827: *em 3 de Fevereiro de 1888* — 37 cartórios cujo número de livros e maços não se indicam e que eram os seguintes: Alfândega do Açúcar, Alfândega do Tabaco, Administração da Iluminação da Cidade, Almojarifados da Coroa, Autos dos Sequestros de 1828-1833, Basílica, Casas das Obras e Paços Reais, Casas da Índia, das Carnes, das Rainhas e do Infantado, Consulados da Alfândega Grande e da Casa da Índia, Chancelarias Mór da Côte

e Reino, da Corte e Casa da Suplicação, das Ordens Militares, dos Contos da Cidade, das despesas miúdas do Conselho da Fazenda, das diversas Alfândegas do Reino, da Fábrica das Sedas, do Imposto dos Vinhos, dos Jesuitas, da Mesa dos Azeites, da Mesa da Consciência e Ordens, da Mesa do Sal, dos novos direitos da Chancelaria Mór da Côrte e Reino, do Paço da Madeira, da Patriarcal, dos Rendimentos dos Cativos e Heranças dos Jesuitas, do Rendimento do Pelourinho, e Adelas, do Rendimento dos Foros, do Rendimento das Cavalgadas, do Rendimento do Pescado Fresco e Seco, do Rendimento do Selo, das Sisas do Cabeção, da Sisa, da Fruta e da Companhia das Lezirias. Quatro forais, a saber: Tavira (1504), Castelo Branco (1510), Povos e Castanheira (1510) e Cascais (1650), os três primeiros em pergaminho, encadernados, e o último em papel.

#### Ministério da Marinha

Entre *30 de Abril de 1885 e 8 de Junho de 1886* recebeu: 600 livros de que fazem parte os da despesa e receita das capitánias, naus, obras, almoxarifados, bens sequestrados, soldos, prés e mantimentos na Metrópole, Índia e Brasil e ainda os de assentamento das praças e degredados entre 1759 e 1822, relacionados em 16 cadernos e minuciosa descrição; em *27 de Dezembro de 1886* — 60 livros de receita e despesa do Estado da Índia.

#### Ministério da Guerra

Entre *4 de Agosto de 1884 e 14 de Novembro de 1887* foram-lhe entregues 4210 espécies relativas ao período decorrido entre 1651 e 1824 e de que faziam parte além dos livros das despesas de toda a natureza efectuadas com as tropas, os assentamentos, registos de praças e oficiais, registos de ordens relativas a despesas, etc.

#### Câmara Municipal de Lisboa

Recebeu em *4 de Maio de 1888* — 4 livros auxiliares para diversas obras de ruas e calçadas de Lisboa de 1780 a 1794, 1 livro da despesa feita com as obras do Rio Coima, mosteiro de St.<sup>a</sup> Joana, estatua equestre, molhe de Paços d'Arcos, etc., 1 livro de contas correntes, letra A da Junta do Comércio (os outros foram para a Torre do Tombo), 3 livros borradores das Obras da Praça do Comércio, e 1 livro razão das obras da dita Praça.

#### Administração da Fazenda da Casa Real

Em *14 de Março de 1888* recebeu os cartórios do Reguengo de Algés; o da Superintendência dos Foros da Ajuda; dos ordenados, moradias e vestiarias e despesas da Casa Real; da Real Ucharia; dos ordenados dos criados particulares e o das folhas dos particulares.

#### Provedoria Geral dos Recolhimentos

Foram-lhe entregues em *27 de Outubro de 1886* os cartórios dos Recolhimentos de Lázaro Leitão, S. Cristóvão, Passadiço, Nossa Senhora da Encarnação e Carmo.

#### Secretaria da Patriarcal

Para esta Secretaria foi em *14 de Novembro de 1889*, o tombo do Colégio de Nossa Senhora da Conceição de Santarém, fundado pelo Padre Duarte da Costa.

#### Tesouraria do Ministério da Fazenda

Couberam-lhe, em *12 de Novembro de 1884*, 2913 apólices de empréstimos relacionadas e três relações distintas.

### Real Casa Pia de Lisboa

Em *1 de Junho de 1889* — 44 vols. de livros e documentos de receita e despesa dos anos corridos de 1865 a 1869.

### Arsenal de Marinha

Recebeu, em *15 de Maio de 1888* 4 livros de registos de certidões de medições das obras do Arsenal no sitio da Ribeira das Naus, debaixo da administração da Junta do Comércio. Anos de 1763 a 1769.

A leitura destas listas causa assombro, não se sabendo o que mais admirar — se a pertinácia da obra de demolição, se a inconsciência manifestada relativamente ao valor e significado da massa documental que aqui tinha o seu lugar. Não se procurou saber se os cartórios estavam no lugar próprio, se seria um crime fragmentá-los. Havia que alijar a carga, para qualquer lado e de qualquer forma. E assim se fez. Afanosamente se fragmentaram e dispersaram os cartórios. Sem critério definido, mandaram-se embora livros, conservando, aqui, outros da mesma espécie e natureza; para um lugar foram uns, absolutamente idênticos a outros que se enviaram para organismo diferente; se para tal cartório se procurou preservar a parte financeira prescindindo da administrativa, com outros porém sucedeu o contrário — saiu o que dizia respeito à história económica e ficou o que se relacionava com a administração pública.

Alguns cartórios saíram no seu conjunto e totalidade, estando hoje perdidos ou em tão precária arrumação que hoje nem podem ser consultados. Sucede isso, por exemplo, com os da Basílica e da Mesa do Sal. O primeiro destes não se sabe onde pára e o segundo existe mas sem catalogação nem ordem. Aqui no Arquivo, se não estavam perfeitamente catalogados, encontrar se-

-iam, pelo menos agora, ordenados e arrumados e poderiam ser de fácil consulta.

A Comissão agiu tão inconsideradamente que, em 18 de Julho de 1884, depois de autorizada, entregou ao Conselheiro José da Costa Gomes, “três livros muito bem encadernados que tratam minuciosamente do Comércio de Portugal com as Nações Estrangeiras em 1774”. Manuscritos valiosos que discorriam acerca de operações de troca da época com géneros e mercadorias diversos com a Holanda, Inglaterra, França, Castela, Nápoles, Hamburgo, Rússia, Mauritânia, etc. Entregou a Comissão os referidos três livros, mas como não podia deixar de ser, ficaram outros dois livros manuscritos que tratavam da Balança Comercial com países estrangeiros em 1797, que por virtude de diligências efectuadas, em 1942, pelo Instituto Nacional de Estatística foram, por ordem superior, entregues na sua Biblioteca.

Em 1889, ao insistir por mais uma gratificação não concedida, dissolveu-se a Comissão, ficando Cipriano Cabral todo entregue à sua actividade de Arquivista, catalogando pontualmente os processos que se iam incorporando e dando a tudo uma arrumação cuidada. Organizou ainda uma Biblioteca que instalou fora do Arquivo.

Depois da sua morte, ocorrida em 15 de Novembro de 1901, sucederam-se vários funcionários na direcção do Arquivo, em certa época até com a categoria de chefes de secção.

Em princípios de 1928 novo temporal assolou o Arquivo.

Faltavam caixas para as novas incorporações e não se encontrou melhor solução que retirar as ocupadas pelos processos anteriores a 1849 que se amontoaram no pavimento da sala 7, sem ordem nem método, como inúteis. Como isto não bastasse lançou-se mão das caixas que abrigavam os papéis da Inconfi-

dência, Junta da Lamego e Empréstimos Estrangeiros que também foram para o monte. E, logo depois em 1931 tratou de se vender a papelada cuja retirada começou a efectuar-se, em princípios de 1932.

Por essa altura, veio ao Arquivo o conservador da Biblioteca da Ajuda, Dr. Jordão de Freitas, que pediu para consultar muitos dos papéis existentes em 56 pastas que ocupavam uma parte do sobrado da sala 7. Falou-se então muito de alguns valiosos documentos que nelas se encontravam e não sabemos, se por esse motivo, ou por outro, foi superiormente determinado que se suspendesse a venda que se vinha efectuando.

Quando em Agosto de 1932 veio dirigir o Arquivo, o 2.º contador Joaquim Parreira Branco deve logo ter compreendido a importância dos documentos que se encontravam num vasto monte e procurou salvá-los da perda ou dispersão.

Os processos antigos que se encontravam espalhados pelo sobrado foram por ele mandados empaquetar e dispor nas estantes vagas; os documentos que encontrou dispersos foram metidos nas tabelas das estantes da sala 8, protegidos por umas grandes pastas de cartão, o que permitiu que eles chegassem até ao presente em condições de se poderem classificar, ordenar e catalogar. Os livros dos empréstimos ingleses e das despesas da Guerra Peninsular foram postos a bom recato especialmente o L.º I das Contas Correntes dos dinheiros entregues aos pagadores por conta da Grã-Bretanha, óptimamente encadernado, que foi retirado de cima de um balcão onde estava servindo de prato a um vaso de plantas que lhe deixou marca indelével.

Para se poder avaliar a importância das espécies salvas bastará dizer-se que delas fazia parte um grande embrulho que tinha por fora um rótulo dizendo: "contém 200 cartas de padrões em pergaminho. Vol. VI" o que deixa supor a existência de outros cinco maços. Dentro deste pacote encontravam-se padrões dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Criado o lugar de conservador-arquivista pelo dec. lei n.º 22.257 de 25 de Fevereiro de 1933, somente em 7 de Novembro de 1936 tomou posse do cargo o Dr. João José de Brito e Silva que fora assistente do 4.º grupo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e 1.º Conservador do Arquivo e Museu de Arte da mesma Universidade e organizador, inventariante e catalogador dos próprios nacionais no distrito de Coimbra. Apesar da sua competência técnica e das suas duas formaturas em direito e em letras, era uma pessoa modesta. Incansável trabalhador entregou-se gostosamente à reorganização do Arquivo que se lhe confiara. Porém, absorvido quase exclusivamente pela parte protocolar das suas funções, o seu trabalho, nem sempre justamente apreciado, foi totalmente encaminhado no sentido de aperfeiçoar a catalogação de forma a dar completa satisfação às constantes exigências do serviço das repartições da Direcção Geral.

A sua morte ocorreu já nos nossos dias de funcionários.

Terminando este pequeno trabalho, aqui lhe consignamos a nossa homenagem.

## IV

### Casa dos Contos

As quarenta e sete espécies que constituem este cartório são, como já dissemos no preâmbulo, o pouco que escapou do incêndio que se seguiu ao terramoto do 1.º de Novembro de 1755 e que destruiu todo o casarão em que estavam instaladas a Alfândega, as Sete Casas, a Casa dos Contos, etc.

Tudo quanto pudéssemos aqui afirmar sobre este primitivo e longínquo organismo de fiscalização das contas públicas seria supérfluo visto estar no prelo uma obra da distinta escritora Doutora Virginia Rau historiando a Casa dos Contos, trabalho exaustivo, destinado a solenizar o centenário do Tribunal de Contas verificado em 10 de Novembro de 1949.

\* \* \*

1 ————— L.º da Despesa e arrecadação da conta de Francisco da Fonseca e Sousa que serviu de Tesoureiro dos depósitos dos Contos

- do Reino e Casa de 18 de Dezembro de 1748 até 18 de Julho de 1752.  
425 × 300 — 63 págs. — enc. de pele com ferros.
- 2 ————— L.º da Despesa da conta de António Vaz Coimbra, que serviu de Tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa desde 20 de Julho de 1752 até ao fim de Outubro de 1755.  
425 × 300 — 132 fls. numeradas — enc. de pele com ferros.
- 3 ————— L.º da Despesa da conta de António Vaz Coimbra, que serviu de Tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa de 2 de Novembro de 1755 até 15 de Fevereiro de 1759.  
425 × 300 — 35 fls. numeradas — enc. de pele com ferros.
- 4 ————— L.º da Despesa da conta de Jerónimo Gonçalves Victorio que serviu de Tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa desde 16 de Fevereiro de 1759 a 8 de Maio de 1761. Tem dentro em folha solta um inventário dos móveis existentes na Casa dos Contos e em várias folhas soltas o ajustamento e tomada de conta levantado pelo contador Felix Correia de Azevedo com o escrivão Francisco Xavier da Silva Pontes.  
425 × 300 — 46 fls. numeradas e 2 não numeradas — enc. de pele com ferros.
- 5 ————— L.º da Despesa da conta de António Vaz Coimbra, que serviu de Tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa desde 9 de Maio de 1761 a fim de Dezembro do mesmo ano.  
425 × 300 — 34 fls. numeradas - enc. de pele com ferros.
- 6 ————— Papeis formando caderno e que estavam dentro do L.º da despesa da conta de

- António Vaz Coimbra, que serviu de Tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa. Referem-se ao sequestro do mesmo Tesoureiro e ao sequestro de Pedro da Costa e Barbuda.  
350 × 225.
- 7 ————— L.º da Receita do Tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa, António Vaz Coimbra, e que tem seu princípio no primeiro de Janeiro de 1756.  
425 × 300 — 296 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 8 ————— L.º para entrada no cofre dos dinheiros pertencentes ao recebimento do Tesoureiro Jerónimo Gonçalves Victorio — ano de 1759.  
310 × 230 — 24 fls. numeradas — capa de pergaminho.
- 9 ————— L.º das Receitas de Jerónimo Gonçalves Victorio que serviu de Tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa desde 16 de Fevereiro de 1759 a 8 de Março de 1765.  
425 × 300 — 390 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 10 ————— L.º de Receita do Tesoureiro António Vaz Coimbra, desde 23 de Maio de 1762 a 15 de Maio de 1765. A fls. 4 uma descrição dos móveis, pratas e alfaías da Casa dos Contos.  
425 × 300 — 295 fls. numeradas com falta de 52 que deviam estar em branco — enc. de pele com ferros.
- 11 ————— Folha do assentamento da Receita e Despesa e Conta Corrente de João Evaristo da Silva que serviu de Tesoureiro dos Direitos Reais na Chancelaria dos Contos e Cidade nos anos de 1760 e 1761.  
300 × 210 — 33 fls. numeradas — capa de pergaminho.

- 12 ————— Quitação de João Evaristo da Silva que serviu de Tesoureiro dos Direitos Reais na Chancelaria dos Contos e Cidade de 1760 a 1761. Foi dada a quitação pelo Real Erário no ano de 1769.  
350×230 — 13 fls. não cosidas nem numeradas.
- 13 ————— Processo da conta do Tesoureiro da Casa dos Contos, Francisco da Fonseca e Sousa — gerência de 18 de Dezembro de 1748 e 18 de Julho de 1752, prestado nos termos do Real Decreto de 20 de Julho de 1759, por terem levado descaminho os livros e papeis em virtude do incêndio que se seguiu ao Terramoto. (Proc. especial).  
35×225 — 91 fls. numeradas.
- 14 ————— L.º da Folha dos Ordenados dos Officiais dos Contos do Reino e Casa no ano de 1752. N.º 5 de série.  
350×245 — 63 fls. numeradas — índice por próprios — enc. em pergaminho.
- 15 ————— L.º da Folha dos Ordenados dos Officiais dos Contos do Reino e Casa no ano de 1754. N.º 7 da série.  
350×245 — 60 fls. numeradas — índice por próprios — enc. em pergaminho.
- 16 ————— L.º da Folha dos Ordenados que venciam os Ministros e Officiais dos Contos, pagos pelo Tesoureiro dos depósitos António Vaz Coimbra. Anos de 1756 a 1759 (Março 6).  
350×245 — 97 fls. numeradas — enc. em pele.
- 17 ————— L.º dos Ordenados dos Ministros e mais Officiais dos Contos do Reino e Casa. Anos de 1757 a 1759.  
350×245 — 98 fls. numeradas — enc. em pele.

- 18 ————— L.º dos Ordenados dos Ministros e Officiais dos Contos do Reino e Casa. Ano de 1758 até 9 de Março de 1759.  
350×245 — 100 fls. numeradas — enc. em pele.
- 19 ————— L.º dos Ordenados dos Ministros e Officiais dos Contos do Reino e Casa, pagos pelo Tesoureiro Jerónimo Gonçalves Victorio. Ano de 1759.  
350×245 — 108 fls. numeradas — enc. em pele.
- 20 ————— L.º dos Ordenados dos Ministros e mais Officiais dos Contos do Reino e Casa. Ano de 1760.  
350×245 — 108 fls. numeradas — enc. em pele.
- 21 ————— L.º dos Ordenados dos Ministros e mais Officiais dos Contos do Reino e Casa. Ano de 1761.  
350×245 — 113 fls. numeradas — enc. em pele.
- 22 ————— L.º do Cadastro dos Ministros e mais Officiais dos Contos do Reino e Casa. Anos 1701 a 1761.  
430×270 — 108 fls. numeradas — índice por próprios — enc. em pele com super libros e pastas ornamentadas a ouro.
- 23 ————— L.º de Registo dos Provimientos dos Officiais dos Contos de 16 de Fevereiro de 1756 até 12 de Dezembro de 1764.  
350×245 — 122 pág. numeradas — índice por próprios — enc. em pele com super libros em ouro — mau estado de conservação.
- 24 ————— L.º do Assentamento da Chancelaria dos Contos da Cidade. Ano de 1760.  
300×205 — 32 fls. numeradas — capa de pergaminho — mau estado de conservação.

- 25 ————— L.º de Ordenados e Família do Conselho Ultramarino feito por Alexandre Metelo de Gouvea Menezes. Ano de 1750.  
410×280 — 96 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 26 ————— L.º dos Ordenados e Família que no ano de 1751 foram pagos no Conselho Ultramarino. Organizado por Alexandre Metelo de Gouvea e Menezes.  
410×280 — 146 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 27 ————— L.º dos Ordenados e das Famílias pagos em 1752 pelo Conselho Ultramarino, elaborado por Alexandre Metelo de Gouvea e Menezes.  
410×280 — 143 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 28 ————— L.º do Assentamento das Ordinações Impostas nos Contratos com o Tesoureiro Luiz Cadot. Ano de 1759.  
305×210 — 40 fls. numeradas — enc. em pergaminho.
- 29 ————— L.º da Receita do Dinheiro das Obras da Igreja de Nossa Senhora da Conceição desta Côrte de que é Tesoureiro Luiz Cadot.  
297×210 — 25 fls. numeradas — capa de pergaminho.
- 30 ————— L.º da Receita de  $\frac{1}{2}\%$  dos Contratos com o Tesoureiro Luiz Cadot no triênio que ha-de servir, que teve princípio no 1.º de Janeiro de 1759.  
430×290 — 95 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 31 ————— L.º da Receita do Rendimento do Tesoureiro Mor do Reyno anexa ao das des-

- pesas do Conselho e que ha-de servir com o Tesoureiro Luiz Cadot, no triênio que principiou no 1.º de Janeiro de 1759.  
424×290 — 96 pág. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 32 ————— L.º do Tesoureiro das Despesas do Conselho, Luiz Cadot, para a Receita Geral da dita Tesouraria no triênio que começou a 1 de Janeiro de 1759.  
425×288 — 147 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.
- 33 ————— Relações de cobrança que se encontraram dentro do L.º que tem o n.º 31 da série. [têm os n.ºs 3 e 6].  
São 12 fls. soltas inumeradas — 4 fls. 335×225 — 2 fls. 334×224 — 6 fls. 300×225.
- 34 ————— Relação da cobrança n.º 1 encontrada dentro do L.º que tem o n.º 32 da série.  
253×220 4 fls. —  $\frac{1}{2}$  fl. 300×207.
- 35 ————— L.º de Corrente da Conta de António Xavier Soeiro e seu Irmão como Tesoureiros Gerais das Sisas do Reyno e seus Depósitos. Anos de 1752-1759.  
430×280 — 131 fls. numeradas — capitais iluminadas — enc. em pele com ferros.
- 36 ————— L.º da Receita e Despesa dos Capitais e Juros Distratados a fazer da Real Fábrica Patriarcal de 1752 a 1755 e de que foi Tesoureiro Diogo Gomes Peixoto. No final a conta corrente dos anos de 1756 a 1770.  
410×270 — 119 fls. numeradas — enc. em pele com ferros.

- 37 ————— L.º da Despesa do Feitor da Alfândega de Ponta Delgada, Miguel Veloso de Araújo. Ano de 1705.  
430×310 — 109 fls. numeradas — enc. em pele com ferros — muito mau estado.
- 38 ————— L.º de assentamento das certidões e mandados de despesa e mais papeis tocantes à conta do Almojarifado Geral dos Mantimentos deste Exército nesta Praça de Elvas. Vale de 1 de Novembro de 1652 em diante.  
420×310 — 286 pág, numeradas com falta das que vão de 143 a 264 e 266 a 285 — enc. em pele com ferros — muito mau estado.
- 39 ————— L.º da Despesa Geral da Conta de Bernardo dos Santos Nogueira que serviu de Tesoureiro da Casa da Moeda. Anos de 1749 e 1751.  
430×300 — 187 fls. numeradas e 3 inumeradas — enc. em pele com ferros.
- 40 ————— L.º das Fianças prestadas ao pagamento dos direitos de mercês de ofícios. Começa em 1756.  
410×300 — Nele se contém dois volumes metidos numa mesma capa de pele com ferros que se encontram descosidos e ambos com índice. O primeiro numerado de 1 a 133 e o segundo de 1 a 274 com falta de fls. 104-252 e 254-273.
- 41 ————— L.º da Receita e Despesa anual da Fazenda Real de Portugal da Sereníssima Casa de Bragança. Ano de 1761.  
465×295 — 27 fls. numeradas — enc. em marroquim vermelho com pastas ornamentadas a ouro.
- 42 ————— L.º dos Ordenados dos ofícios e cargos das diferentes Casas e Serviços. Ano de 1752.

- 335×220 — 781 fls. numeradas — enc. em marroquim vermelho com dourados nas pastas e lombada.
- 43 ————— L.º da Receita e Despesa do Guarda Reposte da Casa Real, Manuel da Cunha e Sousa. Ano de 1740.  
410×280 — 299 fls. numeradas — enc. em pele com ferros — em mau estado.
- 44 ————— Orçamento da Despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora do Estreito da Câmara de Lobos na Ilha da Madeira. Ano de 1747. (Organizado em processo).  
310×220 — 76 fls.
- 45 ————— Tombo da Comenda de Sezimbra feito em 1716 sendo almoxarife dela e juiz dos direitos reais Diogo Netto Pinças e escrivão João Gomes Farto.  
340×240 — 249 + 26 fls. numeradas — enc. de pele com ferros.
- 46 ————— Maço que contém oito títulos da Fazenda pertencente ao extinto Tribunal da Inquisição de Évora. Ano de 1630.  
310×220 — sem numeração.
- 47 ————— L.º da Conta Corrente da Fazenda Real com o cabedal procedido da pimenta que o Sunda pagou no ano de 1743.  
472×302 — 14 fls. inumeradas — sem enc.

Recibo de Abril de 1782	
0 5 6 # 1 0 0	+ Renda de 1/2 mil e cinquenta rs
0 0 0 # 2 0 0	+ Renda de terras dezentos e cinquenta rs
0 0 0 # 2 0 0	+ Mulos dezentos rs
0 5 7 # 0 4 0	Soma Sinquenta e setenta e quatro rs
2 4 8 # 5 4 0	Passa toda a Recibida pela despesa no fim do mes gastada
3 0 5 # 5 8 0	Soma total a Recibida e de oitenta e cinco mil e oitenta e quatro rs
Despesa do mesmo mes	
0 1 9 # 1 2 0	+ Carne de vacas mil e noventa e cinco rs
0 0 2 # 5 8 0	+ Leixa e ouros deus mil e oitenta e cinco rs
0 0 3 # 6 4 3	+ Mulos tres mil e seiscentos e quarenta e tres rs
0 3 5 # 5 2 0	+ Fajoga de vacas mil e quatrocentos e vinte rs
0 0 0 # 6 6 0	+ Fajoga de vacas e setenta rs
0 0 0 # 5 0 0	+ Renda de quintas rs
0 0 0 # 0 3 0	+ Juras de vinca rs
0 0 0 # 0 7 0	+ Mulos setenta rs
0 0 2 # 6 1 0	+ Salas de deus mil e seiscentos e dez rs
0 0 0 # 2 2 0	+ Fajas dezentos e vinte rs
0 0 0 # 2 0 0	+ Somas dezentos rs
0 0 2 # 3 0 0	+ Calado deus mil e trezentos rs
0 0 0 # 3 4 0	+ Correo dezentos e quarenta rs
0 7 1 # 8 9 3	Soma dezentos e quatro mil e oitenta e cinco rs
5 0 5 # 5 8 0	Soma total a Recibida e de oitenta e cinco mil e oitenta e quatro rs
2 5 5 # 6 8 7	Passa toda a Recibida e de oitenta e cinco mil e oitenta e quatro rs pela despesa dezentos e oitenta e sete mil e seiscentos e setenta e sete rs

Francisco

## V

### Cartório da Junta da Inconfidência

Quem criou a Junta da Inconfidência, como estava organizada, quem a compunha e como se regia?

Compulsadas todas as fontes ao nosso alcance muito pouco pudemos apurar do que foi esse Juízo anteriormente ao reinado de D. José.

Manuseando, porém, um trabalho do distinto historiógrafo Sr. Capitão Gastão de Melo Matos, intitulado "Espiões e Agentes Secretos nos princípios do Século XVIII," conseguimos coligir algumas notas relativas à Inconfidência, no período anterior a Agosto de 1756.

A mais remota referência que Melo Matos encontrou foi uma sentença proferida pela Junta da Inconfidência contra Fernando Teles de Faro, Embaixador da Corte de Portugal aos Estados Gerais da Holanda, no ano de 1659, aos 7 dias do mês de Agosto.

Proferida uma outra sentença em 23 de Junho de 1666, conforme consta do Índice Cronológico de João Pedro Ribeiro, pode atribuir-se à Junta um funcionamento intermitente, pelo menos até ao Reinado de

D. José. Contudo o cargo de Juiz da Inconfidência devia ser de natureza permanente.

Sabe-se que em 1673, o Príncipe Regente D. Pedro mandou reformar o Tribunal da Inconfidência e nomeou para seu Presidente a Roque Monteiro Paim que serviu o cargo durante 33 anos. Por sua morte foi investido no dito cargo, António de Basto Pereira.

Melo Matos presume que os restantes membros fossem letrados da Relação, do Conselho de Estado, do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência e Ordens e da Casa da Suplicação.

Assim se manteve o organismo até que Pombal criou pelo Decreto de 17 de Agosto de 1756 uma devassa permanente aos que atentassem contra a vida dos Ministros de El-Rei e contra a execução das determinações reais. Para proceder a essa devassa e inquirir sobre os que tivessem semelhantes práticas nomeou o Desembargador do Paço e Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Pedro Gonçalves Cordeiro.

O atentado contra El-Rei D. José trouxe a consolidação da Junta da Inconfidência.

Com a condenação dos réus de lesa magestade ordenou-se o sequestro dos seus bens. E, porque esses bens trouxeram receita, em Julho de 1759, nomeou-se como tesoureiro, António dos Santos Pinto, que se manteve no lugar até 1769, ano em que faleceu. Passou o cargo para o P.<sup>o</sup> João Baptista de Araújo depois substituído por João Roiz Caldas que o exerceu desde Dezembro de 1771 até ao mesmo mês de 1777.

Por morte de António dos Santos Pinto veio a sua conta para o Erário, para se liquidar e dar quitação, como de facto foi dada mais tarde, à herdeira, sua neta, D. Margarida Cândida da Conceição, casada com Jerónimo Rodrigues Vieira Botelho.

Mas para que a liquidação se pudesse levar a efeito era indispensável documentar a conta, motivo porque deram entrada no Erário todos os livros e papéis que

estavam à guarda do dito Tesoureiro, e que ficaram constituindo o apenso da mesma conta.

São esses fundos que constituem o cartório da Inconfidência cujo catálogo aqui damos.

Estavam, como dissemos no preâmbulo que precede este catálogo, em completa desarrumação embora preservados, e por esse motivo havia que se estabelecer uma linha de conduta para a sua descrição metódica.

Adoptamos, como mais lógico, para a parte correspondente à Companhia de Jesus, o critério de agrupar as espécies por Colégios, seguindo a ordem que lhes fora dada nos inventários e arrolamentos. Porém algumas espécies diziam respeito simultaneamente a vários Colégios pelo que tivemos necessidade de criar dentro do cartório um núcleo que designamos por "Diversos Colégios".

Quanto aos documentos relativos aos restantes confiscados, estava naturalmente indicada a separação por Casas.

Organizámos três grupos constituídos pelas espécies respeitantes às Casas de Távora, Atouguia e Aveiro.

Um outro grupo engloba todos os livros que continham elementos respeitantes aos bens sequestrados, no seu conjunto.

Finalmente estabelecemos um Fundo Geral do cartório onde se incluíram todos os documentos que constituíam as contas dos Tesoureiros da Inconfidência, os livros ou papéis que não pertenciam, em especial, a qualquer Casa, ou não foi possível definir àquela a que diziam respeito, e ainda os livros do Morgado do Pedroso que a Coroa chamara a si para com os seus rendimentos constituir o fundo do Subsídio Literário.

Resta-nos, por último, fazer ressaltar a importância deste cartório e o interesse que ele pode vir a ter para os estudiosos e eruditos.

Trata-se, principalmente, de um inventário com-

pleto de todos os bens sequestrados, mas não se limita a isso. Dele constam elementos por onde se pode apurar o destino que levaram os muitos bens dos sequestrados e nele se descrevem as despesas feitas e obras realizadas com os rendimentos dos que foram leiloados e dos que passaram para a posse da Coroa.

O interesse de uns e outros é extraordinário. Os milhares de livros das bibliotecas dos Colégios, as suas obras de arte, quadros, paramentos, louças da Índia e da China, joias, tudo se descreve, infelizmente, por forma incompleta, rudimentar.

Naqueles livros se toma conhecimento da riqueza dos nobres justicados — até diamantes se encontraram nas varreduras da casa do Duque; a par se vê a pobreza do espólio de Malagrida com as preciosidades existentes em S. Roque.

Tudo o que não foi aproveitado pela Coroa — e muito foi, pois até certa louça do Duque de Aveiro foi mandada apartar — se vendeu. A piedade real só poupou os objectos do culto, que para o culto ficaram, e os edifícios de determinados Colégios. A receita apurada também não durou muito. Em tudo se gastou: pensões a conventos, as ordinárias de 100 rs. aos padres expulsos, obras públicas e militares, importâncias entregues para “um próprio do meu Real Serviço de que não dará conta”, inúmeras despesas que vão desde a aquisição de “painço para os pássaros de S. Magestade”, até à execução dos Távoras e Duque de Aveiro feita pela quantia de 6.000 rs.!

Avolumam curiosas espécies de certo interesse histórico como, por exemplo a catalogada com o n.º 182 pertencente ao Colégio de Évora que é um repositório de cópias e originais de provisões régias compreendidas entre 1416 e 1717. Igualmente digna de reparo é a inscrita sob o n.º 194 que constitui uma colectânea interessante de narrações ocorridas na cidade de Elvas.

E como estas muitas.

Muitos processos da Inconfidência encontram-se hoje na Torre do Tombo constituindo importantes fundos que respeitam ao período das invasões francesas e abrangem entre outras as Casas de S. Miguel, da Ega, de Freire de Andrade, de Bivar e de Pamplona. Esses processos saíram deste Arquivo conjuntamente com muitos livros e papéis pertencentes aos Jesuítas e constituíam um fundo que a Comissão, a que já nos referimos, designou por Cartório dos Jesuítas.

Houve portanto aqui um dos muitos seccionamentos criticáveis a que noutra lugar já aludimos.

Seguidamente passamos a descrever o que resta.

\* \* \*

## Companhia de Jesus

### Colégio de Santo Antão de Coimbra

- 1 ————— Autos de inventário e sequestro do Colégio de Coimbra a que procedeu o Desembargador dos Agravos da Relação do Porto, Doutor Thomaz António de Carvalho Lima e Castro. Tem anexo o Mapa da Prata que por ordem de S. M. remete o Desembargador Matias de Carvalho Coutinho de Vasconcelos, do Colégio que foi dos Jesuítas da Cidade de Coimbra para a Côrte e Cidade de Lisboa. 4/4/1769 — Soma total do peso com tara, 38 arrobas e 5 arrateis.  
320×225 — Processo com 73 + 21 fls. numeradas e 4 innumeradas — É um traslado.

Maço 1

- 2 ————— Relação da prata que veio para o Real Erário pertencente ao Colégio de Coimbra, remetida pelo Desembargador Matias de Carvalho

e Doutor Francisco de Lemos Pereira Coutinho,  
Reformador e Reitor da Universidade de Coimbra.  
305 X 210 — 5 meias folhas sem numeração.

Maço 1

3 ————— Avaliação das pratas do Colégio de Coimbra feita pelo Contraste da Côrte, João de Sousa Jorge.  
305 X 205 — Caderno de 8 meias fls.

Maço 1

4 ————— Notícias das Quintas do Canal, Golleta e Queyfade e suas pertenças.  
340 X 220 — Cart.

Maço 1

5 ————— Instruções que El-Rei mandou dar para o Governador da Junta da Fazenda da Universidade de Coimbra e relativamente à doação feita à mesma Universidade dos Bens dos Jesuitas.

305 X 215.

Maço 1

6 ————— Cópia da Carta Régia da doação que Sua Magestade fez mercê à Universidade de Coimbra e as relações dos Títulos pertencentes aos bens doados, que se achavam entrados na Contadoria Geral pela entrega do cartório do Colégio de Santo Antão da cidade de Coimbra.  
345 X 225 — 4 cadernos envolvidos por uma capa de papel.

Maço 1

7 ————— Relação Geral da Despesa das Obras da Universidade de Coimbra desde o principio delas até ao fim do ano de 1755. Soma a Despesa das Obras 171.097\$841.

375 X 265.

Maço 1

8 ————— Folha Geral da Despesa das Obras da Universidade de Coimbra nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1776. Soma a Despesa 14.279\$916.

375 X 265.

Maço 1

9 ————— Balanço Geral da Receita e Despesa da Universidade de Coimbra. Ano de 1775.

375 X 265.

Maço 1

10 ————— L.º da Receita e Despesa pertencente à Residência das Quintas do Canal e Golleta.

345 X 220 — 13 fls. numeradas — cart.

Maço 1

11 ————— Conta Corrente de Bento Rodrigues de Macedo, negociante da cidade de Coimbra, Depositário Geral dos Rendimentos dos Bens e dinheiros dos ex-Jesuitas na comarca. Anos de 1794 a 1796.

495 X 380 — Constitui um mapa.

Maço 1

12 ————— L.º da Conta Corrente dos Rendimentos e Despesa do Cofre do Administrador dos Bens dos Jesuitas em Coimbra, corregedor Luís Caetano de Barbosa e Lima.

310 X 220 — 409 fls. — enc. sem capas.

Maço 1

13 ————— Autos de Contas do Rendimento do Camalhão do Rio Velho. Ano de 1808 a 1820.

300 X 210.

Maço 2

14 ————— Papéis avulso referentes ao Colégio de Coimbra.  
300×200 — São 11 documentos diversos com capa de papel.

Maço 2

#### Colégio de S. Lourenço, no Porto

15 ————— Cópia dos Autos das avaliações dos foros e pensões que na cidade do Porto e seus subúrbios foram dos proscritos Jesuitas. Contém, a Relação da prata do mesmo Colégio e auto de inventário da prata e do ouro que se mandou remeter para os armazéns do Irário Regio. Soma a prata 1249 marcos, 4 onças e 2 oitavas, mais 371 marcos, 7 onças e 3 oitavas e meia, e o ouro e diamantes 151\$600 rs. — 1770  
315×225.

Maço 3

#### Colégio de S. Paulo, em Braga

16 ————— Mapa da prata que por ordem de Sua Magestade remete o Desembargador Matias de Carvalho Coutinho de Vasconcelos, do Colégio de S. Paulo da cidade de Braga para a côrte de Lisboa, em 12 de Fevereiro de 1769. Porque alguns pesos foram por arbitrio, sendo toda a prata pesada com tara, vidros e ferros, pesou 9 arrobas e 11 arrateis.  
435×345.

17 ————— Livro dos manifestos das confrarias, relativo a Viana do Castelo.  
310×225 — Capa de pergaminho.

Maço 4

#### Colégio do Santo Nome de Jesus, em Bragança

18 ————— Relação abreviada da origem e fundação do Colégio da Companhia sito na cidade de Bragança e de tudo o que lhe pertence, assim na cidade como fora dela e de todos os bens e rendimentos puramente eclesiásticos e seculares, pensões e encargos com que estão onerados e da quantia por que foram arrendados pelo sequestro. Datado de Bragança 1759. Assinado por Raimundo Coelho de Melo.  
350×220.

Maço 5

19 ————— Treslado dos autos de sequestro de todos os bens da extinta Companhia de Jesus, pertencentes ao Colégio de Bragança, que por ordem do Desembargador Francisco José da Serra Craesbek de Carvalho fez Raymundo Coelho de Melo, Desembargador dos agravos da Relação do Porto.  
310×215 — 448 fls.

Maço 5

20 ————— Rol dos Casais agrícolas que consta de 51 fls. assinadas e contadas por João Baptista de Andrade em 6 de Agosto de 1759.  
190×135 — enc. em pergaminho.

Maço 5

21 ————— Instruções ou Regras litúrgicas para o sacristão, e inventário dos móveis e alfaias do culto, paramentos, trem de cozinha, etc.  
190×160 — 55 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 5

22 ————— Autos de entrega ao Bispo de Miranda do edifício sito na cidade de Bragança onde foi habitação dos Padres da Companhia e

entrega das Alfaias sagradas para dedicação ao culto. Tem a fls. 2 uma ordem original de entrega assinada pelo punho do Conde de Oeiras.  
310×220 — 13 fls. numeradas.

Maço 5

**23** ————— Registo de arrendamentos de bens do Colégio da Companhia de Jesus na cidade de Bragança.  
140×100 — 49 fls. numeradas — enc. sem capas.

Maço 5

**24** ————— Registo de obrigações do Colégio de Bragança.  
215×160 — 134 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 5

**25** ————— L.<sup>o</sup> não titulado com diversos incluindo relações de irmãos, escrito em dois sentidos, com numeração desordenada. Ano de 1612.  
275×195.

Maço 5

**26** ————— Rol dos fiados e gastos da ucharia do Colégio de Bragança.  
190×150 — 75 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 5

**27** ————— L.<sup>o</sup> que contém o inventário das peças que pertenceram às capelas unidas ao Colégio de Bragança feito em 26 de Abril de 1670 por ordem dos Reverendos Visitadores a pedido do Procurador do Colégio.  
210×140 — 95 fls. numeradas — capa de pergaminho manuscrito.

Maço 5

**28** ————— L.<sup>o</sup> das Soldadas do Colégio de Bragança, Ano de 1645  
230×210 — 108 + 125 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 5

**29** ————— L.<sup>o</sup> das Soldadas do Colégio de Bragança. Ano de 1686.  
205×140 — 99 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 5

**30** ————— L.<sup>o</sup> das Soldadas do Colégio de Bragança. Ano de 1695.  
210×160 — 174 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 5

**31** ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do Colégio dos Jesuitas. Anos de 1649 a 1675.  
285×185 — 205 fls. numeradas — enc. em pergaminho — mau estado de conservação.

Maço 6

**32** ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do Colégio dos Jesuitas. "Livro de Resam". Anos de 1675 a 1699.  
305×220 — 203 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 6

**33** ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do Colégio da Companhia. "Livro da Rezaõ". Anos 1699 a 1721.  
300×210 — 151 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

**34** ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do Colégio da Companhia. Anos de 1721 a 1737.  
305×210 — muito mau estado de conservação.

Maço 6

- 35 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do Colégio da Companhia. Anos de 1754 (Agosto) a 1759.  
360×250 — 246 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 6
- 36 ————— L.<sup>o</sup> de assentos de receita e despesa do Colégio da Campanhia. Anos de 1627 a 1707.  
265×195 — 43 + 71 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 7
- 37 ————— L.<sup>o</sup> da Receita do Colégio da Companhia. Anos de 1649 a 1666.  
260×190 — 170 fls. numeradas — capa de pergaminho manuscrito — mau estado de conservação.  
Maço 8
- 38 ————— L.<sup>o</sup> da Receita do Colégio da Companhia. Anos de 1687 a 1699.  
300×200 — 102 fls. numeradas — enc. com capa de pergaminho.  
Maço 8
- 39 ————— L.<sup>o</sup> da Receita do Priorado. Anos de 1726 a 1729.  
300×200 — 205 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 8
- 40 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa do Colégio dos Jesuítas. Anos de 1651 a 1664. Com a despesa ordenada por capítulos segundo a sua natureza.  
310×200 — 375 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 9

- 41 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa do Colégio da Companhia. Anos de 1687 a 1694.  
300×205 — 200 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 9
- 42 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa do Colégio da Companhia. Anos de 1694 a 1699.  
300×210 — 190 fls. numeradas — enc. em pergaminho.
- 43 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa do Colégio dos Jesuítas. Anos de 1699 a 1709.  
300×210 — 245 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 9
- 44 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa da Rouparia do Colégio da Companhia. Anos de 1699 a 1715.  
210×145 — 209 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 10
- 45 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa da Botica do Colégio dos Jesuítas. Ano de 1749.  
305×210 — 142 fls. numeradas — enc. em linho.  
Maço 10
- 46 ————— L.<sup>o</sup> Caixa do Colégio da Companhia. Ano de 1738.  
300×205 — 142 fls. numeradas — enc. em pergaminho — mau estado de conservação.  
Maço 11
- 47 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa que se continua como borrador do P.<sup>o</sup> Pedro Teixeira do Colégio da Companhia.

305×210 — 143 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 11

48 ————— Balancetes de Despesas, autos, certidões, contas de rendimentos, relações de bens, inquirições e outros papéis avulso, que constituem 17 cadernos.  
310×215.

Maço 12

### Colégio de Gouveia

49 ————— Memória descritiva da Fundação do Colegio de Gouveia.  
305×210 — 4 fls. inumeradas.

Maço 13

50 ————— Treslado do auto relatório de todas as fazendas, bens, etc., que existiam na Casa e Colégio dos Jesuítas de Gouveia remetido para o Juízo da Inconfidência, e este vai para o Erário Régio, datado de 8 de Agosto de 1770, pelo Juiz de Fora de Gouveia, António de Araujo Lima.  
305×200 — proc. com 30 fls. numeradas e outras não numeradas.

Maço 13

51 ————— Relação das "pessas" de prata e mais móveis que o Juiz de Fõra de Gouveia, António de Araujo Lima, remete do Colégio da mesma vila para o depósito geral do fisco da Inconfidência estabelecido no Erário Real, vindo a importar liquidamente os ditos pesos em 8 arrobas, um arratel e 13 onças, no qual peso entram nas madeiras e ferros que se acham nas ditas peças.

300×215 — 7 meias fls. não numeradas formando caderno.

Maço 13

52 ————— L.<sup>o</sup> dos bens e fazendas do Colégio que serve de tombo.  
300×200 — 249 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 14

53 ————— Treslado do inventário dos livros e papéis que ficaram no Colégio.  
305×215 — 100 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 14

54 ————— Treslado do inventário de todos os bens e das respectivas arrematações.  
310×220 90 + 29 fls. numeradas.

Maço 14

55 ————— Autos de arrematações dos móveis do Colégio de Gouveia. Ano de 1766.  
310×210 — 109 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 14

56 ————— L.<sup>o</sup> dos bens imóveis e arrendamentos do Colégio de Gouveia. Ano de 1749.  
300×210 — 93 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 15

57 ————— L.<sup>o</sup> dos arrendamentos do Colégio de Gouveia. Anos de 1712 a 1759.  
270×205 — 124 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 15

58 ————— L.<sup>o</sup> dos arrendamentos. Anos de 1755 a 1759.  
305 × 210 — 15 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 15

59 ————— Lembrança do que se cobrou em diversas quintas. Ano de 1710.  
295 × 215 — 79 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 15

60 ————— Juros, Foros e Censos. Ano de 1687.  
295 × 210 — 149 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 16

61 ————— L.<sup>o</sup> de Lembrança dos Foros, Censos, etc. do Colégio de Gouveia, situados no termo de Oliveira do Conde. Anos de 1696 a 1714.  
300 × 215 — 88 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 16

62 ————— L.<sup>o</sup> dos rendimentos dos juros desta Casa. Anos de 1711 a 1733.  
300 × 215 — 100 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 16

63 ————— L.<sup>o</sup> dos juros do Colégio de Gouveia. Ano de 1760.  
305 × 205 — 296 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 16

64

64 ————— L.<sup>o</sup> de assentos de dinheiro e juros dos bens do Colégio cobrados pelo Juiz de Fora de Gouveia António de Araújo Lima. Ano de 1767.

300 × 210 — 50 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 16

65 ————— L.<sup>o</sup> em que se apontam as pensões a pagar dos Casais de Sedarça em Folgosinho. Anos de 1733 a 1752.  
210 × 150 — 73 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 17

66 ————— Tombo de medição e “demarcação” dos bens das Quintas de Pinhanços, termo de Sêa e Comarca de Gouveia, administradas pelos Padres da C.<sup>a</sup> e que foram de Fernão Rodrigues de Azambuja. Ano de 1675.  
310 × 210 — 63 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 17

67 ————— Título das fintas que se tiraram do Tombo de que foi cabeça António João — Segundo Casal de Passinhos. Ano de 1737.  
310 × 210 — 3 fls. innumeradas — enc. em pergaminho.

Maço 17

68 ————— L.<sup>o</sup> da descarga das Pensões das vilas de Chãs e Cabra feito pelo P.<sup>o</sup> José de Melo, assistindo na casa de D. Brizida de Távora. Ano de 1732.  
300 × 205 — 183 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 17

65

5

- 69 ————— L.º das pensões em dívida do Colégio de Gouveia e das Rendas das Fazendas para se carregarem ao administrador da tulha do mesmo Colégio. Anos de 1765 a 1790.  
300×200 — enc. em pergaminho.  
Maço 18
- 70 ————— L.º em que se descrevem os bens e dívidas ainda existentes do Colégio da C.<sup>a</sup> em Gouveia. Ano de 1772.  
295×210 — 96 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 18
- 71 ————— L.º em que se descrevem os bens e dívidas ainda existentes do Colégio de Gouveia, mandado fazer por António Pedro Torquato Ferreira de Mendonça, sendo Juiz de Fóra de Gouveia, sucessor do Juiz de Fóra, António de Araújo Lima. Ano de 1773.  
300×210 — 77 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 18
- 72 ————— Clareza em que ficam as dívidas e bens existentes neste Colégio. Ano de 1776.  
290×205 — 70 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 18
- 73 ————— L.º das despesas das obras do novo Colégio de Gouveia. Ano de 1733.  
300×215 — 53 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 18
- 74 ————— L.º da Receita do Colégio de Gouveia. Anos de 1759 a 1764.  
300×210 — 200 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 19

- 75 ————— L.º da Despesa do Colégio de Gouveia. Anos de 1759 a 1762.  
300×205—146 fls. numeradas—capa de pergaminho.  
Maço 19
- 76 ————— L.º da Receita e Despesa do Colégio de Gouveia. Anos de 1764 a 1772.  
300×210 — 200 fls. — capa de pergaminho.  
Maço 19
- 77 ————— L.º da Receita e Despesa do Colégio de Gouveia. Anos de 1772 a 1774.  
300×210 — 98 fls. numeradas com faltas das fls. 74 a 97 e 10 inumeradas — capa de pergaminho.  
Maço 19
- 78 ————— L.º da Receita e Despesa dos anos de 1775 a 1782 feito pelo Juiz de Fóra, Cyro da Costa Borges de Azevedo, sucessor de António Pedro Torquato Ferreira de Mendonça. Contém ainda o livro que há-de servir de inventário de todos os papéis, títulos, tombo e livros do cartório.  
290×210 — 50+188 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 19
- 79 ————— L.º borrador que trata de várias contas. Anos de 1710 a 1718.  
300×200—119 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 19
- 80 ————— L.º de todas as fazendas da Casa da Sr.<sup>a</sup> D. Brizida de Távora, da Vila de Gouveia. Ano de 1732.  
300×205 — 134 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 20

81 ————— L.º da descarga das fazendas e obrigações existentes nesta Casa da Sr.ª D. Brizida de Távora. Ano de 1734.  
205 × 150 — 111 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 20

82 ————— L.º em que se assentavam as pessoas que deviam juro à Casa da Sr.ª D. Brizida de Távora. Ano de 1727.  
300 × 215 — 245 fls. — enc. em pergaminho — em mau estado.

Maço 20

#### Colégios da Cotovia e S. Francisco de Borja, em Lisboa

83 ————— Compilação dos inventários dos Colégios da Cotovia (Nossa Senhora da Assumpção) e S. Francisco de Borja.  
330 × 205 — 445 fls. numeradas — enc. em pergaminho).

Maço 21

84 ————— Index dos enfiteutas e devedores do noviciado da Cotovia e Hospício de S. Francisco de Borja. Ano de 1759.  
305 × 210 — 61 págs. numeradas.

Maço 22

85 ————— L.º da Receita do produto dos Bens do noviciado da Cotovia de que são depositários José Ferreira da Veiga e seu irmão Domingos Ferreira Veiga.  
345 × 225 — 93 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 22

86 ————— L.º da Despesa dos bens sequestrados ao noviciado da Cotovia. Anos de 1759 a 1765.  
350 × 230 — 102 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 22

87 ————— Autos de restituição de quantias em dívida pelo Procurador Geral do Noviciado da Cotovia. Ano de 1763.  
310 × 215 — 7 cadernos.

Maço 22

88 ————— Requerimento de Francisco da Silva Rosa e mais herdeiros de Manuel Antunes.  
340 × 225.

Maço 22

89 ————— Cópia da doação que Sua Magestade fez ao Real Colégio dos Nobres de todos os bens que pertenciam ao noviciado da Cotovia. Ano de 1765.  
340 × 225 — caderno com 6 fls. inumeradas.

Maço 23

90 ————— Recibo de 50 acções da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba passado pela Mesa da Fazenda do Real Colégio dos Nobres.  
280 × 210.

Maço 23

91 ————— Relação dos bens que se podem aplicar para o Colégio dos Nobres.  
300 × 210.

Maço 23

92 ————— L.º I da Receita do Colégio Hospício de S. Francisco de Borja. Anos de 1759 a 1763.  
350×225 — 144 fls. — capa de pergaminho.

Maço 24

93 ————— L.º II da Receita do Colégio Hospício de S. Francisco de Borja. Anos de 1763 a 1765.  
350×230 — 114 fls. — capa de pergaminho.

Maço 24

94 ————— L.º III da Receita do Colégio Hospício de S. Francisco de Borja. Anos de 1765/1766.  
340×230 — 97 fls. — capa de pergaminho.

Maço 24

95 ————— L.º n.º 1 da Despesa do Colégio Hospício de S. Francisco de Borja. Anos de 1759 a 1765.  
350×230 — 102 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 24

#### Colégio de Santo Antão, em Lisboa

96 ————— Traslado dos autos de sequestro e inventário que se fez em todos os bens sequestrados no Colégio de Santo Antão, por ordem de Sua Magestade de que é comissário o Desembargador dos Arquivos da Casa da Suplicação, Manuel Inácio de Moura e Silva. Termina com a carta régia de doação ao Hospital de To-

dos-os-Santos do edifício que foi do Colégio de Santo Antão. Ano de 1759.  
300×210 — 134 fls. numeradas.

Maço 25

97 ————— — Relação sumária dos bens e rendas do Colégio de Santo Antão. Breve notícia da sua origem (D. João III) e fundação.  
335×255 — caderno com 16 fls. numeradas.

Maço 25

98 ————— Autos de arrendamentos das propriedades pertencentes ao Colégio.  
310×215 — processo com 151 fls.

Maço 25

99 ————— Autos de almoeda dos bens vendidos.  
300×210 — 29 + 212 + 5 + 2 fls. numeradas.

Maço 25

100 ————— Autos de avaliação e confrontação dos bens do Colégio. Contém a relação dos moradores das casas com seus nomes e profissões.  
345×220 — 48 fls. numeradas.

Maço 25

101 ————— Rendimento dos bens pertencentes ao Colégio de Santo Antão. Propriedades em Vale Escuro, Xabregas, Madre de Deus, Vale do Rosal em Almada, Gradil, etc.  
310×215 — 393 págs. numeradas.

Maço 25

- 102 ————— Processo em que se julga a responsabilidade de Manuel Inácio de Moura na administração que teve do confisco dos bens do Colégio de Santo Antão.  
310 × 220 — 6 cadernos.  
Maço 25
- 103 ————— L.º 1.º da Receita, Anos de 1759 a 1763.  
295 × 205 — 150 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 26
- 104 ————— L.º 2.º da Receita. Anos de 1763 a 1765.  
295 × 205 — capa de pergaminho.  
Maço 26
- 105 ————— L.º 3.º da Receita. Anos de 1765 a 1771.  
295 × 205 — 146 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 26
- 106 ————— L.º 4.º da Receita. Anos de 1771 a 1775.  
295 × 205 — 141 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 26
- 107 ————— L.º da Despesa do Colégio. Anos de 1759 a 1765.  
295 × 205 — 151 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 26
- 108 ————— L.º de recibos do Tesoureiro do Colégio. Anos de 1765 e 1766.  
295 × 205 — 148 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 26

- 109 ————— L.º da Despesa do Colégio. Anos de 1771 a 1776.  
310 × 210 — 246 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 26
- 110 ————— L.º que contém a relação dos bens móveis e imóveis e dinheiro apreendido, com a indicação de valores e rendimentos, respectivas contas e liquidações feitas, sendo tesoureiro António Alves dos Reis e por seu falecimento seu filho António Alves de Aguiar. Contém no final a nota do pagamento do trabalho de liquidação de contas feito por contadores do Real Erário. Ano de 1806.  
375 × 265 — 160 fls. numeradas — enc.

Maço 27

- 111 ————— Descrição dos Bens Seculares Sequestrados aos Regulares da Companhia de Jesus.  
440 × 285 — cadernos inumerados.

#### Colégio de S. Roque, em Lisboa

- 112 ————— Autos de sequestro dos bens da Casa Professa de S. Roque cometido ao ao Desembargador João Alberto de Castelo Branco sendo escrivão João Soares de Aguirre. Contém a Relação dos bens móveis e imóveis: imagens, paramentos, pratos, louças, ornamentos das Capelas e biblioteca de 13.901 vols Termina com a carta de doação do edifício à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.  
320 × 225 — enc. em pergaminho — 78 fls. numeradas.

Maço 29

### Colégio de S. Francisco Xavier, em Lisboa

- 113 ————— Traslado dos autos de sequestro e inventário e termos de arrematação dos bens do Colégio de S. Francisco Xavier do Bairro da Alfama ao Paraíso a que procedeu o Desembargador Gregório Dias da Sylva. Este colégio foi doado por alvará de 27 de Setembro de 1797 à Real Junta da Fazenda da Marinha para Hospital dela.  
320×205 — 97 + 18 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 30
- 114 ————— L.<sup>o</sup> da Receita do Colégio de S. Francisco Xavier, sendo depositário Manuel Joaquim de Sousa. Anos de 1759 a 1765.  
300×200—79 fls. numeradas—capa de pergaminho.  
Maço 30
- 115 ————— Resumo da Receita do Colégio de S. Francisco Xavier de Lisboa. Anos de 1759 a 1766.  
295×210—caderno com 8 fls. numeradas.  
Maço 30
- 116 ————— Conta do Colégio de S. Francisco Xavier. Anos de 1758 a 1766. Administrador o Desembargador Gregório Dias da Sylva Tesoureiro Manuel Joaquim de Sousa.  
305×210 — caderno com 24 fls. numeradas.  
Maço 30

### Colégio e noviciado de Arroios, em Lisboa

- 117 ————— Autos do sequestro geral feito aos bens e rendimentos que possuíam os Padres da Companhia na Casa do Noviciado de Arroios

feito pelo Desembargador Bartolomeu Gomes Monteiro.

310×220 — caderno com 144 fls. numeradas.

Maço 31

- 118 ————— Traslado dos autos de inventário do Noviciado das Missões da Índia.  
310×220—92 fls. numeradas—capa de pergaminho.

Maço 31

- 119 ————— L.<sup>o</sup> das arrematações e arrendamentos do Colégio de Arroios.  
295×220 — 148 fls. — capa de pergaminho.

Maço 31

- 120 ————— Recompilação geral da Entrada e Saída de todos os bens móveis e semoventes, peças de prata e mais géneros compreendidos nos autos de inventário do Colégio de Arroios dos quais foi último Juiz o Desembargador Bernardo Lopes Pereira Maldonado.  
300×210 — 62 fls. numeradas.

Maço 31

- 121 e 122 ————— Relação Geral da arrecadação de todos os rendimentos pertencentes ao Colégio de Arroios, desde o ano de 1759 a 1771.  
300×205—2 cadernos, o 1.<sup>o</sup> com 47 fls. e o 2.<sup>o</sup> com 69 fls.

Maço 32

- 123 a 125 ————— Inventário dos juros reais e particulares, foros e bens de raiz do Colégio de Arroios. Diversos documentos referentes ao mesmo Colégio.  
300×210 — 3 cadernos, o 1.<sup>o</sup> com 6 fls. numeradas, o 2.<sup>o</sup> não numerado e o 3.<sup>o</sup> com 52 fls. numeradas.

Maço 32

- 126 ————— Grupo de 9 documentos de penhora e petição, etc., de Ambrósio Lopes Coelho contra os Padres do Colégio de Arroios.

Maço 32

#### Colégio de S. Patrício dos Irlandeses, em Lisboa

- 127 ————— Autos de inventário e sequestro e arrematações feitos pelo Desembargador Estêvão Galego Vidigal. Contém a notícia da fundação do Colégio para onde foram transferidos os seminaristas do Seminário de Santa Catarina, a quando da sua extinção.

310×210 — 138+99+15+3 fls. numeradas.

Maço 33

- 128 ————— Traslado dos Autos de inventário do Colégio de S. Patrício.

315×215 — 128+46 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 33

- 129 ————— Inventário do Cartório do Colégio.

305×205 — 2 cadernos; 345×225 — 2 cadernos.

Maço 33

- 130 ————— Conta Corrente do Cofre do Colégio de S. Patrício. Anos de 1758 a 1766.

305×210 — caderno com 9 fls.

Maço 34

- 131 ————— L.<sup>o</sup> da Receita do Colégio de S. Patrício. Anos de 1759 a 1766.

290×205 — 36 fls. numeradas — Capa de pergaminho.

Maço 34

- 132 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa do Colégio de S. Patrício. Anos de 1759 a 1766.

290×205 — 46 fls. numeradas — Capa de pergaminho.

Maço 34

#### Colégio de S. Francisco Xavier, em Setúbal

- 133 ————— Autos do inventário e sequestro que fez o Desembargador da Casa da Suplicação Jerónimo de Lemos Monteiro aos bens do Colégio da Companhia denominado de S. Francisco Xavier. Contém a descrição dos bens e dinheiro que foram achados no cubículo do P.<sup>o</sup> Gabriel Malagrida e um autógrafo do mesmo.

310×220 — 77+56+14+13+12 fls.

Maço 35

- 134 ————— Conta corrente com os tesoureiros João Ferreira de Matos e António Ferreira Rego, do rendimento dos bens confiscados aos ex-Jesuitas do Colégio da Vila de Setúbal, que sendo administrados pelos corregedores da comarca, passou a administração para os provedores em observância de ordens do Real Erário. Documentos justificativos 6 cad.

Maço 35

#### Colégio de S. Francisco Xavier, em Santarém

- 135 ————— Auto de inventário e sequestro do Colégio dos Jesuitas feito pelo Desembarga-

dor da Casa da Suplicação, Doutor Inocência  
Alvares Silva Freire.  
310×215 — 90+57+12+3+17+2+4 — enc. em  
pergaminho.

Maço 36

136 ————— Inventário de parte da prata  
do Colégio de Santarém, relações de propriedade  
deste Colégio e residência de Pernes. Anos de  
1769 a 1774.

350×230 — 2 cadernos.

Maço 37

137 ————— Relações das propriedades do  
Colégio. Anos de 1759 a 1766.  
Vários cadernos.

Maço 37

138 ————— Autos de arrematação de pro-  
priedades e foros da Capela da Boa Morte.  
310×220 — proc. com 54 fls.

Maço 37

139 ————— Auto de inventário e arrenda-  
mento da Quinta dos Caniços, na Golegã, a José  
Simões.  
220×310 — proc. com fls. não numeradas.

Maço 37

140 ————— Autos de avaliação do domínio  
directo e foros das propriedades do Colégio.  
300×210 — 7 cadernos.

Maço 37

141 ————— Assento da cobrança de foros  
do Colégio.  
340×240 — cad. com 47 fls.

Maço 36

142 ————— Autos de penhoras, requeri-  
mentos, relações, certidões e outros papéis avul-  
sos relativos à administração das Casas da Com-  
panhia de Jesus em Santarém e termo.

Maço 37

143 ————— Papéis avulso da administra-  
ção de propriedades do Colégio de Santarém.

Maço 37

144 ————— L.<sup>o</sup> da Receita do Colégio de  
Santarém, sendo administrador o Corregedor da  
Comarca e tesoureiro Francisco Gomes Botto.  
Anos de 1767 e 1768.

290×210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 38

145 ————— L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> da Receita do Colégio  
de Santarém. Anos de 1771 a 1775.

295×210 — 60 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 38

146 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa do Colégio de  
Santarém. Ano de 1767.

295×210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 38

147 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do  
Colégio de Santarém. Ano de 1768.

295×210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 38

148 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do  
Colégio de Santarém. Anos de 1769 a 1772.

295×210 — 100+60 fls. — capa de pergaminho.

Maço 38

- 149 ————— L.º da Receita e Despesa do Colégio de Santarém e suas capelas. Anos de 1771 a 1773.  
295×210 — 160 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 38
- 150 ————— L.º da Receita e Despesa do Colégio de Santarém. Ano de 1775.  
300×210 — 148 fls. numeradas — sem capas.  
Maço 38
- 151 ————— L.º da nota dos dinheiros recebidos no Colégio de Santarém. Anos de 1759 a 1775.  
350×245 — 55 fls. numeradas.  
Maço 38
- 152 ————— L.º da Receita das Capelas e do Colégio de Santarém. Anos de 1774 e 1775.  
295×210 — 150 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 38
- 153 ————— L.º da Receita e Despesa do Colégio e Capelas pertencentes à administração do Colégio de Santarém. Ano de 1775.  
300×205 — 144 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 38
- 154 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela da Nossa Senhora do Socorro. Ano de 1768.  
290×210 — 52 fls. — capa de pergaminho.  
Maço 39

- 155 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora do Socorro. Ano de 1768.  
295×210 — 50 fls. — capa de pergaminho.  
Maço 39
- 156 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora do Socorro. Anos de 1769 a 1772.  
300×210 — 50 + 60 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 39
- 157 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora da Glória. Ano de 1767.  
295×210 — 52 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 40
- 158 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora da Glória. Ano de 1768.  
295×210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 40
- 159 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora da Glória.  
295×210 — 60 + 60 fls. — capas de pergaminho.  
Maço 40
- 160 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora da Boa-Morte. Ano de 1767.  
295×210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 41
- 161 ————— L.º da Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora da Boa-Morte.  
295×210 — 38 fls. numeradas — capa de pergaminho.  
Maço 41

162 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de Nossa Senhora da Boa-Morte. Anos de  
1769 a 1772.  
295 x 210 — 50 + 60 fls. — capa de pergaminho.

Maço 41

163 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Francisco Xavier. Ano de 1767.  
295 x 210 — 50 fls. — capa de pergaminho.

Maço 42

164 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Francisco Xavier. Ano de 1768.  
295 x 210 — 38 fls. — capa de pergaminho

Maço 42

165 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Francisco Xavier. Ano de 1769.  
295 x 210 — 30 fls. — capa de pergaminho.

Maço 42

166 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Luiz Gonzaga. Ano de 1767.  
295 x 210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 43

167 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Luiz Gonzaga. Ano de 1768.  
295 x 210 — 38 fls. — capa de pergaminho.

Maço 43

168 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Luiz Gonzaga. Ano de 1769.  
295 x 210 — 32 + 32 fls. — capas de pergaminho.

Maço 43

169 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Estanislau. Ano de 1767.  
295 x 210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 44

170 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Estanislau. Ano de 1768.  
295 x 210 — 38 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 44

171 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Capela de S. Estanislau. Ano de 1769.  
295 x 210 — 24 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 44

172 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Residência de Pernes. Ano de 1767.  
295 x 210 — 50 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 45

173 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Residência de Pernes. Ano de 1768.  
295 x 210 — 38 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 45

174 ————— L.º da Receita e Despesa da  
Residência de Pernes. Ano de 1769.  
295 x 210 — 30 + 20 fls. — capas de pergaminho.

Maço 45

175 ————— L.º da Receita e Despesa do  
Colégio de Évora. Ano de 1767.  
295 x 210 — 38 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 46

176 \_\_\_\_\_ L.º da Receita e Despesa do Colégio de Évora. Ano de 1768.  
295 × 210 — 20 fls. — capa de pergaminho.

Maço 46

177 \_\_\_\_\_ L.º da Receita e Despesa do Colégio de Évora. Ano de 1769.  
295 × 210 — 20 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 46

178 \_\_\_\_\_ L.º da Receita e Despesa dos Colégios de Santo Antão, de Braga e Paraíso. Ano de 1767.  
295 × 210 — 50 fls. numeradas - capa de pergaminho.

Maço 46

179 \_\_\_\_\_ L.º da Receita e Despesa dos Colégios de Santo Antão, de Braga e Paraíso. Ano de 1768.  
295 × 210 — 38 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 46

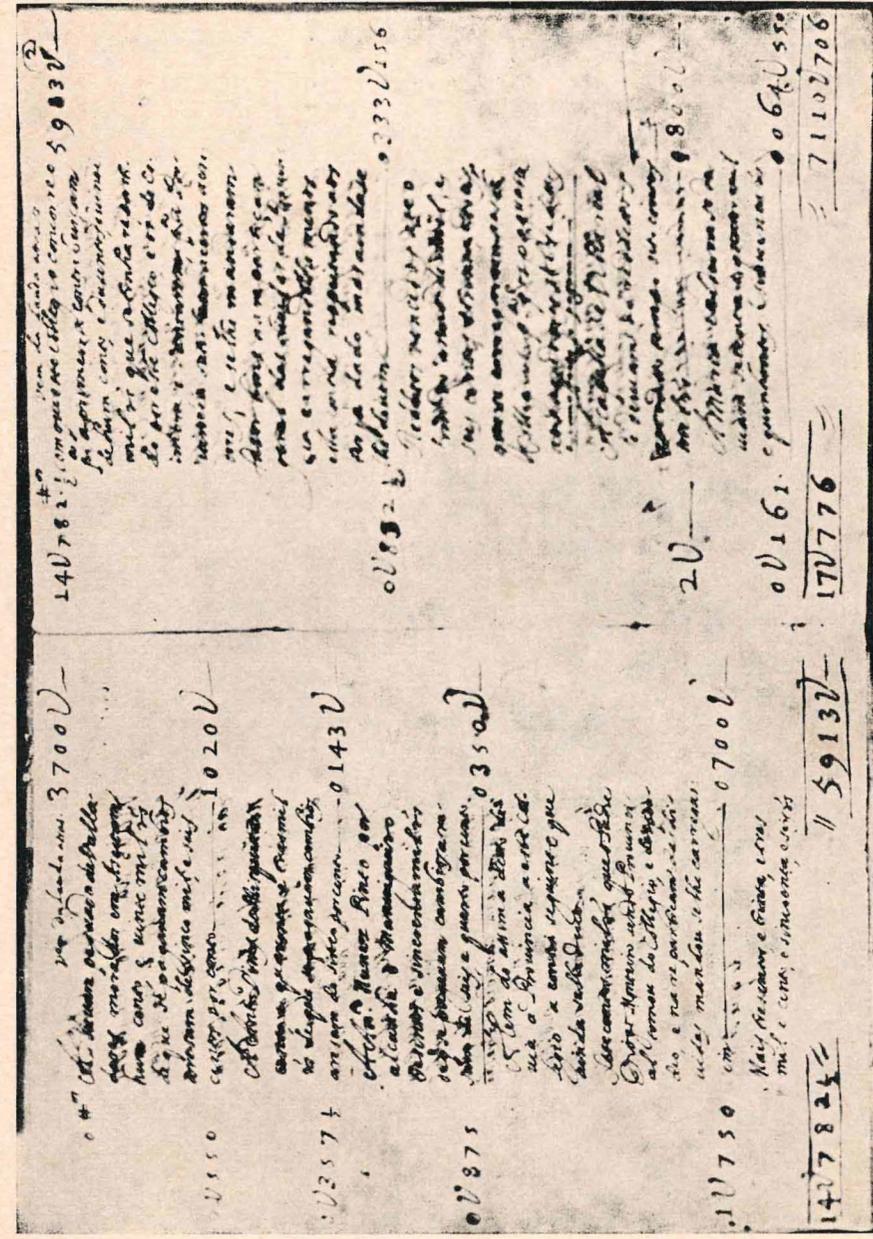
180 \_\_\_\_\_ L.º da Receita e Despesa do Colégio do Paraíso. Ano de 1769.  
295 × 210 -- 20 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 46

Colégio do Espírito Santo, em Évora

181 \_\_\_\_\_ Traslado dos inventários e sequestros feitos aos bens e rendas do Colégio do Espírito Santo.  
330 × 230.

Maço 47



182 ————— L.º intitulado “Cartas de El-Rey, Da Camara, do Patriarca e outras,„. É constituído por cópias de cartas e cartas originais autógrafas de vários Reis, Patriarcas, dos Reitores para El-Rei e de várias entidades particulares, tais como o conde de Avintes. Documentos respeitantes à Universidade de Évora não ordenados cronologicamente mas compreendidos entre 1416 (Alvará em que El-Rei D. Fernando dispensa os lentes da Universidade de Lisboa do pagamento de fintas) e 1717.

310×215 — numeração desordenada — sem capas.

Maço 48

183 ————— L.º de Recibos de Ordenados dos serventuários de Offícios do Colégio da Companhia de Évora. Anos de 1595 a 1621.

205×150 — 145 fls. — encadernado em pergaminho num fragmento de uma página de um livro de cantochão.

Maço 48

184 ————— Tombo das propriedades foreiras ao Priorado-Mór de São Jorge de Coimbra pertencentes ao Colégio de Évora e sitas em Lisboa (diversas freguesias).

320×225 — 78 fls. numeradas — encadernado em pergaminho.

Maço 48

185 ————— Capitais e Câmbio pela Província. Colectânea em livro. Anos de 1632 a 1638.

215×160 — 93 fls. numeradas — encadernado em pergaminho.

Maço 49

186 ————— L.º das Pagas da Herdade e Foros. Ano de 1699.  
210×115 — enc. em pergaminho.

Maço 49

187 ————— L.º da Receita e Despesa das Quintas da Labruja e Canissos, na Golegã, pertencentes ao Colégio de Évora. Ano de 1765.  
285×210 — 48 fls. — capa de pergaminho.

Maço 49

188 ————— Papéis avulsos referentes à prebenda da Póvoa de Rio de Moinhos.  
320×220.

Maço 49

189 ————— Borrador de Contas.  
200×150 — 78 fls. — enc. sem capas.

Maço 49

190 ————— Mapa e resumo das importâncias por que foram arrematados os bens pertencentes à Mesa Abacial do Paço de Sousa que foi dos Jesuítas de Évora. Administrador dos bens o Desembargador José Pinto de Moraes Bacelar e escrivão António da Silva Portela.  
315×215 — cartonado.

Maço 49

#### Colégio de S. Tiago, em Elvas

191 ————— Autos de sequestro e inventário do Colégio de Elvas, dirigidos pelo Desembargador da Casa da Suplicação, José Carvalho de Andrade.  
320×220 — 77 + 12 + 4 + 28 + 2 + 4 + 10 + 4 + 2 fls. constituindo processo.

Maço 50

192 ————— Inventário dos Móveis da Igreja e das Capelas do Colégio de Elvas. Ano de 1694.  
215×115 — 197 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 51

193 ————— Relação das Fazendas pertencentes ao Sequestro dos Bens da Companhia na cidade de Elvas e outros papéis avulso. Anos de 1759 a 1773.  
300×210.

Maço 51

194 ————— L.º de memórias de factos notáveis ocorridos em Elvas. Tem por sub-título: "Livro que se fez por ordem do P.º Geral em que se assentassem as couzas de virtude memoráveis que succedessem em cada Collegio da Comp.ª de Jesus,,. Ano de 1684.  
295×210 — capa de pergaminho.

Maço 52

195 ————— L.º da Receita e Despesa e assentos dos ordenados da lavandaria, barbeiro, amassadeira, moço da cozinha e letrado. Anos de 1654 e 1648.  
300×210 — 108 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 53

196 ————— L.º das Contas da Província com os Colégios. 1646 a 1696.  
305×225 — 62 fls. — capa de pergaminho.

Maço 53

197 ————— L.º de Contas em que assinam os P.ºs que visitam o Colégio. Ano de 1647.  
305×210 — 75 fls. — capa de pergaminho antigo manuscrito.

Maço 53

198 ————— L.<sup>o</sup> da Contabilidade dos P.<sup>es</sup>  
Gregório Luiz e Luiz Manuel. Anos de 1648 a  
1652.  
305 × 210 — capa de pergaminho antigo manuscrito.

Maço 53

199 ————— L.<sup>o</sup> da Contabilidade do P.<sup>o</sup>  
Reitor Joseph de Figueiredo. Anos 1656 a 1664.  
290 × 205 188 fls. — capa de pergaminho — frag-  
mento de livro de cantochão.

Maço 53

200 ————— L.<sup>o</sup> de Receita e Despesa do  
Reitor do Colégio de Elvas P.<sup>o</sup> Francisco Aranha.  
Anos de 1652 a 1656.  
305 × 215 — 119 fls. numeradas — capa de pergaminho  
manuscrito antigo.

Maço 53

201 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa do  
P.<sup>o</sup> Reitor Francisco Lopes. Anos de 1664 a 1673.  
295 × 205 — 131 fls. — capa de pergaminho.

Maço 53

202 ————— L.<sup>o</sup> de Receita e Despesa. Anos  
de 1673 a 1683.  
305 × 210 — 143 fls. — capa de pergaminho antigo  
manuscrito.

Maço 53

203 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa. Anos de 1684  
a 1693.  
295 × 210 — capa de pergaminho — em mau estado.

Maço 54

204 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Depesa. Anos  
de 1684 a 1694.

Maço 54

205 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa particular. Ano  
de 1725.  
295 × 210 — 506 fls. com falta de algumas — capa de  
pergaminho.

Maço 54

206 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa geral.  
Anos de 1730 a 1751.  
295 × 210 — 144 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 54

207 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa geral  
do Colégio de Elvas. Anos de 1751 a 1759.  
305 × 210 — 71 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 54

208 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa da Igreja, Ca-  
pelas, Esmolas, Livraria, Enfermaria e foros.  
Ano de 1745.

290 × 205 — em mau estado de conservação.

Maço 54

209 ————— L.<sup>o</sup> das quitações e contas das  
capelas. Ano de 1653.  
295 × 210 — enc. em pergaminho.

Maço 55

210 ————— L.<sup>o</sup> dos Assentos do Estado  
em que fica o Colégio quando acabam os P.<sup>es</sup>  
Reitores.

300 × 210 — 75 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 55

211 ————— Resumo da Receita e Despesa Geral da Capela da Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Violante da Fonseca Coutinho. Anos de 1730 a 1758.  
295 × 210 — 72 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 56

212 ————— L.<sup>o</sup> da Despesa da Capela da Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Violante da Fonseca Coutinho. Anos de 1730 a 1757.  
295 × 210 — 153 fls. numeradas—enc. em pergaminho.

Maço 56

213 ————— Juros e Alugueis das Casas da Capela da Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Violante da Fonseca Coutinho. Anos de 1728 a 1748.  
290 × 210 — 48 fls. numeradas — capa de pergaminho.

Maço 56

214 ————— L.<sup>o</sup> da Receita e Despesa da Casa Professa de Vila Viçosa. Anos de 1786 a 1789.  
300 × 210 — 24 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 57

#### Colégio de S. Sebastião, em Portalegre

215 ————— Autos de inventário e sequestro dos bens do Colégio feitos pelo Desembargador José de Carvalho de Andrade.  
330 × 230 — 238 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 58

216 ————— L.<sup>o</sup> para assentar os confrades de Nossa Senhora da Anunciada. Portada caligráfica com vestígios de lhe ter sido arrancada uma imagem.  
350 × 210 — 332 fls. — enc. em pele — mau estado de conservação.

Maço 59

217 ————— L.<sup>o</sup> das Pautas dos Confrades de Nossa Senhora dos Mártires. Ano de 1650. Portada e frontespício caligráficos que mostra vestígios de lhe terem arrancado uma imagem.  
300 × 210 — 151 fls. — enc. em pele — mau estado de conservação.

Maço 59

218 ————— L.<sup>o</sup> das Receitas dos anos de 1719 a 1766.  
290 × 210 — capa de pergaminho — muito mau estado de conservação.

Maço 59

219 ————— L.<sup>o</sup> das Pautas dos Irmãos de Nossa Senhora da Cadeia. Portada caligráfica a duas cores que serve de índice. Frontespício desenhado à pena com a imagem de N. S.<sup>a</sup> da Escada, reprodução de outra gravada da autoria do P.<sup>e</sup> Van Lifebetten e que fora esculpida, pelo P.<sup>e</sup> de Ballin. No texto várias capitais desenhadas.  
302 × 215 — enc. em pele — muito mau estado de conservação.

Maço 59

220 ————— Livro de traslados das bulas das graças, indulgências e privilégios da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada. Ano de 1773.

Contém, ainda, as eleições da confraria e citas aos irmãos.  
305 × 225 — 397 fls. — capa de pergaminho em mau estado de conservação.

Maço 59

221 ————— Bulas e Compromissos da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires da Igreja de S. Sebastião — Extramuros de Portalegre. Portada constituída por uma litogravura, imagem de Nossa Senhora da Anunciada, gravada por Avroux. Contém diversas provisões autografas dos Bispos de Portalegre.  
275 × 200 — 131 fls. — encadernado em pele — mau estado de conservação.

Maço 59

222 ————— Título de confrades da Vila de Montemor-o-Novo. (Casa professa de Portalegre).  
295 × 210 — enc. em pele.

Maço 60

#### Colégio de S. Sizinando, em Portimão

223 ————— Auto de inventário e sequestro dos Bens do Colégio dos Padres Jesuitas feito pelo Desembargador da Casa da Suplicação, Dr. Bento António dos Reis Pereira. Ano de 1759. Contém a fls. 40 a notícia da fundação do Colégio.  
320 × 220 — 127 + 15 + 24 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 61

224 ————— Relação dos bens do Colégio e destino que se lhes deu após o sequestro.  
340 × 220 — proc. não numerado.

Maço 61

225 ————— Índice dos salários dos Oficiais e Moços do Colégio.  
205 × 155 — 150 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 61

226 ————— L.º de Obrigações do Colégio da Companhia.  
195 × 115 — 99 fls. — capa de pergaminho.

Maço 61

227 ————— L.º de Contas que tem o Colégio de Vila Nova de Portimão com os mais Colégios e Casas desta Província.  
215 × 150 — 194 fls. numeradas — enc. em pergaminho.

Maço 61

228 ————— Inventário do Colégio feito pelo Desembargador da Casa da Suplicação, Dr. Bento António dos Reis Pereira.  
320 × 225 — 177 + 17 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 62

229 ————— L.º do dinheiro que há-de entrar no cofre das 3 chaves, sendo n.º 1 Depositário Pedro Anes Caro. Anos de 1759 a 1766.  
295 × 210 — 248 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 62

230 ————— L.º n.º 2 da Receita. Anos de 1761 a 1775.  
300 × 210 — 240 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 62

231 ————— L.º da Despesa. Anos de 1759  
a 1766.  
300 × 210 — 150 fls. numeradas — enc. em pergaminho.  
Maço 62

232 ————— Diversos autos e papeis per-  
tinentes ao Colégio de Faro.  
Maço 63

#### Malabar

233 ————— Relatório da sentença proferida  
na causa sumária movida pelos aldeanos de  
Anolna, Velins e Ambelim contra o P.º Provin-  
cial.  
340 × 220 — caderno não numerado.  
Maço 64

234 ————— Balanço Geral da Receita e  
Despesa do Confisco da Cidade de Goa, Estado  
da Índia.  
350 × 225 — enc. em pele.  
Maço 64

#### Bahia

235 ————— Títulos de todos os bens de  
raiz e propriedades que possui o Colégio da Bahia.  
300 × 210 — proc. com 118 fls.  
Maço 65

#### S. Luiz do Maranhão

236 ————— Conta do Rendimento e da  
Despesa. Anos de 1760 a 1771.  
340 × 225 — enc. em marroquim com pastas ornamen-  
tadas a ouro.  
Maço 66

#### Santa Maria de Belém do Grão Pará

237 ————— Inventário dos Bens dos Je-  
suítas, Colégio de St.ª Maria de Belém.  
300 × 205 — 91 fls — enc. em pergaminho.  
Maço 67

238 ————— Balanço do Rendimento e Des-  
pesa dos bens sequestrados aos extintos religio-  
sos mercenários. Anos de 1769 a 1798, 1800 a  
1804 e 1806.  
350 × 220 — 28 cad.  
Maço 67

239 ————— L.º da Congregação de Nossa  
Senhora do Socorro. Anos de 1672 a 1760.  
300 × 205 — 91 fls. — enc. em pergaminho.  
Maço 67

240 ————— L.º que há-de servir para as  
denúncias das pessoas que foram da Companhia  
chamada de Jesus e dos que são confrades das  
irmandades erectas pelos mesmos Jesuítas.  
300 × 210 — 140 fls. — enc. em linho.  
Maço 67

#### Angra — Ilha Terceira

241 ————— Autos de inventário dos bens  
do Colégio que mandou fazer o Doutor António  
de Mesquita e Moura, Desembargador da Relação  
da Cidade do Porto, Corregedor com alçada na  
comarca e correição destas Ilhas dos Açores,  
Intendente e Administrador dos bens confiscados  
aos Regulares expulsos.  
Maço 68

242 ————— Tombo de todos os bens pertencentes ao Colégio de Angra.  
300×220 — 100+6 fls. — enc. em linho.

Maço 68

243 ————— Inventário dos bens da Companhia na referida Ilha.  
315×225 — 145 fs. — enc. em pergaminho.

Maço 68

244 ————— Contas da Receita e Despesa da Administração do Desembargador Dr. Manuel de Matos de Carvalho, de 7 de Agosto de 1760 a Abril de 1762; da administração do Sargento-Mór, Comandante do Castelo de S. João Baptista, Francisco da Costa Franco, desde 28 de Maio de 1762 até 15 de Fevereiro de 1764; da administração do Capitão Comandante do Castelo de S. João Baptista, Francisco Pereira de Lacerda, desde 15 de Fevereiro de 1764 a 29 de Julho de 1765; da administração do Corregedor da Comarca Dr. António de Mesquita e Moura, de 12 de Outubro de 1765 a 28 de Novembro de 1766; da administração do Corregedor Dr. Alexandre de Proença e Lemos de 28 de Junho de 1766 a 7 de Julho de 1767; da administração do Corregedor Dr. Valério Joseph de Leão de 7 de Julho de 1767 a 5 de Julho de 1769; da administração do Corregedor Dr. Henrique Joseph da Silva Quintanilha de 5 de Julho de 1769 a 14 de Setembro de 1778; da administração do Corregedor Dr. Joaquim Gomes Teixeira de 14 de Setembro de 1778 a 28 de Novembro de 1783; da administração do Corregedor Dr. António Pedro de Alcântara e Sá Lopes, no ano de 1784.  
385×245 — 33 fls. — enc. em camurça.

Maço 68

### S. Miguel — Ponta Delgada

245 ————— Traslado dos autos do inventário, autos do leilão, de arrematação e declaração de bens mandados fazer pelo Sargento-Mór António Borges de Betencourt.  
310×220 — proc. com várias numerações.

Maço 69

246 ————— Inventário e outros documentos pertencentes ao Colégio de Todos-os-Santos, de S. Miguel.  
315×220.

Maço 69

247 ————— Traslado dos autos das avaliações dos bens confiscados aos Jesuítas da Ilha de S. Miguel.  
355×230 — enc. em camurça.

Maço 70

248 ————— Autos de arrematação. Anos de 1766 a 1767.  
310×220 — 6 cadernos.

Maço 70

249 ————— L.<sup>o</sup> das arrematações. Anos de 1774 e 1777 a 1779.  
345×230 — 61 fls. — enc. em pele.

Maço 70

250 ————— Traslado do inventário da Livraria do Colégio.  
310×220 — 25 fls. numeradas.

Maço 71

**251** ————— Papéis pertencentes à conta do Tesoureiro que foi cofre da Inconfidência na Ilha de S. Miguel, José Pereira de Medeiros. Anos de 1760 a 1765.  
350×230.

Maço 71

**252** ————— Documentos de Despesa dos anos de 1765 a 1768.  
310×220 — 37 documentos.

Maço 71

**253** ————— Livro Mestre.  
345×235 — 10 fls. — enc. em camurça.

Maço 72

**254** ————— Livro Caixa.  
345×235 — 67 pág. — enc. em camurça

Maço 72

#### Fayal

**255** ————— Tombo de avaliações dos bens pertencentes ao Colégio da Ilha do Fayal.  
310×215.

Maço 73

**256** ————— L.º dos Rendimentos e Despesas dos bens que foram do Colégio desta Ilha.  
320×220 — 312 fls. numeradas — enc. em seda.

Maço 73

#### Funchal

**257** ————— Auto de sequestro feito no Colégio de S. João Evangelista. Cópias dos autos de avaliação de todos os bens. Auto de recen-

seamento de toda a receita e despesa de 1759 a 1765.  
345×220 — dez cadernos.

Maço 74

#### Diversos colégios

**258** ————— Inventários dos bens e rendimentos pertencentes às Casas dos Jesuítas na Corte e Estremadura.  
355×250 — 134 fls. numeradas. — capa de pergaminho.

Maço 75

**259** ————— Inventários dos bens e rendimentos pertencentes às casas da Religião da Companhia que se acham em sequestro e custódia.

Maço 75

**260** ————— L.º dos dinheiros entrados e saídos.  
375×235 — 259 + 3 págs. — enc. em pele.

Maço 75

**261** ————— Algumas notícias de foros pertencentes aos Colégios de Setúbal, Évora, Beja, Porto, Elvas, Portalegre, Bragança, Faro, etc.  
345×220 —

Maço 76

**262** ————— Papéis diversos.  
310×215 — 10 fls. e 3 cadernos.

Maço 76

**263** ————— Vários documentos referentes aos bens dos Jesuítas.  
335×220 —

Maço 76

264 ————— Diversos autos e mais papéis dos Colégios dos Jesuítas.  
320 × 220 —

Maço 76

265 ————— L.<sup>o</sup> relativo a vários rendimentos de prazos que os Jesuítas possuíam em várias localidades.  
300 × 210 — capa de pergaminho.

Maço 76

266 ————— Cópia da Conta que deram os P.<sup>es</sup> Procuradores das Províncias da Companhia de Jesus no Ultramar.  
350 × 225 — caderno inumerado.

Maço 77

267 ————— Lista dos Individuos Ex-Jesuítas Portugueses existentes no Estado do Pontífice.  
345 × 220 — caderno com 21 págs.

Maço 77

268 ————— Relação dos juros reais que existem nesta Contadoria geral que ficaram dos que se sequestraram aos Regulares da Companhia de Jesus.  
340 × 220 — caderno inumerado.

Maço 78

269 ————— Relação de juros diversos.  
350 × 220 — caderno inumerado.

Maço 78

270 a 273 ————— Colecção dos bens sequestrados aos Jesuítas e que ingressaram na Coroa.  
450 × 290.

Maço 79

274 ————— L.<sup>o</sup> I das arrematações dos bens sequestrados à Companhia de Jesus.

Maço 80

275 ————— L.<sup>o</sup> II das arrematações dos bens sequestrados à Companhia de Jesus.

Maço 80

276 ————— L.<sup>o</sup> III de arrendamentos e arrematações dos bens sequestrados aos P.<sup>es</sup> da Companhia de Jesus.  
295 × 77 fls. numeradas — enc. em linho.

Maço 80

277 ————— L.<sup>o</sup> dos rendimentos dos bens sequestrados à Companhia de Jesus. — Colégios do Minho, Beira, Trás-os-Montes.  
410 × 300 — 285 fls. — enc. em pele com ferros.

Maço 81

278 ————— L.<sup>o</sup> das Rendas dos bens sequestrados aos Religiosos da Companhia de Jesus. Colégios da Corte e Estremadura.  
410 × 300 — 279 fls. — enc. em pele com ferros.

Maço 82

279 ————— L.<sup>o</sup> dos Rendimentos dos bens sequestrados à Companhia de Jesus. — Colégios do Alentejo e Algarve.  
410 × 300 — 285 fls. — enc. em pele com ferros.

Maço 83

280 ————— L.<sup>o</sup> de Receita. — Colégios de África, Madeira e Índia.  
420 × 300 — 285 fls. — enc. em pele com ferros.

Maço 84

281 ————— L.º dos Rendimentos dos bens sequestrados à Companhia de Jesus. — Colégios e Gerais.  
415 × 300 — 291 fls. em pele com ferros.  
Maço 85

282 ————— Processo de aforamento de propriedades no termo de Cintra pertencentes à Companhia de Jesus. Casais de Fanares e Vale de Porcas, no lugar de Vila Verde, termo de Cintra.  
305 × 210 — inumerado.  
Maço 86

283 ————— Testamento de Lucas Vieira, Cavaleiro da Ordem de Cristo, escrivão da Câmara de El-Rei.  
320 × 220.  
Maço 86

284 e 285 ————— Diversos documentos pertencentes aos Colégios dos Jesuítas.  
340 × 220.  
Maço 86

#### Casa de Aveiro

286 ————— Auto de inventário e sequestro mandado fazer em todos os bens do Duque de Aveiro. Desembargador Joseph Alberto Leitão e escrivão do processo o escrivão do crime da Corte, Caetano da Costa Loireiro. Ano de 1758.  
310 × 210 — processo com 426 fls.  
Maço 87

287 ————— Autos de arrematação dos bens sequestrados ao Duque de Aveiro.  
310 × 210 — 483 fls.  
Maço 87

288 ————— Caderno das rendas dos bens pertencentes à Casa de Aveiro. Anos de 1759 a 1766.  
Maço 88

289 ————— Rendas das casas à Esperança pertencentes ao Reo Confiscado que foi Duque de Aveiro.  
305 × 210 — caderno com 39 fls.  
Maço 88

290 ————— Autos de posse e arrecadação de bens e rendas do almoxarifado de Azeitão que foram da extinta Casa de Aveiro e do procedimento sobre as contas do seu rendeiro Matias Pereira Heitor de Macedo.  
310 × 220 — 2 cadernos.  
Maço 88

291 ————— Requerimentos de credores do Duque pedindo o pagamento das quantias em dívida.  
350 × 220.  
Maço 88

292 ————— Autos dos pagamentos que se fizeram aos credores do Duque.  
310 × 220.  
Maço 89

293 ————— Diversos documentos.  
340 × 220.  
Maço 90

294 ————— L.º para nele se lançarem as despesas que se fizeram com a Casa e com os

bens sêquestrados ao Reo Jose de Mascarenhas  
que foi Duque de Aveiro.  
295 × 210 — 143 + 9 fls. — enc. em pergaminho.

Maço 91

**295** ————— Conta do Desembargador José  
Alberto Leitão como Administrador Tesoureiro  
do sequestro feito ao réu José de Mascarenhas,  
Duque que foi de Aveiro.  
350 × 230 — 4 cadernos.

Maço 91

#### Casa de Távora

**296** ————— Cópia da instituição dos bens  
do Morgado de Távora em 1536 por Luiz Alves  
de Távora e D. Filipa de Vilhena, sua mulher.  
300 × 210 — 80 fls.

Maço 92

**297** ————— Tombo dos bens de raiz da  
herança do Principal Henrique Vicente que se  
disse pertencerem todos ou parte deles à Mar-  
queza de Tavora D. Leonor Tomazia.  
300 × 210 — 35 + 35 fls.

Maço 92

**298** ————— Tombo de Carvalhais Autos  
de sequestro feito aos bens pertencentes ao Mor-  
gado de Carvalhais pertença da Casa dos Mar-  
quezes de Tavora e Condes de Alvor ou Tombo  
feito ao dito Morgado pelo Dr. Antonio Fernan-  
des Costa.  
320 × 205 — 530 fls. — enc.

Maço 93

**299** ————— Autos de avaliação das 3 quin-  
tas de Sacavém e herdade no termo de Alcácer  
do Sal.  
320 × 210 — caderno.

Maço 94

**300** ————— Precatório e Avocatório para  
por virtude dele se fazer remeter à Real Fazenda  
da Repartição do Reino os autos de inventário e  
mais documentos pertencentes à extinta Casa de  
Távora.  
310 × 210 — caderno.

Maço 94

**301** ————— Autos referentes a credores da  
Casa de Távora. Anos de 1762 a 1784.  
350 × 230.

Maço 94

**302** ————— Relações de dívidas, autos e  
outros papéis avulsos referentes à Casa de Tá-  
vora.  
350 × 230.

Maço 94

**303** ————— Precatórios contra a extinta  
Casa de Távora cujo pedido de cumprimento foi  
feito por D. Bernarda Tereza Campers de Sande  
e Vasconcelos e seus filhos.  
340 × 220.

Maço 95

**304** ————— Precatórios de credores da ex-  
tinta Casa de Távora.  
320 × 220 — 13 cadernos.

Maço 95

- 305** ————— Processo em que é autora D. Bernarda Tereza Caupers Sande e Vasconcelos e filhos e réus os Marqueses de Távora.  
305 × 210. Maço 96
- 306** ————— Autos de sentença em que foi autora a Preclaríssima Sr.<sup>a</sup> D. Bernarda Tereza Caupers de Sande e Vasconcelos, viúva de Francisco de Paula de Oliveira da Cunha e Silva Grante e seus filhos contra o Procurador Fiscal da Inconfidência por cabeça dos confiscados, Marqueses de Távora.  
305 × 210 — 307 fls. Maço 96
- 307** ————— Conta da Receita e da Despesa dos bens confiscados aos Marqueses que foram de Távora, em 1758 e até o S. João de 1759. Morgadio de Mirandela e outros bens.  
295 × 205 — 10 cadernos. Maço 97
- 308** ————— Conta da Receita e da Despesa dos bens confiscados aos Marqueses de Távora. Bens das Províncias da Beira e Trás-os-Montes que agora pertencem à Coroa.  
295 × 205 — 11 cadernos. Maço 97
- 309** ————— Resumos da Receita e Despesa dos Bens da Casa de Távora, dos anos de 1758 a 1768 e correspondentes às respectivas contas inventariadas com os números 307 e 308.  
300 × 210. Maço 97

### Casa d'Atouguia

- 310** ————— Autos de sequestro e inventário dos bens dos Condes de Atouguia na cidade de Lisboa e seu termo.  
310 × 220 — 894 fls. Maço 98
- 311** ————— Diversos autos de sequestro.  
310 × 220. Maço 99
- 312** ————— Autos reformados do sequestro feito aos bens de Jerónimo de Ataíde que foi Conde de Atouguia.  
310 × 220. Maço 100
- 313** ————— Relação dos preços por que se venderam os bens da Casa da Atouguia.  
300 × 210. Maço 101
- 314** ————— Papeis relativos ao requerido pela Condessa de Atouguia sobre a entrega de bens que só a ela pertenciam e aos herdeiros de Miguel Lopes Leão.  
350 × 220. Maço 101
- 315** ————— Precatórios de credores da Casa de Atouguia e mapas do rateio feito.  
310 × 215 — 15 cadernos. Maço 102
- 316** ————— Conta da Receita e Despesa que se tomou a João Jorge, Tesoureiro que foi do

sequestro que se fez ao réu Confiscado Jerónimo de Ataíde que foi Conde de Atouguia.  
345 × 220.  
Maço 103

**317** ————— L.º da Receita dos rendimentos dos bens da província da Beira e Trás-os-Montes pertencentes à Casa de Atouguia.  
295 × 210 — 12 fls. — enc. em pergaminho.  
Maço 103

#### Diversos Réus

**318** ————— Autos de sequestro, avaliação, arrematação, títulos e mais papeis referentes aos bens de António Alves Ferreira, co-réu com o Duque que foi de Aveiro.  
310 × 220 — 326 fls.  
Maço 104

**319** ————— Autos de sequestro e arrematação feitos aos bens de José Policarpo, co-réu com o Duque que foi de Aveiro.  
315 × 220.  
Maço 105

#### Três Casas e Diversos

**320** ————— Relações das dívidas "iníquidas" que devem os Rematantes dos bens sequestrados às casas que foram de Atouguia, Távora e Aveiro.  
300 × 215 — 345 × 225 — 2 cadernos.  
Maço 106

**321** ————— Autos de sequestro e suspensão dos administradores dos bens do Duque de Aveiro, Marqueses de Távora e do Conde de

Atouguia feito pelo Conservador da Universidade de Coimbra.  
310 × 220 — 10 cadernos.  
Maço 106

**322** ————— L.º 1.º das Ordens referentes às casas de Távora, Atouguia e Aveiro e Companhia de Jesus. Várias relações e papeis avulso referentes às mesmas casas.  
310 × 215.  
Maço 106

**323** ————— Extrato das avaliações dos prédios pertencentes aos sequestros das Casas que foram dos Regulares denominados Jesuitas e demais réus.  
310 × 215 — 22 cadernos.  
Maço 106

**324** ————— L.º da Receita e 1.º dos Bens Confiscados pela sentença de 12 de Janeiro de 1759 às Casas de Aveiro, Atouguia, Távora. Compreende a Casa de Gouveia e Alvor.  
415 × 295 — 295 fls. — enc. em pele com ferros.  
Maço 107

**325** ————— L.º dos Bens Confiscados às diversas Casas incluídas as dos Jesuitas. — Resumo dos originais.  
385 × 260 — 90 págs. — enc. em pergaminho.  
Maço 108

**326** ————— Documentos avulso relativos aos bens das casas sequestradas e em que se inclui uma relação das comendas que pertenciam às Casas de Atouguia, Távora e Aveiro.  
340 × 225.  
Maço 109

**Fundo Geral**

- 327** ————— Processo de liquidação da conta de António dos Santos Pinto que foi tesoureiro da Junta da Inconfidência. Anos de 1759 a 1769. 345×225 — 7 cadernos.  
Maço 110
- 328** ————— Conta corrente do tesoureiro que foi da Tesouraria Particular da Inconfidência, António dos Santos Pinto. Fevereiro de 1769 a Novembro de 1771. 365×250 — cartonado.  
Maço 111
- 329** ————— L.º da Receita e Despesa geral do dinheiro que foi apreendido no acto da prisão e sequestro que se fez a António da Costa Freire. António da Costa Freire era o encarregado da administração do dinheiro do contrato com Feliciano Velho Oldenberg. 380×270 — 234 fls. com falta das fls. 30 a 218 — enc. em camurça.  
Maço 112
- 330** ————— L.º da Tesouraria instituída para socorro das aflições que se que se seguiram à calamidade do dia 1.º de Novembro de 1755. 330×220 142 fls. numeradas com falta das 76 a 139 — enc. em pele.  
Maço 113
- 331** ————— L.º da Receita que por Real Decreto de Sua Magestade lhe foi mandada entregar e proveniente de várias "Repartições". 345×230 — 189 fls. com falta das 156 a 186 — enc. em camurça.  
Maço 114

- 332** ————— L.º da Receita e Despesa do Tesoureiro António dos Santos Pinto. 380×270 — 236 fls. — enc. em camurça.  
Maço 115
- 333 a 340** ————— Documentos de crédito da conta de António dos Santos Pinto.  
Maço 116 a Maço 123
- 341** ————— Conta corrente de João Roiz Caldas como Tesoureiro e Recebedor da Inconfidência desde Dezembro de 1771 até Dezembro de 1777, conforme o Real Decreto de 3 de Dezembro de 1771. 345×225 — 14 fls. — cartonado.  
Maço 124
- 342** ————— Séries Sanctorum. Obra impressa com cercaduras gravadas por Ferd.º Francescheli. Ano de 1744. 420×280 — cartonado.  
Maço 125
- 343** ————— Inventário que acompanha todas as peças de prata, apreendidas aos Jesuítas do Colégio de Santo Antão desta cidade no sequestro a que se procedeu por ordem de Sua Magestade as quais se transferem do Depósito Público, onde se achavam, para o Real Erário, na Conformidade da Ordem expedida pelo Juízo da Inconfidência ao Desembargador Jerónimo de Lemos Monteiro, Juiz Administrador do sobre-dito Colégio. 320×210.  
Maço 126

344 ————— Registo de entregas ao Real Erário das peças de Ouro e Prata apreendidas ao Colégio dos Jesuítas. Anos de 1769 a 1795. 380×250 — 75 fls. — cartonado.

Maço 126

345 ————— Resumo das peças de Ouro e Prata que se acham nos cofres do Real Erário, por entregas que se fizeram pertencentes aos Sequestros das Casas situadas nesta Corte e Província da Extremadura que foram dos Regulares da Companhia denominada de Jesus proscritos destes Reinos. Ano de 1769.

350×220 — caderno inumerado.

Maço 126

346 ————— Registo de entradas e saídas das peças de Ouro e Prata e ornamentos pertencentes aos regulares proscritos dos Colégios de Santarém, Noviciado da Cotovia e Colégio de S. Patrício.

375×250 — 18 fls. — cartonado.

Maço 126

347 ————— Registo das entradas e saídas no Real Erário das peças de Ouro e Prata e ornamentos pertencentes aos Regulares proscritos destes Reinos, do Colégio de S. Antão, Noviciado de Arroios e Colégio de S. Francisco Xavier.

375×250 — 43 fls. — cartonado

Maço 126

348 ————— Resumo das peças de Ouro e Prata que entraram no Real Erário pertencentes aos extintos Jesuítas.

Maço 126

### Casa do Pedroso

349 ————— L.º das Obrigações que tinha o Mosteiro do Pedroso.

310×205 — 402 fls. — enc. em pele.

Maço 127

350 ————— L.º das Louvações dos Bens e Foros da Casa do Pedroso. Tombo n.º 1 — 1802.

310×220 — 152 fls. — cartonados.

Maço 128

351 ————— L.º das Louvações dos Bens e Foros da Casa do Pedroso. Tombo n.º 2.

Maço 128

352 ————— Autos que constam nas Louvações dos Bens foreiros à Casa do Pedroso.

320×220 — 131 fls.

Maço 128

353 ————— L.º dos Foros vendidos pertencentes à Casa do Pedroso. Ano de 1802.

315×210 — 440 fls. — enc. em pele.

Maço 129

354 ————— L.º dos Foros vendidos pertencentes à Casa do Pedroso. Anos de 1802 a 1803.

305×210 — 385 fls.

Maço 130

355 ————— L.º dos Foros vendidos pertencentes à Casa do Pedroso. Anos de 1803 a 1807.

305×210 — 328 fls.

Maço 130

356 ————— L.º dos Bens e Foros vendidos pertencentes à Casa de Pedroso. Anos de 1803 a 1804.

310×210 — 54 fls. cartonado.

Maço 130

357 ————— L.º dos Bens e Foros vendidos pertencentes à Casa de Pedroso. Ano de 1804.

310×210 — 478 fls. — cartonado.

Maço 130

358 ————— Relação dos Foros e Senços constantes do livro do Tombo da Casa do Pedroso que pagam os Foreiros respectivos pelos Casais, sitios nas Freguesias. Ano de 1890.

315×220 — caderno com 38 fls.

Maço 131

359 ————— Relação dos Foros que em consequência da Provisão de 26 de Setembro de 1814, expedida do Tribunal do Conselho da Real Fazenda, depois das exactas averiguações a que se procedesse, encontrarão existentes, pertencentes à Casa de Pedroso, encorporada nos próprios Bens da Real Corôa, nas diversas freguesias.

310×210 — cadernos. com 102 fls.

Maço 131

\* \* \*

360 ————— Autos Civeis de sequestro feito a António Bernardo Brito e Cunha, remetidos à Inconfidência pela Justiça de S. João da Pesqueira. Ano de 1828.

305×210 — processo com 2 apensos.

Maço 132

361 ————— Autos do Offício e auto de deligência que para sequestros ao Conde de Funchal

se meteu ante Juízo o Corregedor do Crime do Bairro de S. José na conformidade do Régio Aviso da Secretaria de Estado. Ano de 1832.

300×210 — processo com 20 fls.

Maço 132

362 ————— Auto de Sentença Cível passada a favor do Desembargador Conselheiro Procurador da Real Fazenda por Cabeça dos Herdeiros do falecido Desembargador Faustino José Lopes de Sá Nogueira Figueiredo e Silva. Ano de 1832.

295×205.

Maço 132

363 ————— Autos de sequestro feito ao Ausente João Ignacio da Ponte que remeteu a este Juízo o Corregedor do Bairro de S. José na conformidade do Régio Aviso da Secretaria de Estado. Ano de 1832.

310×210 — processo com 33 fls.

Maço 132

364 ————— Autos Civeis de Execução de Sentença em que é parte o Sr. Desembargador Procurador Fiscal do Juízo do Fisco por Inconfidência por Cabeça do Banido Marquês de Palmela. Réu Joaquim Pedro dos Reis pelos Foros que deve relativos ao Casal de Vila Chã. Ano de 1831.

300×210 — processo com 115 fls.

Maço 132

365 ————— Autos da Execução de Sentença contra o Réu o Bacharel João Pinto de Saldanha da Vila de Guimarães. Ano de 1828.

305×210 — processo com 12 fls.

Maço 132

366 ————— Autos de sequestros que reme-  
teu a este Juízo o Provedor da Comarca de Se-  
túbal e a que procedeu o Juiz de Fora d'Almada  
nos bens de Francisco António da Silva, ex-capi-  
tão de Cavalaria 12, Francisco Liberato, ex-capi-  
tão deste Dito Regimento e Antómo Joaquim  
Pascoalinho, ex-tenente desligado do Dito Regi-  
mento. Ano de 1832.  
305 x 210 — processo com 28 fls. e apenso com 49 fls.

Maço 132

na Juiz de e 201.

# Dom Sebastian per graça de D's Rey

de portugal e das algarves da quem e dolem mar em africa Snot de lincuc e da con-  
quista nauoacao Comercio de Siopia arabin perua Da India etc. for y esta mi-  
nha carta vire faco saboz q eu pafes Su aluara per q omuc por be e manay bellaz  
respetos nelle declarados que se desaprima e trarse as terras de Juro q de munda fca  
erao vendidas a preço de 2000000 omilheiro a condicao de retro e para se asi msa  
pen hare e trare se vendese tantas terras de Juro e Seada de co adita condicao de re-  
tro sobre as rendas de meus Reynos as pessoas q a pax se comprir a preço de 2000000  
omilheiro quantas bastase para se podere Fazer e vender todas as q asi erao vendidas  
ao dito preço de 2000000 omilheiro e por e querendo as pessoas q as reem dar e  
pagar mais y bnde por milheiro a lem dos ditos 2000000 omilheiro per y e com  
pravao peraq com pagare este arrematado dos ditos y bnde por milheiro ficasse  
as ditas terras vendidas a rezao de dez a hui mil e omilheiro as tuesses e omuc se  
e he fosse dellas feito padroes ao dito preço de dez a hui mil e omilheiro a retro  
e querendo as ditas pessoas antes deminuir des ditas terras a contra da tenca que  
monse na soma dos ditos y bnde o milheiro demaneira q fustal deminuido  
se ficasse vendidas ao dito preço de 2000000 omilheiro e adita condicao de retro  
e podese fazer e heis fosse feito de llos padroes e mais interran se e ondo de de la  
rade na dito a nova do q e o prelado se o seguinte e Cn e Rey fero saber a qua

Carta de Padrão de Tença descrita sob o n.º 4 a pág. 118

## VI

### **Colecção de Cartas de Padrão de Tenças, Mercês e Doações, Escrituras e Alvarás**

Compõe-se esta colecção de 286 espécies, na sua maioria pergaminhos.

Conforme já tivemos ocasião de referir, grande número estava num maço atado e embrulhado em papel ostentando um rótulo que o designava por Vol. VI o que nos leva à conclusão terem existido outros cinco maços iguais.

Porque se encontram esses pergaminhos neste Arquivo?

Baseados nos elementos que encontramos podemos presumir que foram três os motivos que para cá os trouxeram: uns vinham para o Erário como penhor de empréstimos, outros para garantia do pagamento dos direitos de mercê e outros, ainda, provieram dos sequestros que se fizeram por mandado da Inconfidência.

Encontrámo-los desordenados e para a sua inventariação optámos pela ordem cronológica de preferên-

cia à ordenação onomástica. A catalogação, embora descritiva, não pôde ir até à minuciosidade — limita-se a dizer o indispensável para orientar o leitor na escolha.

\* \* \*

### Século XVI

- 1 ————— Carta de Mercê do officio de Tabelião do Público e Judicial da Vila de Oliveira do Conde, concelho de Currelos, a favor de Henriques Simões por atenção aos serviços prestados por seu pai Simão Roiz, no mesmo officio; dada por D. Sebastião em 13 de Dezembro de 1561 e assinada pelo Dr. Simão Gonçalves Cardoso.  
350 × 310 — pergaminho.  
Maço 1
- 2 ————— Traslado de um alvará em que o Cardeal Infante D. Henrique, aos 28 de Junho de 1566, manda pagar aos regulares da Companhia de Jesus do Colégio de Coimbra uma pensão de 600\$000. Acompanhado de outros dois traslados de confirmação de, respectivamente, 6 de Janeiro de 1569 e 10 de Dezembro de 1569.  
275 × 197 — 2 fls. de pergaminho.  
Maço 1
- 3 ————— Contrato de renovação de um prazo de que eram senhorios directos os Padres Vicentes; datado de 1573 em 19 de Janeiro.  
432 × 320 — Pergaminho dobrado em duas folhas.  
Maço 1
- 4 ————— Carta de Padrão da tença de 25\$000 de juro e herdade passada a favor dos Padres do Colégio da Companhia de Jesus da cidade do Porto e assente no Aver o Peso da

mesma cidade. Passada em 5 de Junho de 1574 e assinada pelo Cardeal D. Henrique. Segue-se outra carta de padrão incorporada nesta e que se refere à redução da mesma tença para 20\$000 e assinada pelo Rei D. Filipe, em 1614.  
372 × 256 — Pergaminho de 5 fls.

Maço 1

- 5 ————— Carta de Mercê a D. Manuel Lobo de Menezes, filho mais velho de D. Francisco Lobo, das Saboarias da Cidade de Portalegre e Vilas de Olivença e Moura, como as tinham D. Isabel de Ataíde sua avó e D. Branca de Menezes sua mãe; dada por D. Sebastião, em Lisboa, em 30 de Maio de 1576.  
430 × 310 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 1

- 6 ————— Carta de Padrão da tença de 120\$000 cada ano, de juro e herdade a Maria Gomes, mulher de Luiz Gomes de Elvas. Dada pelo Cardeal Rei D. Henrique, que a assina aos 15 de Junho de 1579. Estão juntas mais duas assinadas por Filipe I; uma em que se confirma a anterior a D. Aldonça, filha de Maria Gomes e mulher de Diogo de Brito (20 de Setembro de 1600) e outra confirmando a tença a D. Mariana Coutinho, filha deste casal. Assentadas no Almojarifado de Elvas.  
285 × 200 — pergaminho de 8 fls.

Maço 1

- 7 ————— Carta de Padrão de 100\$000 de tença de juro passada aos Padres da Companhia de Jesus da cidade de Coimbra em 29 de Maio de 1586 e assinada por El-Rei D. Filipe e que será paga pelos Contratadores da Pimenta. Contém por traslado as condições do contrato

da Pimenta feito com João Baptista Levelasca e Giraldo Paris.  
319×215 — Em seis folhas de papel com marcas de água estrangeiras.

Maço 1

8 ————— Carta de Mercê a Francisco da Mô, dos cargos de feitor Alcaide-Mor e Vedor das Obras de Baçaim por tempo de 3 anos; dada por El-Rei D. Filipe I, em 26 de Fevereiro de 1592.  
420×305 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 1

9 ————— Carta de quitação a Ruy Gonçalves de Castel Branco que serviu de Tesoureiro Mor da Casa de Ceuta de 18 de Outubro até 6 de Junho de 1593; passada por El-Rei D. Filipe I e assinada de seu punho em 12 de Março de 1596.  
402×265 — pergaminho.

Maço 1

10 ————— Carta de Mercê, do Reguengo de Carnaxide que está no termo da Cidade de Lisboa, a D. Antão d'Almada, filho de D. Lourenço d'Almada; dada por El-Rei D. Filipe I, em 13 de Fevereiro de 1597.  
385×300 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 1

11 ————— Carta de Confirmação de outra anterior e dada ao Provedor e Irmãos da Confraria da Misericórdia da Vila de Castelo de Vide dos 2 touros que os vendeiros do Verde dão cada ano; dada por El-Rei D. Filipe I, em 30 de Agosto de 1597.  
355×253 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 1

## Século XVII

12 ————— Carta de Mercê a Francisco Mendes d'Araújo, do cargo de Escrivão d'Alfândega de Diu; dada por El-Rei D. Filipe II, em 26 de Março de 1601.  
378×278 — 1 folha de pergaminho.

Maço 2

13 ————— Carta de Padrão de tença de mil reis de juro e herdade a Francisco da Silva de Menezes, filho de Luiz da Silva de Menezes e de D. Izabel de Miranda, em renovação da mesma mercê feita a seu avô materno Francisco Pereira de Miranda, assentados no almoxarifado do Porto e pagos pelas sizas do haver o peso da mesma cidade; assinada do punho de Filipe I, em Lisboa, a 31 de Maio de 1601.

*Anexo* — Outra carta a que falta a primeira folha e que renova a Mercê ao Reitor e Religiosos do Colégio de S. Lourenço, da Companhia de Jesus, da cidade do Porto, por cedência de Francisco da Silva de Menezes a favor dos mesmos Religiosos, em 1603. E outra de redução de 80\$000 para 40\$000 a favor dos mesmos religiosos. Ambas assinadas pelo Rei.  
362×265 — Pergaminho com 10 fls.

*Com vários registos e assentamentos.*

Maço 2

14 ————— Carta de Mercê ao Dr. Carlos Brandão, Desembargador da Casa da Suplicação, do Ofício de Juiz dos feitos da Chancelaria da Casa de Suplicação; dada por El-Rei D. Filipe II, em 1 de Outubro de 1602.  
367×260 — 1 folha de pergaminho.

Maço 2

- 15 ————— Carta de Apresentação *in solidum* do P.<sup>e</sup> Paulo dá Silva, Doutor em Canones, para prior da Igreja de S. Martinho da cidade de Lisboa. Mandada passar pelo Desembargador Jorge de Cabedo, do Conselho do Desembargo do Paço, que a assina a 9 de Janeiro de 1604, em Lisboa.  
393 × 232 — Pergaminho com vestígios de ter tido selo suspenso.  
Maço 2
- 16 ————— Carta de Mercê a Gaspar Domingues, nomeando-o procurador do número do Concelho da Ribeira da Pena, comarca de Guimarães; dada por El-Rei D. Filipe II, em 3 de Abril de 1607.  
252 × 250 — 1 folha de pergaminho.  
Maço 2
- 17 ————— Carta de Mercê a Francisco Botelho Cabral, da Capitania da Fortaleza de Mombaça, por tempo de 3 anos; dada por El-Rei, D. Filipe, em Lisboa, a 3 de Janeiro de 1608.  
365 × 275 — 1 folha de pergaminho.  
Maço 2
- 18 ————— Carta de Mercê a Francisco Botelho Cabral, da Capitania da Fortaleza de Mombaça por tempo de 3 anos; dada por El-Rei, D. Filipe, em Lisboa, a 13 de Janeiro de 1608.  
440 × 265 — 1 folha de pergaminho.  
Maço 2
- 19 ————— Carta de Mercê a Lourenço da Silva, de propriedade do Ofício de Tabelião, Escrivão dos Órfãos, Contador, Inquiridor e Distribui-

dor da Vila de Vagos; dada por El-Rei D. Filipe II, em 16 de Maio de 1609.  
410 × 320 — 1 folha de pergaminho.

Maço 2

20 ————— Carta de Mercê a António d'Abreu da propriedade do Ofício de Tabelião de Notas do Concelho de Besteiros; dada por El-Rei D. Filipe II, em 3 de Fevereiro de 1612.  
368 × 270 — 1 folha de pergaminho.

Maço 2

21 ————— Carta de Padrão de 25\$000 de juros assentados na Casa das Carnes e adquiridos pelos P.<sup>es</sup> da Companhia de Jesus para serem aplicados aos prémios da doutrina; assinada em 23 de Novembro de 1613 por El-Rei D. Filipe.  
330 × 250 — Pergaminho de 6 folhas.

Maço 2

22 ————— Carta de Mercê do Ofício de Desembargador da Casa da Suplicação a favor do Legado Gabriel Pereira de Castro, Corregedor do Cível da Relação e Casa, do Porto; dada por El-Rei D. Filipe, em 14 de Setembro de 1614 e por este rei assinada.  
325 × 247 — Pergaminho.

Maço 2

23 ————— Carta de Padrão e de tença de juro e herdade para sempre ao Reitor e Religiosas do Convento do Colégio da Companhia de Jesus da cidade do Porto os quais compraram à fazenda de V. Magestade; dada em Lisboa, em 18 de Maio de 1616 por El-Rei D. Filipe II.  
390 × 290 — Folhas de pergaminho.

Maço 2

- 24 ————— Carta de Padrão da tença de 20\$000 na Casa das sisas das carnes de Lisboa e dado de juro e herdade a Anna Viegas e que a mesma comprou à Fazenda Real. Assinada por El-Rei D. Filipe e dada em Lisboa a 9 de Agosto de 1616. Segue outra, averbando e passando 10\$000 da dita tença para os Religiosos Jesuitas do Colégio de Évora por legado da beneficiária, em 30 de Junho de 1636.  
405×315 — Pergaminho com 8 folhas.  
Maço 2
- 25 ————— Carta de Mercê a João Soares, Escrivão dos Orfãos do Concelho de Vieira para poder nomear este officio em um dos seus filhos; dada por El-Rei D. Filipe II, em 26 de Abril de 1617.  
345×307 — 1 folha de pergaminho.  
Maço 2
- 26 ————— Carta de Mercê a António Lobão, do officio de Escrivão dos Orfãos da Ilha Graciosa; dada por El-Rei D. Filipe, em 27 de Setembro de 1618.  
470×303 — 1 folha de pergaminho.  
Maço 2
- 27 ————— Carta de Mercê a António Dias, da Vila de Alcácer do Sal, do officio de canteiro da dita Vila, em lugar de Nicolau Guerreiro; dada por El-Rei D. Filipe.  
430×315 — 1 folha de pergaminho.  
Maço 2
- 28 ————— Carta de Padrão de juro de 1000 coroas de ouro em tença aos padres justas do Colégio de S. Lourenço, no Porto, por legado feito ao mesmo Colégio por D. Antónia

- da Silva, filha de Manuel de Sousa. Transcreve a carta original passada por D. Manuel I a D. Maria Teles, casada com Lourenço Pires de Távora, carta que sucessivamente foi renovada em seus herdeiros e descendentes João Teles, D. Maria de Távora, Jerónimo Coutinho, Manuel de Sousa, e finalmente a D. Antónia da Silva; assinada em 1 de Maio de 1622 por D. Filipe. Junto uma outra carta reduzindo o juro e a tença.  
365×260 — Pergaminho.  
Maço 2
- 29 ————— Carta de Mercê a António de Faria Picanso, da propriedade do Officio de Tabelação de notas da Vila de Estremoz; dada por El-Rei Filipe III, em 11 de Agosto de 1623.  
488×419 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 2
- 30 ————— Carta de Padrão da tença de 58\$522 reis e doação do Casal de Santana, em Santarém, tudo de juro e herdade para sempre e fora da Lei mental a D. Pedro Manuel, como sucessor de seu irmão D. Francisco Manuel, Conde da Atalaia; dada por D. Filipe, em 27 de Agosto de 1625. Juntas as sucessivas renovações nos morgados da Casa da Atalaia até ao reinado de D. Maria I, sendo regente o Príncipe D. João.  
390×280 — Pergaminho de 15 fls.  
Maço 2
- 31 ————— Carta de Mercê a D. João de Portugal, das Saboarias da Vila de Tomar; dada por El-Rei D. Filipe II, em 15 de Dezembro de 1625.  
330×227 — 1 fl. pergaminho.  
Maço 2

- 32 ————— Carta de Mercê a Melchior de Azevedo aceitando-lhe a renúncia do Offício de Tabelião do Judicial das terras de Bouro; dada por El-Rei D. Filipe, em 27 de Junho de 1626.  
387×310 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 2
- 33 ————— Carta de Mercê a João da Costa, da propriedade do Offício de Escrivão da Câmara, Almotaçaria e Juiz dos Órfãos da vila de Ançã; dada por El-Rei D. Filipe III, em 21 de Junho de 1628.  
477×330 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 2
- 34 ————— Carta de Mercê a João Varela de Pina, do Offício de Escrivão do Público Judicial e Notas e Escrivão dos Órfãos da Vila de Alcobaca; dada por El-Rei D. Filipe III, em 29 de Novembro de 1628.  
430×305 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 2
- 35 ————— Carta de Mercê a Pedro Cardoso, proprietário do Offício de Tabelião do Público Judicial da Cidade de Lamego, concedendo-lhe licença para poder renunciar este offício em seu filho; dada por El-Rei D. Filipe III, em 24 de Maio de 1630.  
410×368 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 2
- 36 ————— Carta de Mercê a António Gavião, da propriedade do Offício de Escrivão do tabelião da Vila de Beringel; dada por El-Rei D. Filipe III, em 12 de Novembro de 1632.  
430×288 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 2

- 37 ————— Carta de Mercê passada a favor dos Padres Jesuítas do Colégio do Espírito Santo da cidade de Évora concedendo-lhes 25\$000 de tença em cada ano, pagos pelo almoxarifado da mesma cidade, para a manutenção da botica que aqueles padres mantinham no mesmo Colégio; dada em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1634; assinada por El-Rei D. Filipe.  
280×223 — Pergaminho com vestígios de ter tido selo susponso.  
Maço 3
- 38 ————— Carta de Doação, de juro e herdade, da Capitania das Terras que jazem desde o rio Tuzi até ao rio Cayte que nela ficam incluídos e bem assim todos os rios adentre desta área que junto à costa se estenderá por cinquenta léguas, a favor de Álvaro de Sousa, Gentil Homem de Boca, de sua Magestade e em atenção aos serviços de seu pai Gaspar de Sousa, do Conselho de Estado de Sua Magestade; dada em Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1634 por El-Rei D. Filipe que a assina. Com vestígios de ter tido um selo pendente.  
383×285 — 6 fls. de pergaminho com capas de pergaminho com mutilações.  
Maço 3
- 39 ————— Carta de Padrão de juro de assentado na Sereníssima Casa do Infantado, comprado por Francisco Vieira Matozo que depois o vendeu ao Colégio dos Jesuítas de S. Francisco Xavier, em Lisboa; assinada por D. Pedro II, em 4 de Janeiro de 1635.  
455×350 — Constituída por 6 fls. de pergaminho.  
Maço 3

- 40 ————— Carta de Padrão de juro assentado na Alfândega de Lisboa e comprado à Fazenda Real por Fernão Dias Palma que em dote o deu a seu filho Diogo Teixeira e este vendeu a Pedro Fernandes de Vila Nova e o filho deste legou aos padres da Companhia de Jesus do Colégio de S. Francisco Xavier de Lisboa para a fundação do mesmo; assinado por El-Rei D. Filipe, em 6 de Março de 1635.  
380×270 — 12 fls. de pergaminho.  
Maço 3
- 41 ————— Cartas de Padrão de juros assentados na Alfândega de Lisboa, comprados por várias pessoas à Fazenda Real no Estado da Índia e que trespassaram a Pedro Fernandes de Vilanova e deste a seu filho João Fernandes de Vilanova que em testamento os legou para edificação do Colégio de S. Francisco Xavier, em Lisboa; assinadas por El-Rei D. Filipe, em 13 de Setembro de 1635.  
330×250 — 8 fls. de pergaminho.  
Maço 3
- 42 ————— Carta de Mercê a António Monteiro Preto, da propriedade do Ofício de Meirinho da Cidade de Coimbra; dada por El-Rei D. Filipe III, em 1 de Março de 1636.  
490×340 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 3
- 43 ————— Carta de Mercê a Luiz Batalha da propriedade do Ofício de Escrivão do Registo da Chancelaria Mor do Reino; dada por El-Rei D. João IV, em 1 de Agosto de 1641.  
510×340 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 3

- 44 ————— Carta de Mercê a Manuel da Silva, do cargo de Escrivão do Paço de Pangim pelo tempo de 3 anos; dada por El-Rei D. João IV, em Lisboa, a 15 de Outubro de 1642.  
358×240 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 3
- 45 ————— Carta de Mercê a Pedro da Silva, da Capitania da Fortaleza de Chaul; dada por El-Rei D. João IV, em 23 de Março de 1647.  
360×270 — 1 fl. em pergaminho.  
Maço 3
- 46 ————— Carta de Mercê a António Castanho, do ofício de Tabelião do Judicial da cidade de Coimbra; dada por El-Rei D. João V, em 10 de Setembro de 1648.  
482×310 — 1 fl. em pergaminho.  
Maço 3
- 47 ————— Carta de Mercê a Domingos do Couto, proprietário do Ofício de Distribuidor do Paço dos Tabeliães da cidade de Lisboa, concedendo-lhe licença para poder renunciar este ofício em seu filho; dada por El-Rei D. João IV, em 9 de Dezembro de 1648.  
538×343 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 3
- 48 ————— Carta de Mercê a Pedro Nunes de Figueiredo da propriedade do Ofício de Tabelião do Público Judicial e notas das Vilas de S. João de Arcos e Pinheiro de Azere; dada por El-Rei D. João IV, em 20 de Maio de 1649.  
485×312 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 3

- 49 ————— Papéis relativos à criação de uma cadeira de matemática na cidade de Elvas que devia funcionar no Colégio da Companhia de Jesus para instrução e utilidade das milícias daquela praça militar, com a provisão pela qual o Príncipe Regente D. Pedro manda que o General da Artilharia pague 80\$000 por ano aos referidos padres para manterem aquela aula a fim de se prepararem engenheiros militares que supram os estrangeiros. A provisão é assinada em Elvas a 19 de Dezembro de 1651.  
Maço 3
- 50 ————— Carta de Mercê a Domingos da Rocha, de propriedade do Ofício de Contador, Inquiridor e Distribuidor do concelho da Maia; dada por El-Rei D. João IV, em 17 de Maio de 1653.  
480×450 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 3
- 51 ————— Carta de Mercê dos dízimos da herdade de Protancho e Courela, foreiros à ordem de São Tiago, a favor de Sebastião Pinheiro da Silva e da maneira como os tivera seu tio Tomé Pinheiro de Macedo; dada em Lisboa, a 31 de Agosto de 1654, por El-Rei D. João IV.  
370×505 — Pergaminho com vestígios de ter tido selo pendente.  
Maço 3
- 52 ————— Carta de Padrão de tença assentada na Alfândega do Açúcar e comprada à Fazenda Real por várias pessoas às quais sucedeu depois Maria Henriques, que vendeu o Padrão a Pedro Fernandes Vila Nova e depois seu filho legou aos Padres Jesuítas para a fundação do Colégio de S. Francisco Xavier, de Lisboa; assi-

nado por El-Rei D. João IV, em 3 de Junho de 1656.  
300×225 — 18 fls. de pergaminho.

Maço 3

53 ————— Carta de Padrão de juro assentado na Alfândega da cidade de Lisboa que Sebastião Mendes de Avila comprou à Fazenda Real no Estado da Índia, que passou a sua sobrinha Isabel Nunes a qual o vendeu a Pedro Fernandes de Vila Nova e o filho deste legou para a fundação do Colégio de S. Francisco Xavier, de Lisboa; assinado por El-Rei D. João IV, em 20 de Junho de 1656.  
322×265 — 17 fls. de pergaminho.

Maço 3

54 ————— Carta de Mercê a Damião Cardoso, para poder nomear o Ofício de Escrivão dos Agravos Cíveis da Relação do Porto, em um seu neto ou neta filhos de Manuel Cardoso; dada por El-Rei D. Afonso VI, em Lisboa, a 20 de Março de 1657.  
353×265 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 3

55 ————— Escrituras de compra de vários padrões de juros adquiridos pelo Dr. Gabriel Pereira de Castro para constituirem a dotação da Capela de S. Francisco Xavier no Colégio de Santo Antão da cidade de Lisboa. Têm as datas de 30 de Maio de 1628, 24 de Outubro de 1630, 5 de Janeiro de 1632 e 14 de Maio de 1659.  
310×215 — 52 fls. não numeradas.

Maço 3

56 ————— Carta de Mercê a João Batista, nomeando-o Tabelião do Público Judicial e no-

tas da Vila de Aljubarrota; dada por El-Rei D. Afonso VI, em Lisboa, a 18 de Abril de 1660. 380×322 — 1 fl. em pergaminho.

Maço 3

57 ————— Carta de Mercê a Manuel de Melo, das Saboarias de Moura; dada por D. Catarina — Rainha, em 21 de Junho de 1660. 395×297 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 3

58 ————— Carta de Mercê a José Pereira de Sampaio, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila de Aguiar; dada por El-Rei D. Afonso VI, em 29 de Outubro de 1660. 550×345 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 3

59 ————— Carta de Mercê da Alcaidaria Mór da Vila de Aveiro a favor de Sebastião Pinheiro da Silva, Comendador de Protancho, na Ordem de São Tiago; dada em Lisboa, a 12 de Maio de 1661 e assinada pela Rainha D. Luíza de Gusmão em nome de El-Rei D. Afonso VI. 362×290 — Pergaminho com vestígios de ter tido selo pendente.

Maço 3

60 ————— Carta de Mercê a João de Mira de Carvalho, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila de Montemor-o-Novo; dada por El-Rei D. Afonso IV, em 16 Agosto de 1661. 525×350 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 3

61 ————— Carta de Padrão de juro assentado na Alfândega das 3 Casas da cidade de Lisboa e comprada à Fazenda Real por Pedro

Fernandes de Vilanova, cujo filho a legou aos padres Jesuítas para a fundação do Colégio de S. Francisco Xavier, em Lisboa. Passada em nome de El-Rei D. Afonso VI e assinada pela Rainha D. Luíza de Gusmão em 16 de Setembro de 1661.

350×250 — 6 fls. de pergaminho.

Maço 3

62 ————— Carta de Mercê a João Mendes, da propriedade do Ofício de Caminheiro das Apeleções em Vila da Torre de Moncorvo; dada por El-Rei D. Afonso VI, em 23 de Janeiro de 1663. 580×345 — 1 folha de pergaminho.

Maço 4

63 ————— Carta de Padrão do juro de 20\$000, assentado na Mesa da Fruta e passada a Gregório Mendes da Silva; assinada por El-Rei D. Afonso VI, em Lisboa, aos 13 de Março de 1663. Está junta uma outra assinada por El-Rei D. Pedro II em Lisboa aos 20 de Julho de 1665 renovando esta tença ao Colégio de Santo Antão da cidade de Lisboa.

310×237 — Pergaminho de 8 fls.

Maço 4

64 ————— Carta de Mercê a Diogo da Silva Falcão, da propriedade do Ofício de Tabelião do Público Judicial e notas do concelho de S. Galhos; dada por El-Rei D. Afonso VI, em 6 de Junho de 1664.

540×335 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

65 ————— Carta de Mercê a António Fernandes de Carvalho, da propriedade do Ofício de

Escrivão das Execuções da cidade da Guarda;  
dada por El-Rei D. Afonso VI, em 14 de Fevereiro de 1665.  
475×312 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

66 ————— Carta de Padrão e de tença  
de juro e herdade para sempre a favor de Dr.  
Francisco Rebelo; dada em Lisboa aos 14 de  
Abril de 1665 por El-Rei D. Afonso VI.  
310×255 — 6 fls. de pergaminho.

Maço 4

67 ————— Carta de Mercê a Manuel Pi-  
cheiro, da propriedade do Ofício de Escrivão da  
Câmara dos Órfãos, Almotaçaria, Judicial e notas  
da Vila de Casevel; dada por El-Rei D. Afonso VI,  
em 11 de Dezembro de 1665.  
510×340 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

68 ————— Carta de Mercê à Rainha D.  
Luísa, mulher de El-Rei D. Afonso, para que  
tenha em sua vida todas as terras chamadas  
da Rainha e jurisdições delas; dada por El-Rei  
D. Afonso VI, em 10 de Novembro de 1666.  
580×385 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

69 ————— Carta de Mercê a Martins Coe-  
lho, da propriedade do Ofício de Caminheiro da  
Provedoria da comarca do Porto; dada por El-Rei  
D. Afonso VI, em 1 de Maio de 1667.  
530×312 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

70 ————— Carta de Mercê da propriedade  
dos Offícios de Escrivão da Câmara e Alferes da  
Bandeira da Vila de Mourão a Brites Moniz Limpa,  
para a pessoa que casar com sua filha, sendo  
apta; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa,  
a 14 de Novembro de 1668.  
530×414 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

71 ————— Carta de Mercê a António de  
Faria Pinto, Escrivão dos Órfãos no concelho de  
S. Fins, concedendo-lhe licença para poder no-  
mear este ofício em um seu filho; dada por El-Rei  
D. Pedro, em 21 de Novembro de 1668.  
390×287 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 4

72 ————— Carta de Mercê a Sebastião de  
Carvalho, da propriedade do Ofício de Contador,  
Inquiridor e Distribuidor da Vila de Mafra; dada  
por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 29 de Maio  
de 1669.  
478×342 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

73 ————— Carta de Mercê a Manuel Teles  
da Silva, Conde de Vilar Maior, do cargo de Re-  
gedor da Casa de Suplicação por tempo de 3 anos;  
dada por El-Rei D. Pedro, em Lisboa, a 13 de  
Outubro de 1669.  
455×345 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

74 ————— Carta de Mercê a Tomé de  
Magalhães de Menezes, do privilégio de fidalgo;  
dada por El-Rei D. Pedro, em 7 de Março de 1670.  
428×336 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 4

- 75 ————— Carta de Mercê a Bento da Costa da Silva, proprietário de um dos Offícios de Escrivão da Correição da Vila de Guimarães, concedendo-lhe licença para poder renunciar este officio; dada por El-Rei D. Pedro, em 5 de Junho de 1671.  
490×365 — 1 folha de pergaminho. Maço 4
- 76 ————— Carta de Mercê a Bartolomeu de Sousa de Vasconcelos de propriedade do Officio de Escrivão da Câmara e Almotaçaria da Vila Nova da Cerveira; dada por El-Rei D. Pedro, em 15 de Julho de 1671.  
427×347 — 1 folha de pergaminho. Maço 4
- 77 ————— Colecção de documentos relativos ao pagamento de diversas tenças deixadas ao Colégio dos Regulares da Companhia de Jesus, em Elvas, e legados por D. Mariana Coutinho e seu marido Diogo de Macedo e outros por sua mãe D. Joana Coutinho, casada com Diogo de Brito e que os receberam da primeira mulher deste, D. "Aldôsa".  
Contém, além do testamento de D. Mariana, uns quatro mandados de pagamento assinados pelo príncipe Regente D. Pedro, em 20 de Junho de 1671.  
210×225 — 58 fls., sendo 5 em branco. Maço 4
- 78 ————— Carta de Mercê a Isabel Dias, para legitimar duas filhas; dada por D. Pedro, em 12 de Outubro de 1671.  
410×290 — 1 fl. de pergaminho. Maço 4

- 79 ————— Carta de Mercê a Isabel Dias, solteira, para poder legitimar duas filhas chamadas Domingas e Fellistra; dada pelo Príncipe D. Pedro, em Lisboa, em 12 de Outubro de 1671.  
423×280 — 1 fl. de pergaminho. Maço 4
- 80 ————— Escritura de venda que fez Pedro Veloso Valeiro em 12 de Abril de 1672 aos Regulares da Companhia, do Colégio de Santo Antão, de um padrão de 30\$000 de juro assentado na sisa da Casa das Carnes. Dotação da Capela de S. Francisco Xavier do mesmo Colégio.  
Encontra-se junta uma relação dos vários indivíduos que sucederam na sua posse.  
315×222 — 36 fls. não numeradas. Maço 4
- 81 ————— Carta de Mercê a Gaspar de Morais, do cargo de meirinho proprietário da correição da cidade de Miranda; dada por D. Pedro, em 23 Maio de 1672.  
520×423 — 1 fl. de pergaminho. Maço 4
- 82 ————— Carta de Mercê a Gaspar de Torres, proprietário dos Offícios de Tabelião do Público Judicial e Escrivão dos Órfãos e Almotaçaria do Lugar de Reguengo do Gradil, termo de Torres Vedras, para poder renunciar em sua vida ou por sua morte aos ditos officios em um seu filho ou filha; dada por D. Pedro, em Lisboa, a 16 de Julho de 1672.  
465×317 — 1 fl. de pergaminho. Maço 4

- 83 ————— Escritura da venda que Pedro Veloso Valeiro fez em 5 de Setembro de 1672 aos Regulares da Companhia de Jesus do Colégio de Santo Antão, de Lisboa, da um padrão de juro assentado no Real d'Agua dos Vinhos. Contém uma relação dos anteriores possuidores.  
Dotação da Capela de S. Francisco Xavier, no mesmo Colégio.  
305 × 212 — 18 fls.  
Maço 4
- 84 ————— Carta de Mercê a António Marques, da propriedade do Ofício de Escrivão Judicial, notas e Almotacaria no lugar de Almoster; dada por D. Pedro, em 2 de Janeiro de 1673.  
385 × 305 — 2 fls. de pergaminho. (Uma das folhas está cortada, faltando-lhe uma quarta parte).  
Maço 4
- 85 ————— Carta de Padrão de juro assentado na Casa das Carnes, comprado à Fazenda Real pelo Senado de Lisboa que o revendeu ao Dr. João Serrão que no seu testamento junto com outros bens a vinculou de capela para ser sujeito às despesas com a conversão da gentilidade e nomeou por administrador o padre Procurador Geral da Província da Índia; assinado pelo Príncipe D. Pedro, em 1 de Março de 1673.  
365 × 332 — 5 fls. de pergaminho.  
Maço 4
- 86 ————— Carta de Mercê a António Cavaleiro da Silva, proprietário dos Offícios do Juiz dos Órfãos e Escrivão da Câmara da Vila de Pínhel e Gaspar Cardôso, proprietário de um dos

Offícios de Tabelião de Notas, para poderem trocar estes offícios entre si; dada por D. Pedro, em 19 de Setembro de 1673.  
365 × 265 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 4

87 ————— Carta de Mercê a Domingos d'Azevedo Coutinho, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila de S. Martinho de Mouros; dada por D. Pedro, em 11 de Junho de 1674.  
548 × 347 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

88 ————— Carta de Mercê a Manuel Rodrigues, da propriedade do Ofício de Tabelião do Público Judicial e notas da Vila de Enxara dos Cavaleiros; dada por D. Pedro, em 3 de Agosto de 1675.  
610 × 410 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

89 ————— Carta de Mercê a Angela Damiana, da propriedade do Ofício do Tabelião do Público Judicial do concelho de Aguiar de Sousa, para seu filho mais velho; dada por D. Pedro, em 28 de Março de 1676.  
565 × 380 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

90 ————— Carta de Mercê a Manuel Anhaya e Andrade, proprietário do Ofício de Escrivão do Judicial da cidade de Coimbra, para poder renunciar este offício; dada por El-Rei D. Afonso VI, em 25 de Fevereiro de 1676.  
490 × 337 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

- 91 ————— Carta de Mercê a António Carvalho, da propriedade do Ofício de Distribuidor do Juízo do Cível; dada por El-Rei D. Afonso VI, em Lisboa, a 14 de Abril de 1676.  
545×330 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5
- 92 ————— Carta de Mercê a Tomé Farinha, proprietário do Ofício de Juiz dos Órfãos da Vila de Montemor-o-Novo, concedendo-lhe licença para nomear este ofício em seu filho; dada por D. Pedro, em 21 de Novembro de 1678.  
440×360 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5
- 93 ————— Carta de Mercê a Manuel da Costa Bonicho, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da cidade de Coimbra; dada por D. Pedro, em 8 de Junho de 1678.  
585×305 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5
- 94 ————— Carta de Mercê ao Dr. Manuel de Magalhães de Menezes, da propriedade do Ofício de Escrivão do Público Judicial e notas da Vila de Trancoso; dada pelo Príncipe D. Pedro, em 20 de Agosto de 1678.  
588×365 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5
- 95 ————— Carta de Mercê a António Pinto Meyreles, de propriedade do Ofício de Tabelião do Público Judicial e notas da Vila de Freixo de Espada à Cinta; dada por D. Pedro, em 30 de Outubro de 1678.  
675×360 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5

- 96 ————— Carta de Mercê a Miguel Rebelo de Lemos, da propriedade do Ofício de Tabelião da cidade de Lisboa; dada por D. Pedro, em 3 de Janeiro de 1679.  
530×320 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5
- 97 ————— Carta de Padrão de juro assentado na Alfândega de Lisboa e comprado no Estado da Índia por diversas pessoas e cedido a Pedro Fernandes Vilanova, cujo filho o legou ao Colégio de S. Francisco Xavier, de Lisboa, para a sua fundação; assinada pelo Príncipe regente D. Pedro, em 2 de Abril de 1679.  
335×290 — 7 fls. de pergaminho.  
Maço 5
- 98 ————— Carta de Mercê a Miguel Vieira de Sousa, da propriedade do Ofício de Escrivão do Público Judicial e notas, na Vila de Pombal; dada pelo Príncipe D. Afonso, em 15 de Julho de 1679.  
577×410 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5
- 99 ————— Carta de Mercê a Gaspar da Fonseca Bravo, para poder renunciar o Ofício de Escrivão do Público e Judicial e notas; dada por D. Pedro, em Lisboa, em 26 de Outubro de 1679.  
453×325 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 5
- 100 ————— Carta de Mercê a Gaspar Lopes, proprietário do Ofício de Escrivão dos Órfãos das Vilas de Penedono, Souto e Valongo, concedendo-lhe licença para poder renunciar este ofício.

cio em seu sobrinho João Cabral Camelo ; dada por D. Pedro, em 29 de Maio de 1683.  
490×365 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

101 ————— Carta de Mercê a Estêvão Galvão Galego, da propriedade do Officio de Escrivão dos Órfãos da cidade de Évora ; dada por El-Rei D. Pedro II, em 13 de Agosto de 1683.  
525×390 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

102 ————— Carta de Mercê a Mateus de Oliveira, da propriedade do Officio de Tabelião do Público Judicial e notas da Vila d'Albufeira ; dada por El-Rei D. Pedro II, em 14 de Novembro de 1683.

600×327 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

103 ————— Carta de Mercê ao Conde Manuel Teles da Silva, do cargo de Vedor da Fazenda ; dada por D. Pedro, em 13 de Outubro de 1681.

455×337 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

104 ————— Carta de Mercê a Helena Gomes de Carvalho, para poder renunciar o Officio de Escrivão do Juízo d'Alfandega em pessoa apta para o servir ; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 14 de Outubro de 1684.

590×329 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

105 ————— Carta de Mercê a José Delgado de Oliveira, concedendo-lhe a administração da

Capela no Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo ; dada por El-Rei D. Pedro II, em 29 de Outubro de 1683.

415×300 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

106 ————— Carta de Mercê a João Rebelo Vieira, proprietário dos Officios de Escrivão do Público e Judicial, e notas, Câmara e Almotaçaria e Órfãos, para poder nomear estes officios em um dos seus filhos ; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 28 de Julho de 1685.

475×365 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

107 ————— Carta de Mercê a João de Sousa Neto, proprietário do Officio de Inquiridor e Contador do Juízo Geral da cidade de Elvas, concedendo-lhe licença para poder renunciar este officio ; dada por D. Pedro, em 5 de Novembro de 1685.

510×317 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

108 ————— Carta de Mercê a Manuel Rebelo de Fonseca, da propriedade do Officio de Escrivão das Execuções e Direitos Reais da Vila de Castelo Rodrigo ; dada por El-Rei D. Pedro II, em 8 de Novembro de 1686.

443×290 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

109 ————— Carta de Mercê a João Saraiva de Matos, da propriedade do Officio de Escrivão da Câmara, Órfãos e Almotaçaria da Vila de Serpins ; dada por El-Rei D. Pedro II, em 2 de Dezembro de 1686.

565×357 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

110 ————— Carta de Mercê a Ambrozia de Macedo, proprietária do Ofício de Contador, Inquiridor e Distribuidor do concelho de Vieira, concedendo-lhe licença para poder renunciar este officio em sua sobrinha; dada por El-Rei D. Pedro II, em 18 de Abril de 1687.  
490×270 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

111 ————— Carta de Padrão de juro assentado no Estanco do Tabaco e que comprou a Fazenda Real o Dr. João Serrão que em seu testamento o vinculou à capela que instituiu nomeando por Administradores os padres do Noviciado de Arroios; assinado por El-Rei D. Pedro II, em 13 de Maio de 1687.  
310×252 — 5 fls. de pergaminho com vestígios de selo pendente.

Maço 5

112 ————— Carta de Mercê a António d'Almeida d'Araujo, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da cidade de Lamego: dada por El-Rei D. Pedro II, em 25 de Junho de 1687.  
520×365 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 5

113 ————— Carta de Mercê a Diogo Neto, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara da Vila de Cezimbra; dada por El-Rei D. Pedro II, em 23 de Julho de 1687.  
477×278 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

114 ————— Carta de Mercê a João Pinto Homem, concedendo-lhe licença para poder renun-

144

ciar o Ofício de Distribuidor, Inquiridor e Contador do concelho de Penafiel; dada por El-Rei D. Pedro II, em 26 de Novembro de 1687.  
522×360 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

115 ————— Carta de Mercê a Ignácio Ferreira, proprietário do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila de Montemór-o-Novo, para poder renunciar este officio em sua neta Rosa Maria para o servir a pessoa que com ela casar; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 1688.  
510×375 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

116 ————— Carta de Mercê a Braz Pereira Homem, da propriedade do Ofício de Escrivão do Público Judicial e notas da cidade de Coimbra; dada por El-Rei D. Pedro II, em 5 de Abril de 1688.  
542×337 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

117 ————— Carta de Mercê a Francisco Tavares de Carvalho, da propriedade do Ofício de Escrivão do Judicial da cidade de Coimbra; dada por El-Rei D. Pedro II, em 25 de Maio de 1688.  
515×355 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

118 ————— Carta de Mercê a António Peres de Figueiredo, do Ofício de Tabelião do Público Judicial e notas, do concelho de Satam; dada por El-Rei D. Pedro II, em 4 de Abril de 1689.  
620×390 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

145

119 ————— Carta de Mercê a Domingos João, proprietário do Ofício de Porteiro da Chancelaria da cidade do Porto, concedendo-lhe licença para que possa nomear este ofício em sua filha, para o servir a pessoa que com ela casar; dada por El-Rei D. Pedro II, em 5 de Novembro de 1689.  
500 × 370 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

120 ————— Carta de Mercê a Diogo Monteiro Pereira, da propriedade do Ofício de Inquiridor, Contador e Distribuidor no concelho de Sanfins: dada por El-Rei D. Pedro II, em 29 de Janeiro de 1690.  
435 × 323 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

121 ————— Carta de Mercê a Diogo Machado d'Avellar, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila d'Almada; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 6 de Abril de 1690.  
473 × 275 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

122 ————— Carta de Mercê a Pedro da Cunha Carneiro, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos do concelho de Penafiel; dada por El-Rei D. Pedro II, em 17 de Abril de 1690.  
505 × 360 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

123 ————— Carta de Mercê a António Ribeiro, da propriedade do Ofício de Inquiridor do Juízo de Fora, da Vila de Guimarães; dada por El-Rei D. Pedro II, em 8 de Junho de 1690.  
495 × 310 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

124 ————— Carta de Mercê a Luiz da Silva, para poder renunciar o Ofício de Escrivão da Correição da comarca do Porto, que lhe competia pelo falecimento do seu sogro António Roiz Barbosa; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 7 de Julho de 1690.  
520 × 323 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

125 ————— Carta de Mercê a António Domingos Correia da propriedade dos Ofícios de Escrivão da Câmara, Almotaçaria, Órfãos, Judicial e notas da Vila d'Aguiar; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 31 de Julho de 1690.  
510 × 338 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

126 ————— Carta de Mercê a Francisco Pinto Pacheco, da propriedade do Ofício de Escrivão da Vara de Meirinho do Físico Mór do Reino; dada por El-Rei D. Pedro II, em 31 de Agosto de 1690.  
475 × 355 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

127 ————— Carta de Mercê ao Marquez d'Alegrete, do cargo de Vedor da Fazenda da Repartição do Reino; dada por El-Rei D. Pedro II, em 9 de Novembro de 1690.  
420 × 325 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

128 ————— Carta de Mercê a Manuel Graces da Mota, proprietário do Ofício de Tabelião do Público Judicial e notas do concelho de Penafiel, concedendo-lhe licença para poder nomear este

ofício em seu filho ; dada por El-Rei D. Pedro II,  
em 7 de Maio de 1691.  
513×330 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

129 ————— Carta de Mercê a António de  
Magalhães da propriedade do Ofício de Tabelião  
do Público Judicial e notas da Vila de Anciães ;  
dada por El-Rei D. Pedro II, em 28 de Novem-  
bro de 1691.  
475×340 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

130 ————— Carta de Mercê a Dionizio Bor-  
ges de Barros, do lugar de Meirinho e Carcereiro  
no concelho de Cabeceiras de Basto ; dada por  
El-Rei D. Pedro II, em 25 de Setembro de 1692.  
555×430 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

131 ————— Carta de Mercê a Francisco  
Ramos de Miranda, da propriedade do Ofício de  
Tabelião e Escrivão dos Órfãos da Vila de Mafra ;  
dada por El-Rei D. Pedro II, em 3 de Outubro  
de 1692.  
510×345 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

132 ————— Carta de Mercê a Manuel de  
Ponte Pedreira, da propriedade do Ofício de Tabe-  
lião de Vila de Torres Vedras ; dada por El-Rei  
D. Pedro II, em 27 de Outubro de 1692.  
480×345 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

133 ————— Carta de Mercê a Manuel de  
Lemos, proprietário dum dos Offícios do Público  
Judicial da cidade de Évora, para poder renun-

ciar o dito ofício em sua sobrinha D.<sup>a</sup> Ana de  
Lemos Palha ; dada por El-Rei D. Pedro II, em  
Lisboa, a 25 de Maio de 1693.  
480×325 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

134 ————— Carta de Mercê a Manuel Sal-  
danha, da propriedade do Ofício de Escrivão da  
Provedoria da comarca da cidade de Vizeu ; dada  
por El-Rei D. Pedro II, em 13 de Outubro de 1693.  
455×300 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

135 ————— Carta de Mercê a José Ribeiro  
Rangel da propriedade do Ofício de Escrivão Judi-  
cial da cidade do Porto ; dada por El-Rei D. Pe-  
dro II, em 8 de Janeiro de 1694.  
530×375 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

136 ————— Carta de Mercê a Lourenço da  
Silva Pereira, Guarda-mór da Casa de Suplica-  
ção, para poder renunciar este ofício em José  
Cardoso da Silva, renunciando este último no  
primeiro, o de escrivão das apelações cíveis ;  
dada por El-Rei D. Pedro II, em 2 de Janeiro de  
1694.

515×385 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 6

137 ————— Padrão de tença de 320\$000  
de juro e herdade ao Reitor e mais religiosos da  
C.<sup>a</sup> de Jesus, do Colégio de S. Francisco Xavier,  
na cidade de Beja, fundado pela Rainha D. Ma-  
ria Sofia Francisca Xavier, assentados nos Ren-  
dimentos do Reguengo de Guimarães por doação

da mesma Senhora; assinado por D. Pedro II, em 30 de Março de 1694.  
310×245 — 6 fl. de pergaminho.

Maço 7

138 ————— Carta de Mercê a António Carneiro de Sequeira, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da cidade do Porto, que lhe veio por falecimento de seu pai; dada por El-Rei D. Pedro II, em 4 de Abril de 1694.  
470×320 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

139 ————— Carta de Mercê a Luiz de Pina Olival, concedendo-lhe os Ofícios de Escrivão da Câmara, Almotacaria, Achadas, e inquiridor, distribuidor e contador da Vila da Sortelha que foram de seu pai António de Pina Olival; dada por El-Rei D. Pedro II, em 13 de Julho de 1694.  
458×360 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

140 ————— Carta de Mercê a Diogo de Lemos Magalhães da propriedade do Ofício de Inquiridor, Contador e Distribuidor de correição da comarca da cidade de Vizeu; dada por El-Rei D. Pedro II, em 6 de Dezembro de 1694.  
527×350 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

141 ————— Carta de Mercê a Fernão Pinto Bacelar, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila de Vinhais; dada por El-Rei D. Pedro II, em 5 de Fevereiro de 1695.  
495×320 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

150

142 ————— Carta de Mercê a João Roiz d'Oliveira, da propriedade do Ofício de Escrivão do Judicial da cidade de Beja; dada por El-Rei D. Pedro II, em 27 de Abril de 1695.  
445×300 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

143 ————— Carta de Mercê a António de Couros Carneiro, concedendo-lhe licença para poder renunciar o Ofício de Escrivão da Correição de Viana; dada por El-Rei D. Pedro II, em 13 de Dezembro de 1695.  
492×332 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

144 ————— Carta de Mercê a Manuel Gomes Castanho, proprietário do Ofício de Tabelião e notas do lugar do Fundão do termo da Vila da Covilhã, para poder nomear este ofício em seu filho ou filha; dada por El-Rei D. Pedro II, em 18 de Janeiro de 1696.  
490×395 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

145 ————— Carta de Mercê a José Pais, da propriedade dos Ofícios de Contador e Inquiridor do Juízo, em satisfação de promessa que tinha feito seu pai; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 28 de Fevereiro de 1696.  
428×315 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

146 ————— Carta de Mercê a Francisco Ferreira d'Oliveira, proprietário do Ofício de Escrivão das Sisas do concelho de Penafiel, concedendo-lhe licença para renunciar este ofício em

151

seu genró António Moreira Pimenta; dada por El-Rei D. Pedro II, em 14 de Agosto de 1696. 499×350 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

147 ————— Escritura de compra do Juro de 200,000 assentados no rendimento do Real d'Agua das Carnes do Senado da Câmara de Lisboa e efectuado pelo Procurador Geral dos ex-Jesuitas da China e Goa para aplicação da esmola feita pela Rainha D. Catarina da Gran-Bretanha para sustentar cinco Noviços para as Missões da China. Lavrada em 5 de Outubro de 1696.

315×225 — 82 fls. e mais 3 meias fls. soltas.

Maço 7

148 ————— Carta de Mercê ao Bacharel António Pessanha Falcão, proprietário do Ofício de Escrivão da Câmara da cidade d'Évora, concedendo-lhe licença para poder renunciar este ofício; dada por D. Pedro II, em 7 de Outubro de 1696.

480×373 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

149 ————— Carta de Mercê a Manuel de Sequeira Leitão, da propriedade do Ofício de Escrivão de Vara do Alcaide da repartição do bairro de S. Paulo; dada por El-Rei D. Pedro II.

620×330 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

150 ————— Carta de Mercê a António Rodrigues de Pina, da propriedade do Ofício de Es-

152

crivão das Execuções da cidade d'Elvas; dada por El-Rei D. Pedro II, em 1 de Junho de 1697. 415×367 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

151 ————— Carta de cirurgião a Manuel da Silva, filho de outro Manuel da Silva, passada depois de examinado; dada em Lisboa, a 22 de Julho de 1697 por El-Rei D. Pedro II e assinada pelo Cirurgião-Mór António Alvares Ribeiro.

512×465 — pergaminho com vestígios de ter tido selo pendente.

Maço 7

152 ————— Carta de Mercê a Francisco de Sousa Teixeira, da propriedade dos Ofícios de Tabelião do Público Judicial, e notas e da Câmara, que rogaram por morte de seu pai António de Sousa; dada por D. Pedro II, em Lisboa, a 28 de Setembro de 1697.

535×345 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

153 ————— Carta de Mercê a Maria da Silva, da propriedade do Ofício de Distribuidor, Inquiridor e Contador do Canto do Bouro, para nele servir seu marido; dada por El-Rei D. Pedro II, em 24 de Junho de 1698.

610×385 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

154 ————— Carta de Mercê a Manuel Dias Cegonha, para poder nomear o seu Ofício de Escrivão Judicial da cidade d'Elvas, em seu filho mais velho Manuel Dias Cegonha; dada por El-Rei D. Pedro II, em 14 de Agosto de 1698.

610×398 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

153

155 ————— Carta de Mercê a Francisco Martins de Barros, da propriedade do Ofício de Meirinho do Hospital de Nossa Senhora do Populo da Vila das Caldas; dada por El-Rei D. Pedro II.  
450×292 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

156 ————— Carta de Mercê a Joaquim da Vaza César, da propriedade do Ofício de Tabelião do Judicial da Vila de Torres Vedras; dada por El-Rei D. Pedro II, em 1 de Abril de 1799.  
605×325 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

157 ————— Carta de Mercê a Maria da Conceição dos Reis, concedendo-lhe licença para poder renunciar o Ofício de Tabelião de Notas da cidade d'Elvas; dada por El-Rei D. Pedro II, em 8 de Abril de 1699.  
593×365 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

158 ————— Carta de Padrão de juro assentado no Estanco do Tabaco e que comprou à Fazenda Real o Dr. João Serrão que em seu testamento o vinculou à capela que instituiu nomeando por Administradores os padres do Noviciado de Arrois; assinada por El-Rei D. Pedro II, a 3 de Maio de 1699.  
320×252 — 5 fls. de pergaminho com vestígios de selo pendente.

Maço 7

159 ————— Carta de Mercê a Pedro Giraldes Ribeiro, da propriedade do Ofício de Escrivão do Público Judicial e Notas do concelho de Bes-

teiros; dada por El-Rei D. Pedro II, em 13 de Maio de 1699.

475×360 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

160 ————— Carta de Mercê a Miguel Barreto de Pina, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara da Vila de Torres Vedras, dada por El-Rei D. Pedro II, em 10 de Novembro de 1699.

520×375 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 7

#### Século XVIII

161 ————— Carta de Mercê ao Marquez d'Alegrete, do cargo de Vedor da Fazenda da Repartição do Reino; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 21 de Janeiro de 1700.  
465×330 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

162 ————— Carta de Padrão do juro assentado nos Almojarifados de Pinhel e de Vizeu adquirido à Fazenda Real pelo Procurador Geral da Companhia de Jesus na província da China; assinado por El-Rei D. Pedro II, em 5 de Maio de 1700.

346×310 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 8

163 ————— Carta de Mercê de Nicolau d'Abreu Paes, proprietário do Ofício de Escrivão do Público Judicial e Notas da Vila de Guimarães, para poder renunciar este ofício; dada por El-Rei D. Pedro II, em 21 de Agosto de 1702.

605×364 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

- 164 ————— Carta de Mercê ao Marquez d'Alegrete do cargo de Vedor da Fazenda da Repartição do Reino; dada por D. Pedro II em 3 de Abril de 1703.  
505 × 367 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 8
- 165 ————— Escritura do juro de 5 % comprado pelo Colégio de Coimbra, da Companhia de Jesus, à Casa de Bragança, do capital de 4\$200 reis; lavrada, em 28 de Abril de 1704.  
303 × 215 — 14 fls., sendo uma em branco.  
Maço 8
- 166 ————— Carta de Padrão de 100\$000 de juro na renda do pescado de Lisboa, adquiridos pelo Procurador Geral da Companhia de Jesus, Padre Manuel Caldas para cobrir os encargos da capela instituída no Colégio de Coimbra por D. Antónia de Freitas, natural de Buarcos e que aí foi moradora; passada, em 5 de Março de 1705 e assinada por El-Rei D. João V e selada com selo de cunho, em branco.  
412 × 288 — Folha inteira dobrada pelo meio, de papel sem marca.  
Maço 8
- 167 ————— Carta de Mercê a João Moreira, para poder renunciar o Ofício de Escrivão da Correição, em uma pessoa apta para exercer o dito ofício com a condição de dar 24.000 reis da tença cada ano a duas filhas do dito João Moreira; dada por El-Rei D. Pedro II, em Lisboa, a 26 de Maio de 1705.  
475 × 350 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 8

- 168 ————— Carta de Mercê a Diogo da Silva Castelo, da propriedade do Ofício de Tabelião do Judicial de Vila de Santarém; dada por El-Rei D. Pedro II, em 20 de Junho de 1705.  
527 × 315 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 8
- 169 ————— Carta de Mercê a Luiz da Silva Barradas, para poder renunciar o Ofício de Escrivão do Judicial da cidade de Leiria; dada por El-Rei D. Pedro II, em 26 de Agosto de 1705.  
525 × 320 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 8
- 170 ————— Carta de Mercê a Francisco Manuel de Vasconcelos, para poder renunciar o Ofício de Tabelião do Judicial da cidade de Évora, na pessoa de Manuel Duarte d'Oliveira; dada por El-Rei D. Pedro II, em 29 de Novembro de 1705.  
545 × 340 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 8
- 171 ————— Carta de Mercê a Francisco Antunes Moreira, proprietário de um dos Offícios de Escrivão do Público Judicial da cidade de Leiria, concedendo-lhe licença para poder renunciar o dito ofício; dada por El-Rei D. Pedro II, em 18 de Dezembro de 1705.  
495 × 340 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 8
- 172 ————— Carta de Mercê a Luiz Cardoso Ferreira, proprietário do Ofício de Tabelião do Judicial da Vila de Torres Vedras, para poder nomear este ofício em uma de suas filhas; dada por El-Rei D. Pedro II, em 7 de Fevereiro de 1706.  
500 × 355 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 8

173 ————— Carta de Mercê a Domingos de Castro e Costa, da propriedade dos Offícios de Escrivão da Correição, Chanceler e Promotor da comarca de Torre de Moncorvo; dada por El-Rei D. João V, em 3 de Agosto de 1708.  
533×355 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

174 ————— Carta de Padrão de juro assentado na Casa e Estado de Bragança a favor dos Regulares da Companhia de Jesus, do Colégio de Sant'Antão; assinada por D. João V, em 26 de Janeiro de 1709. Com o selo branco de D. João V.  
570×420 — 1 fl. inteira dobrada pelo meio em papel sem marcas de água.

Maço 8

175 ————— Carta de Mercê a António de Sousa Machado, da propriedade do Offício de Escrivão da Câmara de Vila de Aguiar; dada por El-Rei D. João V, em Lisboa, a 8 de Fevereiro de 1709.  
605×375 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

176 ————— Carta de Mercê a João d'Albuquerque, da propriedade do Offício de Escrivão do Judicial e Orfãos e Tabelião da Vila de Mesquitela; dada por El-Rei D. João V, em 2 de Março de 1709.  
457×280 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

177 ————— Carta de Mercê ao Marquez d'Alegrete, Fernando Teles da Silva, do cargo de Vedor da Fazenda da Repartição d'Africa por

tempo de 3 anos; dada por El-Rei D. João V, em Lisboa, a 3 de Outubro de 1709.  
467×317 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

178 ————— Cartade Mercê a José Coelho de Macedo, de propriedade do Offício de Tabelião de Notas da cidade de Lisboa; dada por El-Rei D. João V, em 5 de Fevereiro de 1710.  
510×380 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

179 ————— Carta de Padrão de juro pago na dizima do Pescado da Casa de Bragança a favor dos Regulares da Companhia: dado por D. João V, em 30 de Março de 1710 e por ele assinada e selada com o seu selo branco.  
412×285 — 2 fls.

Maço 8

180 ————— Carta de Mercê a Matias Correia do Avelar, da propriedade do Offício de Escrivão da Conservatória da Nação Espanhola; dada por El-Rei D. João V, em 27 de Setembro de 1710.  
560×395 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

181 ————— Escritura de que consta ter o Senado da Câmara comprado a 6 de Novembro de 1711 uma propriedade de casas na Rua dos Douradores a Jerónimo Henrique de Miranda e sua mulher D. Florença Clara Ribeira pela quantia de 2.200\$000 para alargamento da Rua dos Ourives; ficando o capital a juro no mesmo Senado vinculado a um morgado. (Entrou na posse do Colégio de S. Francisco Xavier, de Lisboa).  
298×208 — 12 fls. de papel.

Maço 8

182 ————— Carta de Padrão de juro assentado nos direitos do Sal de Setúbal comprado à Fazenda Real por José António Roiz para o Procurador do Noviciado da Índia; assinada por El-Rei D. João V, em 22 de Dezembro da 1711.  
368×300 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 8

183 ————— Carta de Mercê a António de Lima de Sampaio, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara, Almotaçaria do concelho de Besteiros; dada por El-Rei D. João V, em 24 de Fevereiro de 1712.  
615×395 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

184 ————— Carta de Mercê a Simão Martins, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara, Almotaçaria, Tabelião do Público Judicial e Notas da Vila de Panoias; dada por El-Rei D. João V, em 9 de Março de 1712.  
315×255 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 8

185 ————— Carta de Mercê a João Nunes Madeira, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara, Almotaçaria da Vila de Avô; dada por El-Rei D. João V, em 17 de Maio de 1712.  
630×375 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 8

186 ————— Carta de Padrão de juro assentado na Casa do Infantado, comprado pelos Religiosos da Companhia do Convento de S. Francisco de Xavier, de Lisboa; assinado pelo In-

fante D. Francisco, em 8 de Outubro de 1712. Com o selo de armas da mesma Sereníssima Casa.  
345×310 — 3 fls. de pergaminho.

Maço 9

187 ————— Carta de Mercê a Roque de Castro, proprietário do Ofício de Escrivão da Câmara, Almotaçaria, da Vila de Ilhavo, concedendo-lhe licença para poder nomear este ofício em seu filho; dada por El-Rei D. João V, em 12 de Maio de 1713.  
610×387 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

188 ————— Carta de Mercê a Domingos Coelho de Torres, proprietário dos Ofícios de Tabelião do Judicial da cidade de Évora, e de Escrivão dos Órfãos da Vila de Viana do Alentejo, concedendo-lhe licença para poder renunciar o ofício de tabelião do Judicial da cidade de Évora; dada por El-Rei D. João V, em 25 de Agosto de 1713.  
630×338 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

189 ————— Carta de Padrão do juro de 500\$000 de tença assentados na mesa do Sal de Setúbal e passada a Artur "Estarte", e João Godarte, assentistas da Província do Alentejo e que compraram por 10 contos de reis; assinada por D. João V, em 3 de Novembro de 1713. Legado de D. Fernando Martins Mascarenhas Alencastre. Está junta com outra, de 1715, da venda feita por Artur Start e João Godart à Companhia de Jesus; assinada por D. João V.  
300×282 — 5 fls. de pergaminho.

Maço 9

190 ————— Carta de Padrão de 300\$000 de juro assentado na Alfândega de Lisboa em nome dos testamenteiros de D. Fernando Martins Mascarenhas e Alencastre e por legado aos padres da Companhia de Jesus sendo testamenteiro do legatário o Dezembargador João Guedes de Sá. Com a assinatura de D. João V, em 20 de Janeiro de 1714 e 13 de Setembro de 1715. 350 × 290 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 9

191 ————— Carta de Mercê a D. Joana Barreto, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Agravos Cíveis da Relação do Porto, para a pessoa que com ela casar, sendo apta; dada por El-Rei D. João V, em Lisboa, a 30 de Fevereiro de 1714. 685 × 400 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

192 ————— Carta de Mercê a Manuel de Mira de Caryvalho, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos, da Vila de Montemor-o-Novo; dada por El-Rei D. João V, em 21 de Março de 1714. 655 × 333 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

193 ————— Carta de Mercê a Luiz Coelho de Lemos e Távora, da propriedade do Ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas do concelho de Aguiar de Sousa; dada por El-Rei D. João V, em 22 de Junho de 1714. 700 × 405 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

194 ————— Carta de Mercê a Sebastião da Costa e Sousa, da propriedade do Ofício de Tabe-

lião do Judicial da cidade de Évora; dada por El-Rei D. João V, em 12 de Março de 1715. 565 × 387 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

195 ————— Carta de Mercê a Manuel de Meira Peixoto, da propriedade do Ofício de Tabelião do Judicial da Vila de Guimarães; dada por El-Rei D. João V, em 17 de Maio de 1715. 564 × 315 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

196 ————— Carta de Mercê a Manuel da Costa Mimoso, da propriedade do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila de Linhares; dada pelo Infante D. Francisco, com selo branco das armas reais, em 17 de Maio de 1715. 422 × 303 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

197 ————— Carta de Mercê a Ignácio Francisco do Couto, da propriedade do Ofício de Escrivão das Apelações Cíveis da Casa da Suplicação; dada por El-Rei D. João V, em 29 de Setembro de 1715. 680 × 510 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

198 ————— Carta de Mercê ao Marquês de Alegrete, Fernão Teles da Silva, reconduzindo-o por mais 3 anos no cargo de Vedor da Fazenda da Repartição de África; dada por El-Rei D. João V, em 25 de Outubro de 1715. 480 × 315 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

199 ————— Carta de Mercê a José Pereira de Azevedo, da propriedade do Ofício de Tabelião do Judicial da Vila de Santarém; dada por El-Rei D. João V, em 20 de Dezembro de 1715. 590×355 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

200 ————— Carta de Mercê a D. Maria de Moura, da propriedade dos Ofícios de Contador, Distribuidor e Inquiridor da Vila de Loulé, para seu marido António Caldeira Castelo Branco o servir, sendo apto; dada por El-Rei D. João V, em Lisboa, a 13 de Março de 1716. 465×322 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

201 ————— Carta de Mercê a D. Damiana Maria de Fontes, da propriedade do Ofício de Escrivão do Judicial da cidade de Évora, para a pessoa que com ela casar, sendo apta; dada por El-Rei D. João V, em 28 de Julho de 1716. 517×380 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

202 ————— Carta de Mercê a António da Silva Soares, para poder usar da arte de cirurgia; dada em 20 de Janeiro de 1717. 575×410 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

203 ————— Carta de Mercê a João Pinheiro d'Araujo, proprietário do Ofício de Escrivão da Vara de Alcayde do Bairro da Sé, concedendo-lhe licença para poder renunciar este ofício; dada por El-Rei D. João V, em 23 de Abril de 1717. 630×377 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

204 ————— Carta de Mercê a Manuel Pereira de Azevedo, da propriedade dos Ofícios de Escrivão da Câmara, Órfãos, Judicial e Notas; dada por El-Rei D. João V, em 24 de Abril de 1717.

625×425 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

205 ————— Carta de Mercê a José Correia de Sousa, da propriedade do Ofício de Escrivão do Crime da Costa e Casa; dada por El-Rei D. João V, em 9 de Junho de 1719. 570×535 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

206 ————— Carta de Mercê a José Pais Lobo, proprietário dos Ofícios de Contador, Inquiridor da Provedoria da comarca de Santarém, concedendo-lhe licença para renunciar este ofício; dada por El-Rei D. João V, em 7 de Julho de 1719. 623×370 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

207 ————— Carta de Mercê a Diogo Montes de Lemos, proprietário do Ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria de Vila Flor, concedendo-lhe licença para renunciar este ofício em seu filho; dada por El-Rei D. João V, em 7 de Agosto de 1720.

625×370 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

208 ————— Carta de Mercê a Isabel Maria dos Santos, concedendo-lhe a administração da Capela instituída por Joana de Castro, somente

em sua vida; dada por El-Rei D. João V, em  
14 de Maio de 1721.  
510×390 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

209 ————— Carta de Mercê a Bernardo  
Pereira de Sousa, da propriedade dos Offícios de  
Escrivão da Câmara, Almotacaria, Órfãos, Judi-  
cial e Notas da Vila do Barreiro; dada por  
El-Rei D. João V, em 7 de Dezembro de 1722.  
610×500 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

210 ————— Carta de Mercê a Manuel Pe-  
reira Chaves Cabral, da propriedade de Meirinho,  
Contador, Inquiridor e Distribuidor da Correição  
da comarca da Guarda; dada por El-Rei D. João V,  
em Lisboa, a 25 de Junho de 1724.  
635×375 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 9

211 ————— Carta de Mercê, a Tomé Freyre  
de Bulhoens, Fidalgo da Casa Real, Tenente  
Coronel do Regimento da Praça de Peniche, da  
administração dos bens que constituíam o vínculo  
de capela instituído na Vila de Frades por Tomé  
Lopes. Mercê feita em uma vida; dada em 15 de  
Janeiro por El-Rei D. João V, que assina.  
538×390 — Pergaminho com vestígios de selo pen-  
dente.

Maço 10

212 ————— Carta de Quitação passada a  
Manuel de Azevedo Rolles, como Tesoureiro  
Geral dos Consulados do Reino de 14 de Junho

de 1714 até 30 de Janeiro de 1720; passada em  
12 de Abril de 1725 e assinada por D. João V.  
445×335 — Pergaminho com vestígios de selo pen-  
dente.

Maço 10

213 ————— Carta de Padrão de tença de  
903\$250 reis anuais assentados no rendimento  
de 1<sup>o</sup>/<sub>o</sub> do Ouro e Pau Brasil em nome do Pro-  
curador Geral do Noviciado da Índia para cum-  
primento da instituição na herança do Dr. João  
Serrão com encargo de capela, e herança do  
Padre Franciscò Sarmento e destinada à conver-  
são da gentildade; assinada por D. João V, em  
4 de Março de 1726.

355×290 — Pergaminho com vestígios de ter tido o  
selo de chumbo pendente.

Maço 10

214 ————— Carta de Padrão de juro com-  
prado à fazenda Real pelo Procurador Geral dos  
Jesuítas na Província da China, e assentado no  
Rendimento de 1<sup>o</sup>/<sub>o</sub> de Ouro e Pau Brazil; assi-  
nada por El-Rei D. João V, em 5 de Março de  
1726.

350×285 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 10

215 ————— Carta de Padrão de juro assen-  
tado no rendimento de 1<sup>o</sup>/<sub>o</sub> do Ouro e do Pau  
Brazil e comprado pelo Procurador Geral do novo  
Noviciado da Índia para cumprimento da testa-  
mentária do Almirante de Castela D. João Tomaz  
Henriques de Cabrera; assinada por El-Rei  
D. João V, em Lisboa, a 6 de Março de 1726.  
345×275 — 3 fls. de pergaminho.

Maço 10

216 ————— Carta de Mercê a Luíza Caetana, para poder renunciar o Ofício do Escrivão dos Órfãos da Vila de Santarém; dada por El-Rei D. João V, em 2 de Junho de 1729.  
605×480 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 10

217 ————— Carta de Mercê a André Pacheco e Lima, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara, Almotacaria Público Judicial e Notas da Vila de Esgueira; dada por El-Rei D. João V, em 6 de Junho de 1729.  
550×494 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 10

218 ————— Carta de Mercê ao Desembargador José Vaz de Carvalho, nomeando-o Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda em um lugar supranumerário, servindo juntamente de Corregedor da Corte e Casa; dada por El-Rei D. João V, em Lisboa, a 20 de Março de 1730.  
368×287 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 10

219 ————— Carta de Mercê a Elena de Sousa, da propriedade dos Ofícios de Escrivão da Câmara e Almotacaria da Vila de Punhete para seu filho mais velho; dada por El-Rei D. João V, em Lisboa, a 26 de Setembro de 1730.  
630×387 — 1 fl. em pergaminho.

Maço 10

220 ————— Carta de Mercê a Sebastião Cabral de Mesquita, da propriedade do Ofício de Escrivão da Correição do Cível da Cidade; dada

por El-Rei D. João V, em 14 de Setembro de 1731.

630×380 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 10

221 ————— Carta de Padrão e de tença de juro e herdade para sempre a favor de Cristóvão Correia da Silva, filho de outro Cristóvão Correia da Silva, por lhe pertencer o dito juro, por falecimento de seu pai; dada em Lisboa, a 16 de Dezembro de 1732 por El-Rei D. João V.  
385×330 — 14 fls. de pergaminho.

Maço 10

222 ————— Carta de Mercê ao Bacharel Timoteo Pinto de Carvalho, do cargo de Juiz de Fóra das Vilas de Penela e Lousa; dada pelo Duque de Aveiro, em 18 de Novembro de 1733.  
480×335 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 10

223 ————— Carta de Mercê a João do Rego e Albuquerque, da propriedade do Ofício de Escrivão de Câmara, Contador, Inquiridor e Distribuidor da Vila de Celorico da Beira; dada por El-Rei D. João V, em 9 de Fevereiro de 1736.  
625×468 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 10

224 ————— Carta de Mercê a Domingos José de Campos Magro, da propriedade do Ofício de Tabelião do Público e Judicial e Notas do Concelho de Ribeira de Loaz, comarca de Guimarães; dada por El-Rei D. João V, em 18 de Junho de 1736.

555×470 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 10

- 225 ————— Carta de Mercê a Franciscó de Azevedo Peleija, proprietário do Ofício de Carcereiro da Cadeia da Costa, para poder renunciar o dito ofício em um de seus filhos; dada por El-Rei D. João V, em Lisboa, a 4 de Agosto de 1736.  
635×485 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 10
- 226 ————— Carta de Mercê a José de Barros, da propriedade do Ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas da Vila de Pombalinho; dada por El-Rei D. João V, em 13 de Novembro de 1741.  
670×460 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 10
- 227 ————— Carta de Mercê a Pascoal Pereira Rego, da propriedade do Ofício de Escrivão do Judicial do concelho de Regalados; dada por El-Rei D. João V, em 27 de Fevereiro de 1742.  
560×515 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 10
- 228 ————— Carta de Mercê a António Vaz Magalhães, proprietário do Ofício de Escrivão da Almotaçaria da cidade de Portalegre, para poder nomear este ofício em seu filho ou filha; dada por El-Rei D. João V, em 22 de Dezembro de 1742.  
620×505 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 10
- 229 ————— Carta de Mercê a João José Pereira da Silva, da propriedade dos Offícios de Solicitador das Justiças, Escrivão dos Degredados e Inquiridor da Relação e Casa do Porto;

- dada por El-Rei D. João V, em 12 de de Agosto de 1743.  
625×525 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 10
- 230 ————— Carta de Mercê a Manuel d'Azevedo Lobo, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria da Vila de Mesão Frio; dada por El-Rei D. João V, em 6 de Fevereiro de 1744.  
560×347 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 10
- 231 ————— Carta de propriedade dos offícios de Escrivão da Câmara e Órfãos das Vilas de Ricardães, Brunhido e Segadães, vagas pela desistência de Jerónimo Pinto Cabral, a favor de Gaspar da Costa Ferrão; dada pelo Duque de Aveiro, em Lisboa, a 12 de Novembro de 1744, e assinada pelo mesmo Duque.  
453×435 — Pergaminho mutilado na base onde aparenta ter tido um selo pendente.  
Maço 10
- 232 ————— Alvará de Mercê da renda de de 200\$000 que fez aos Regulares da Companhia de Jesus; dado em 25 de Abril de 1748 por D. João V e assinado pela Rainha.  
365×215 — 2 fls. não numeradas.  
Maço 10
- 233 ————— Carta de Mercê a João de Matos Mexia concedendo-lhe, com faculdade de renúncia em pessoa apta, o Ofício de Escrivão da Correição do Cível; dada por El-Rei D. João V, em 7 de Janeiro de 1749.  
595×504 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 10

- 234 ————— Carta de Mercê a João Pedro de Moraes, da propriedade do Ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria da Vila de Penedono; dada por El-Rei D. João V, em 20 de Março de 1749.  
565×415 — 1 fl. de pergaminho. Maço 10
- 235 ————— Carta de Mercê a João de Azevedo Barros, da propriedade do Ofício de Porteiro da Chancelaria da Relação do Porto; dada por El-Rei D. João V, em 27 de Outubro de 1749.  
580×473 1 fl. de pergaminho. Maço 10
- 236 ————— Carta de Mercê ao Dr. José Ferreira da Horta, de um lugar de Desembargador Extravagante da Relação do Porto; dada por El-Rei D. João V, em 20 de Fevereiro de 1750.  
362×242 — 1 fl. de pergaminho. Maço 10
- 237 ————— Carta de Mercê ao Bacharel Miguel José Viena, do lugar do Corregedor do Crime do Bairro do Rossio; dada por El-Rei D. João V, em 23 de Fevereiro de 1750.  
365×255 — 1 fl. de pergaminho. Maço 11
- 238 ————— Carta de Mercê a António de Azevedo Pereira, da propriedade do Ofício de Tabelião do Público Judicial da Vila de Santarém; dada por El-Rei D. José I, em 3 de Novembro de 1751.  
585×465 — 1 fl. de pergaminho. Maço 11

- 239 ————— Carta de Padrão do juro de 64\$000 adquirido pelo Reitor do Colégio de St.º Antão, da Companhia de Jesus, para ocorrer às despesas como administrador da Capela de S. Francisco Xavier. Assentado na Casa do Infantado. Inclui uma escritura. Tem o selo de armas. Assinada pelo Infante D. Pedro em 10 de Setembro de 1753.  
535×380 — 4 fls. de pergaminho. Maço 11
- 240 ————— Carta de Mercê a Bartholomeu de Aranda, da propriedade do Ofício de Carreteiro das Jugadas do Ramo de Calhariz da Vila de Santarém; dada em 27 de Outubro de 1753.  
365×255 — 2 fls. de pergaminho. Maço 11
- 241 ————— Carta de Mercê a José de Sousa Ferreira, da propriedade do Ofício de Monteiro Pequeno das Montarias da Vila de Benavente; dada em Lisboa, por D. José I, em 10 de Janeiro de 1754.  
525×380 — 1 fl. de pergaminho. Maço 11
- 242 ————— Carta de Mercê ao Bacharel Manuel Coelho de Castro, de um lugar de Desembargador da Relação de Gôa; dada por El-Rei D. José I, em 23 de Março de 1754.  
363×264 — 1 fl. de pergaminho. Maço 11
- 243 ————— Carta de Mercê ao Dr. José Ferreira de Horta, de um lugar de Desembargador

Extravagante da Casa da Suplicação; dada por El-Rei D. José I, em 24 de Março de 1754.  
352 × 237 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 11

244 ————— Escritura pela qual D. Josefa Maria Helena de Miranda Henriques, viúva do Tenente Coronel Manuel Nunes Leitão, vende aos Religiosos da Companhia de Jesus do Colégio de S. Francisco Xavier na Alfama, uma tença paga pelo Senado da Câmara de Lisboa que àquela fora dada em troca de uma propriedade na Rua dos Douradores, demolida pelo mesmo Senado para alargamento da Rua dos Ourives. Da escritura constam todos os indivíduos que foram sucedendo na posse das ditas casas até entrarem na legítima da referida D. Josefa Maria; lavrada em Lisboa, a 26 de Abril de 1755.  
305 × 215 — 26 fls. não numeradas.

Maço 11

245 ————— Carta de Padrão e de Tença de Juro e Herdade para sempre a favor de Pedro Luiz Levins; dada em Lisboa, a 2 de Junho de 1755 por El-Rei D. José.  
422 × 312 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

246 ————— Carta de Padrão e de Tença de Juro e Herdade para sempre a favor de Pedro Luiz Levins; dada em Lisboa, a 6 de Junho de 1755, por El-Rei D. José.  
350 × 270 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

247 ————— Carta de Padrão e de Tença de Juro e de Herdade para sempre a favor de Pedro

Luiz Levins; dada em Lisboa, a 18 de Junho de 1755, por El-Rei D. José.  
357 × 275 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

248 ————— Carta de Padrão e de Tença de Juro e Herdade para sempre a favor do P.<sup>o</sup> José Rosado, da Companhia de Jesus; dada em Lisboa, a 19 de Junho de 1756, por El-Rei D. José.  
380 × 285 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

249 ————— Carta de Padrão e de Tença de Juro e Herdade para sempre a favor do P.<sup>o</sup> José Rosado; dada em Lisboa, a 23 de Junho de 1756.  
395 × 293 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

250 ————— Carta de Mercê do Offício de Escrivão da Alfândega de Bragança que foi de António Dontel de Almeida, a favor de Manuel Vieira da Rocha; dada em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1757 por El-Rei D. José I, que a assina.  
370 × 253 — 2 fls. de pergaminho com vestígios de ter tido selo pendente.

Maço 11

251 ————— Carta de Mercê a António Cardoso da Silva, do propriedade do Offício de Tabela de Notas na cidade de Lisboa, que foi de seu avô, Bernardo Cardoso; dada por El-Rei D. José I, em 13 de Abril de 1757.  
507 × 460 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 11

252 ————— Carta de Mercê a António Soeiro Magro, da propriedade do Offício de Escrivão da Câmara Judicial, Notas e Almotaçaria da

175

Vila de Monte Argil; dada por El-Rei D. José I, em Lisboa, a 5 de Setembro de 1757.  
570×400 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 11

**253** ————— Carta de Padrão de 50\$000 de juros no Tesouro da Sereníssima Casa do Infantado. Pertence à Província de Portugal da Companhia de Jesus — Colégio de Santo Antão; selada com o selo branco das armas e assinada pelo Infante D. Pedro em 12 de Setembro de 1757.  
590×390 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

**254** ————— Carta de Padrão com salva de 32\$000 de juro anual assentado no Tesouro da Sereníssima Casa e Estado do Infantado assentada ao Reitor e Religiosos do Colégio da Companhia de Jesus da Vila de Setúbal; assinada em 15 de Setembro de 1757, em Lisboa, pelo Infante D. Pedro e em substituição de outra que se perdeu no terramoto de 1755.  
578×372 — Pergaminho de 4 fls. com selo de papel colado com armas reais.

Maço 11

**255** ————— Carta de Padrão de 200 reis assentados no Tesouro da Sereníssima Casa do Infantado e pertencente à Província de Portugal da Companhia de Jesus — Colégio de Santo Antão; assinada pelo Infante D. Pedro em 17 de Setembro de 1757.  
590×400 — Pergaminho de 4 fls. selado com o selo branco das armas.

Maço 11

**256** ————— Carta de Mercê ao Bacharel José António Pinto Donas Boto, por tempo de

3 anos, de um lugar de Juiz de Fora da cidade de Mariana; dada por El-Rei D. José I, em 13 de Outubro de 1758.  
380×280 — 1 fl. de pergaminho.

Maço 11

**257** ————— Certidão que deu Manuel Gomes de Bessa Negrão, Escrivão do Juízo Geral do Cível na cidade de Coimbra de uma confirmação de El-Rei D. Filipe e relativa a uma tença de 200\$000 dada em mercê aos regulares da Companhia de Jesus, do Colégio de Coimbra; passada em 3 de Junho de 1759.  
328×215 — 4 fls., sendo uma em branco.

Maço 11

**258** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Tomaz Deia e Daniel Usard, testamenteiros e administradores dos menores, filhos de Pedro Luiz Levins; dada em Lisboa a 28 de Setembro de 1762, por El-Rei D. José I.  
337×300 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

**259** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Daniel Usard; dada em Lisboa a 7 de Outubro de 1762, por El-Rei D. José I.  
330×275 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

**260** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Daniel Usard; dada em Lisboa a 8 de Outubro de 1762, por El-Rei D. José I.  
325×270 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

**261** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Tomaz Deia e Daniel Usard, testamenteiros e administradores dos menores, filhos de Pedro Luiz Levins; dada em Lisboa a 20 de Outubro de 1762, por El-Rei D. José I.

337 × 300 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 11

**262** ————— Carta de Padrão de juro assentado no Rendimento do 1<sup>o</sup>.o do Ouro e pau Brasil adquirido por António Rebelo Andrade e que este trespassou ao Procurador Geral do Noviciado da Cotovia para cumprimento da Testamentaria do Almirante de Castela; assinada por El-Rei D. José I, em 27 de Novembro de 1792.

330 × 295 — 6 fls. de pergaminho, duas das quais em branco.

Maço 12

**263** ————— Carta de Padrão de Tença, juro e herdade, assentado no Almojarifado dos Vinhos, em favor da Marquesa de Tancos, D. Constança Manuel, como Administradora da Casa e Morgado em que sucedeu por falecimento de seu pai o Marquês do mesmo título (vestígios de selo pendente); passada por El-Rei D. José I, em 7 de Julho de 1763.

335 × 243 — Pergaminho de 16 fls. Tem junto outro pergaminho de 16 fls., com 340 × 243 como apostilha em que o Príncipe Regente D. João, em nome da Rainha D. Maria I, renova o padrão em D. Domingas Manuel, herdeira e sucessora da Marquesa, sua mãe.

Maço 12

**264** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Pedro

Luiz Levins; dada em Lisboa a 12 de Outubro de 1763, por El-Rei D. José I.

343 × 275 — 4 fls. de pergaminho.

Maço 12

**265** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Pedro Luiz Levins; dada em Lisboa a 14 de Outubro de 1763, por El-Rei D. Jose I.

423 × 317 — 4 fls. de pergaminho com selo de chumbo pendente com as armas reais.

Maço 12

**266** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Pedro Luiz Levins; dada em Lisboa a 14 de Outubro de 1763, por El-Rei D. José I.

350 × 270 — 5 fls. de pergaminho.

Maço 12

**267** ————— Provisão Régia pela qual El-Rei D. José I autorizou o Sr. D. João, Mordomo-Mor da Rainha, a vender ao P.<sup>o</sup> Paulo de Carvalho e Mendonça o casal da Granja, em Sintra, e a Francisco Xavier de Mendonça Furtado os casais da Fervença e Campo Raso, no termo da mesma vila; datada de 11 de Julho de 1764. Juntas estão as escrituras de venda e ainda as de aquisição de vários padrões de tenças com que os compradores pagaram ao vendedor o preço arbitrado aos casais.

305 × 215 — 40 fls. e 345 × 220 — 6 fls.

Maço 12

**268** ————— Carta de Padrão e de Tença de juro de herdade para sempre a favor de Francisco Manuel Maria Sarmiento com a administra-

ção em sua vida da Capela que instituíram João Guterres e Gonçalo Guterres; dada em Lisboa a 22 de Abril de 1766 por El-Rei D. José I.  
310×210 — 12 fls. de pergaminho.  
Maço 12

269 ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Francisco Manuel Maria Sarmiento como administrador em sua vida da Capela que instituíram João Guterres e Gonçalo Guterres; dada em Lisboa a 6 de Maio de 1766 por El-Rei D. José I.  
330×275 — 6 fls. de pergaminho.  
Maço 12

270 ————— Carta de Padrão e de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Francisco Manuel Maria Sarmiento como administrador em sua vida da Capela que instituíram João Guterres e Gonçalo Guterres; dada em Lisboa a 22 de Maio de 1766 por El-Rei D. José I.  
335×282 — 8 fls. de pergaminho.  
Maço 12

271 ————— Carta de Padrão de Tença de juro e herdade para sempre a favor de Francisco Manuel Maria Sarmiento com a administração em sua vida da Capela que instituíram João Guterres e Gonçalo Guterres; dada em Lisboa a 27 de Maio de 1766 por El-Rei D. José I.  
347×277 — 8 fls. de pergaminho.  
Maço 12

272 ————— Carta de Padrão de Tença de juro e herdade para sempre, às Religiosas do

Convento da Rosa; dada em Lisboa a 9 de Julho de 1773 por El-Rei D. José I.  
300×247 — 10 fls. de pergaminho.  
Maço 12

273 ————— Breve de Decínio que teve principio em 15 de Setembro de 1779 e havia de findar no mesmo dia e mês do ano de 1789, passado por Sua Santidade o Papa Pio VI a favor da Rainha D. Maria Francisca para poder dispor do Rendimento das Comendas vagas das três ordens militares assim da Coroa como das que que pertenciam à Casa de Bragança.  
660×480 — 1 fl. de pergaminho.  
Maço 12

274 ————— Vários papeis relativos aos padroões de juros que foram do Colégio de Nossa Senhora da Assunção da Cotovia e de que Sua Magestade a Rainha D. Maria I fez doação aos Padres de S. Camilo que instituiu. Inclui um padrão. Anos de 1787 e 1788.  
350×226 — 23 fls. não numeradas.  
Maço 12

275 ————— Carta de Padrão de Tença, de juro e herdade, assentado no Almojarifado, da cidade de Évora, a favor de D. José António Plácido Lobo da Silveira, como administrador do Morgado e Baronía de Alvito a que a mesma tença ficou vinculada; dada em Lisboa a 2 de Junho de 1788 e assinada pela Rainha Senhora D. Maria I.  
338×243 — 10 fls. de pergaminho.  
Maço 12

276 ————— Carta de Mercê vitalícia do Officio de Guarda-Mór dos Pinhais da Azambuja

a fávôr de Francisco Pedro de Souto-Maior com o ordenado de sessenta mil réis cada ano pago pela folha dos Armazéns da Guiné e Índia; dada e assinada pela Rainha D. Maria I, em 30 de Março de 1789. Com vestígios de selo pendente.  
331 × 295 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 12

277 ————— Carta de Mercê a António Teles de Menezes, aprovando a renúncia que nele fez seu pai Francisco Teles Barreto de Menezes, do Ofício de Juiz dos Órfãos da cidade do Rio de Janeiro de que foi último proprietário, durante a sua vida, e conceder-lhe a nomeação depois da morte do dito seu pai, por sua vida somente; dada por D. Maria I e assinada pelo Príncipe Regente, em Lisboa, a 22 de Outubro de 1798.  
390 × 267 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 12

### Século XIX

278 ————— Carta de Mercê da propriedade do Ofício de Juiz dos Órfãos da Vila de Monte Alegre, a favor de António Vieira da Fonseca; dada e assinada pelo Príncipe Regente D. João (depois D. João VI), aos 3 de Novembro de 1800. Com um selo branco das armas reais.  
Maço 13

279 ————— Carta de Mercê da propriedade do Ofício de Escrivão da Vara do Meirinho Geral do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e do Juízo Geral delas a favor de Amaro José Evangelista da Silva, filho único de João Evangelista da Silva, último proprietário do mesmo

ofício. Dada em Lisboa, a 16 de Novembro de 1801, por D. João VI.  
520 × 327 — Pergaminho.

Maço 13

280 ————— Carta de Mercê ao Bacharel João Silvério Cerqueira Gomes, do lugar de Juiz de Fora da Vila de Ponte de Lima; dada pelo Príncipe D. João, a 29 de Março de 1803.  
355 × 265 — 1 fl. de pergaminho. Tem pendente um selo em papel com as armas reais.

Maço 13

281 ————— Carta de Mercê do Ofício de Inquiridor, Contador e Distribuidor do concelho de S. Martinho de Mouros, comarca de Lamego, a António José Gomes do Rego, em reconhecimento aos serviços de seu pai Manuel Gomes do Rego, Capitão-Mór de Sontoza; dada por El-Rei D. João VI, a 9 de Março de 1804.  
283 × 282 — 2 fls. de pergaminho tendo suspenso um selo de papel cunhado das armas de D. João VI.

Maço 13

282 ————— Carta de Mercê dos Ofícios de Escrivão dos Órfãos, da Câmara e Almotaxaria do concelho de S. Martinho de Mouros, comarca de Lamego, a favor de António José Gomes do Rego e em atenção aos serviços de seu pai Manuel Gomes do Rego que foi Capitão-Mór de Sontoza; passada a 9 de Março de 1804, e assinada por Francisco Xavier de Vasconcelos Coutinho, José Bernardo da Gama e Diogo Inácio de Pina Manique, em nome de Sua Magestade El-Rei D. João VI.  
285 × 270 — 2 fls. de pergaminho.

Maço 13

**283** ————— Carta de Recopilação de Privilégios de Ulrico Leopoldo Erevast, Vice-Cônsul da Nação Russiana, em Lisboa, passada em nome de El-Rei D. João VI, a 3 de Abril de 1818.  
303×215 — 2 fls. de pergaminho com o selo branco das armas reais.

Maço 13

**284** ————— Carta de Mercê da Comenda de Nossa Senhora da Assunção da Vila da Azambuja, na Ordem de Cristo, ao Conde de S. Vicente, Manuel José Carlos da Cunha Silveira de Lorena em verificação de 2.<sup>a</sup> vida de que a 1.<sup>a</sup> foi verificada em seu avô; dada e assinada por D. Miguel, em 9 de Dezembro de 1830.  
370×242 — 2 fls. de pergaminho com vestígios de selo pendente.

Maço 13

**285** ————— Carta de Mercê da Alcaidaria-Mór de Penha Garcia ao Conde de S. Vicente, Manuel José Carlos da Cunha Silveira de Lorena; dada por El-Rei D. Miguel, em 20 de Dezembro de 1830.  
370×270 — 2 fls. de pergaminho com vestígios de ter tido selo pendente.

Maço 13

**286** ————— Carta de Mercê da Comenda de Santa Marinha de Moreira, para o Conde de S. Vicente, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Frei Manuel Carlos da Cunha Silveira e Lorena, como verificação da 2.<sup>a</sup> vida em que seu avô o Conde Manuel Carlos da Cunha e Silveira fora a 1.<sup>a</sup>; dada em Lisboa, a 28 de Dezembro de 1830 e assinada por El-Rei D. Miguel. Tem junta

uma outra carta régia pela qual El-Rei D. Miguel o dá por livre e quite do pagamento dos três quartos do rendimento da Comenda, e que é passada em Lisboa, a 28 de Dezembro de 1830, numa folha de papel, assinada por El-Rei e com o selo branco da Ordem de Cristo.  
540×270 — Pergaminho dobrado em duas folhas, com vestígios de ter tido o selo pendente.

Maço 13

## ÍNDICE GERAL ONOMÁSTICO E LOCATIVO

### A

Abreu (António) . . . . .	Fls. 123.
Abreu Pais (Nicolau) . . . . .	» 155.
Administração da Fazenda da Casa Real . . . . .	» 83.
Aguiar . . . . .	» 147, 158.
Aguiar de Sousa . . . . .	» 189, 162.
Albufeira . . . . .	» 142.
Albuquerque (João de) . . . . .	» 158.
Alcácer do Sal . . . . .	» 124.
Alçobaça . . . . .	» 126.
Alfândega das Sete Casas. . . . .	» 28.
Aljubarrota . . . . .	» 132.
Almada (D. Antão) . . . . .	» 120.
Almeida Araújo (António de) . . . . .	» 144.
Almoster . . . . .	» 138.
Alves de Aguiar (António) . . . . .	» 73.
Alves Ferreira (António) . . . . .	» 108.
Alves dos Reis (António). . . . .	» 73.
Alves Ribeiro (Raimundo Ilde- fonso) . . . . .	» 19.
Ançã . . . . .	» 126.
Anciães . . . . .	» 148.
Anes Caro (Pedro) . . . . .	» 93.
Angra . . . . .	» 95.
Anhaya de Andrade (Manuel) . . . . .	» 139.
Antunes (Manuel) . . . . .	» 69.
Antunes Moreira (Francisco). . . . .	» 157.
Aranda (Bartholomeu). . . . .	» 173.

Aranha (P. <sup>e</sup> Francisco)	Fls. 88.
Araújo (António Alvares da Cunha e)	» 17.
Araújo Lima (António de)	» 62, 65, 66.
Arsenal de Marinha	» 34.
Ataide (D. Isabel)	» 119.
Ataide (Jerónimo de)	» 107.
Aveiro	» 132.
Avô	» 160.
Azevedo (Melchior)	» 126.
Azevedo Barros (João de)	» 172.
Azevedo Coutinho (Domingos)	» 139.
Azevedo Lobo (Manuel d')	» 171.
Azevedo Peleija (Francisco de)	» 170.
Azevedo Pereira (António de)	» 172.
Azevedo Rolles (Manuel de)	» 166.

B

Baçaim	Fls. 120.
Baía	» 94.
Ballin (P. <sup>e</sup> de)	» 91.
Barbosa e Lima (Luís Caetano de)	» 55.
Barreiro	» 166.
Barreto (D. Joana)	» 162.
Barreto de Pina (Miguel)	» 155.
Barros (José)	» 170.
Batalha (Luiz)	» 128.
Baptista (João)	» 131.
Baptista de Andrade (João)	» 57.
Baptista de Araújo (P. <sup>e</sup> João)	» 50.
Beja	» 149, 151.
Benavente	» 173.
Beringel	» 126.
Besteiros	» 123, 155, 160.
Bessa Negrão (Manuel Gomes)	» 177.
Bivar (Visconde de)	» 28.
Borges de Azevedo (Cyro da Costa)	» 67.
Borges de Bettencourt (António)	» 97.
Borges de Barros (Dionísio)	» 148.
Botelho Cabral (Francisco)	» 122.
Bouro	» 126.
Braga	» 56.
Bragança	» 57, 175.
Brandão (Dr. Carlos)	» 121.

Brito e Cunha (António Bernardo)	Fls. 132.
Brito e Silva (Dr. João José de)	» 37.
Buarcos	» 156.

C

Cabeceiras de Basto	Fls. 148.
Cabral Camelo (João)	» 142.
Cabral da Costa (Cipriano Henrique)	» 26, 27, 28, 35.
Cabral de Mesquita (Sebastião)	» 168.
Cadot (Luiz)	» 44, 45.
Caetano (Luiza)	» 168.
Caldas (P. <sup>e</sup> Manuel)	» 156.
Caldas da Rainha	» 154.
Câmara de Lobos	» 47.
Câmara Municipal de Lisboa	» 33.
Campos Magro (Domingos José)	» 169.
Canto de Bouro	» 153.
Cardoso (Damião)	» 131.
Cardoso (Gaspar)	» 138.
Cardoso (Pedro)	» 126.
Cardoso Ferreira (Luiz)	» 157.
Cardoso da Silva (António)	» 175.
Cardoso da Silva (José)	» 149.
Carnaxide	» 120.
Carneiro de Sequeira (António)	» 150.
Carvalhais (Tombo de)	» 104.
Carvalho (António)	» 140.
Carvalho (Sebastião)	» 135.
Carvalho de Andrade (José)	» 86, 90.
Carvalho e Mendonça (P. <sup>e</sup> Paulo)	» 179.
Casa de Atouguia	» 107.
Casa de Aveiro	» 102.
Casa de Bragança	» 17, 46.
Casa do Infantado	» 23.
Casa da Moeda	» 46.
Casa do Pedroso	» 18, 51, 113.
Casa Pia de Lisboa	» 34.
Casa das Senhoras Rainhas	» 24, 27, 31.
Casa da Suplicação	» 21, 23, 32, 135.
Casa de Távora	» 104.
Casevel	» 134.
Castanho (António)	» 129.
Castelo Branco (António Caldeira)	» 164.
Castelo Branco (João Alberto)	» 73.

Castelo Branco (António Tomaz de Assa) . . . . .	Fls. 28.
Castelo Rodrigo . . . . .	» 143.
Castelo de Vide . . . . .	» 120.
Castilho (Júlio de) . . . . .	» 19, 20.
Castro (Roque de) . . . . .	» 161.
Castro e Costa (Domingos) . . . . .	» 158.
Catarina da Gran-Bretanha (Rainha) . . . . .	» 152.
Cavaleiro da Silva (António) . . . . .	» 138.
Cerqueira Gomes (João Silvério) . . . . .	» 183.
Cezimbra . . . . .	» 144.
Chancelaria da Côrte . . . . .	» 21, 31.
Chancelaria-Mór do Reino. . . . .	» 21.
Chaul . . . . .	» 129.
Chaves Cabral (Manuel Pereira) . . . . .	» 166.
Coelho (Martins) . . . . .	» 134.
Coelho de Castro (Manuel) . . . . .	» 173.
Coelho de Macedo (José) . . . . .	» 159.
Coelho de Melo (Raimundo) . . . . .	» 57.
Coelho de Torres (Domingos) . . . . .	» 161.
Coimbra . . . . .	» 53, 128, 129, 139, 140, 145.
Colégio dos Nobres. . . . .	» 69.
Conceição (D. Margarida Cândida) . . . . .	» 50.
Conde de Funchal . . . . .	» 114.
Conde de S. Vicente . . . . .	» 184.
Conselho Ultramarino . . . . .	» 44.
Correia de Avelar (Matias) . . . . .	» 159.
Correia de Azevedo (Félix) . . . . .	» 40.
Correia da Silva (Cristóvam) . . . . .	» 169.
Correia de Sousa (José) . . . . .	» 165.
Costa (João) . . . . .	» 126.
Costa Bonicho (Manuel da) . . . . .	» 140.
Costa Ferrão (Gaspar da) . . . . .	» 171.
Costa Franco (Francisco) . . . . .	» 96.
Costa Freire (António) . . . . .	» 110.
Costa Gomes (José) . . . . .	» 85.
Costa Loireiro (Caetano da) . . . . .	» 102.
Costa Mimoso (Manuel da) . . . . .	» 163.
Costa e Silva (Bento da) . . . . .	» 136.
Costa e Sousa (Sebastião da) . . . . .	» 162.
Couros Carneiro (António de) . . . . .	» 151.
Coutinho (D. Mariana) . . . . .	» 136.
Coutinho de Vasconcelos (Matias de Carvalho) . . . . .	» 53, 56.
Couto (Domingos do) . . . . .	» 129.
Craeskek de Carvalho (Francisco José da Serra) . . . . .	» 57.

Cunha Carneiro (Pedro da) . . . . .	Fls. 146.
Cunha e Sousa (Manuel da) . . . . .	» 47.
Currelos . . . . .	» 118.

D

Damiana (Angela) . . . . .	Fls. 139.
Décimas da Cidade e Estremadura . . . . .	» 18, 26, 29, 30.
Deia (Tomaz) . . . . .	» 177, 178.
Delgado de Oliveira (José) . . . . .	» 142.
Dias (António) . . . . .	» 124.
Dias Cegonha (Manuel) . . . . .	» 153.
Dias (Isabel) . . . . .	» 136, 137.
Dias da Silva (Gregório) . . . . .	» 74.
Dias Palma (Fernão) . . . . .	» 128.
Diu . . . . .	» 121.
Domingues (Gaspar) . . . . .	» 122.
Domingos Correia (António) . . . . .	» 147.
Donas Boto (José António Pinto) . . . . .	» 176.
Dontel de Almeida (António) . . . . .	» 175.

E

Elvas . . . . .	Fls. 46, 86, 119, 136, 143, 153, 154.
Enxara dos Cavaleiros. . . . .	» 139.
Erevast (Ulrico Leopoldo) . . . . .	» 184.
Estaus (Palácio des) . . . . .	» 19, 23.
Evangelista da Silva (Amaro José) . . . . .	» 182.
Evaristo da Silva (João) . . . . .	» 41, 42.
Évora . . . . .	» 47, 84, 142, 143, 152, 157, 161, 163, 164.
Estremoz . . . . .	» 125.

F

Faria Pinto (António) . . . . .	Fls. 135.
Farinha (Tomé) . . . . .	» 140.
Feliciano de Andrade (António) . . . . .	» 17.
Fernandes de Carvalho (António) . . . . .	» 133.
Fernandes Costa (Dr. António) . . . . .	» 104.
Fernandes de Vilanova (Pedro) . . . . .	» 128.
Ferreira (Macio) . . . . .	» 145.

Ferreira de Horta (Dr. José) . . .	Fls. 172, 173.
Ferreira Lobo (José Joaquim) . . .	» 25.
Ferreira de Matos (João) . . .	» 77.
Ferreira de Mendonça (António Pedro Torquato) . . . . .	» 66.
Ferreira de Oliveira (Francisco) . . .	» 151.
Ferreira Rego (António) . . .	» 77.
Ferreira de Veiga (Domingos) . . .	» 68.
Ferreira de Veiga (José) . . .	» 68.
Figueiredo (P. <sup>o</sup> Reitor Joseph) . . .	» 88.
Figueiredo (Sebastião Maria) . . .	» 28.
Figueiredo e Silva (Faustino José Lopes de Sá Nogueira) . . . . .	» 115.
Fonseca Bravo (Gaspar da) . . .	» 141.
Fonseca Coutinho (D. Violante) . . .	» 90.
Fonseca e Sousa (Francisco da) . . .	» 89, 42.
Fontes (D. Damiana Maria de) . . .	» 164.
Francisca (Rainha Dona Maria) . . .	» 181.
Francisco do Couto (Ignacio) . . .	» 163.
Freyre de Bulhoens (Tomé) . . .	» 166.
Freitas (D. Antonia de) . . .	» 156.
Freixo de Espada à Cinta) . . .	» 140.
Froment (Carlos José) . . .	» 19.
Fundão . . . . .	» 151.

G

Galvão Galego (Estêvão) . . .	Fls. 142.
Gavião (António) . . . . .	» 126.
Giraldes Ribeiro (Pedro) . . .	» 154.
Goa . . . . .	» 173.
Godart (João) . . . . .	» 161.
Gomes Baptista (José) . . . . .	» 17.
Gomes Botto (Francisco) . . .	» 79.
Gomes de Carvalho (Helena) . . .	» 142.
Gomes Castanho (Manuel) . . .	» 151.
Gomes de Elvas (Luiz) . . .	» 119.
Gomes Farto (João) . . . . .	» 47.
Gomes Monteiro (Bartolomeu) . . .	» 75.
Gomes Peixoto (Diogo) . . . . .	» 45.
Gomes do Rego (António José) . . .	» 183.
Gomes Teixeira (Dr. Joaquim) . . .	» 96.
Gonçalves Castel Branco (Ruy) . . .	» 120.
Gonçalves Cordeiro (Pedro) . . .	» 50.
Gonçalves Victório (Jerónimo) . . .	» 40, 41, 43.
Gouvea Menezes (Alexandre Me- telo) . . . . .	» 44.
Gouveia . . . . .	» 62.

Graces da Mota (Manuel) . . . . .	Fls. 147.
Graciosa . . . . .	» 124.
Guarda . . . . .	» 184, 166.
Guedes de Sá (João) . . . . .	» 162.
Guimarães . . . . .	» 115, 122, 136, 146, 155, 163, 169.
Guterres (João) . . . . .	» 180.

H

Henriques de Cabrera (D. João Tomaz) . . . . .	Fls. 167.
Hospital de Marinha . . . . .	» 74.
Hospital de Todos-os-Santos . . .	» 71.

I

Ignácio da Ponte (João) . . . . .	Fls. 115.
Ilhavo . . . . .	» 161.
Instituto Nacional de Estatística .	» 35.

J

João (Domingos) . . . . .	Fls. 146.
Jordão de Freitas (Dr.) . . . . .	» 36.
Jorge (João) . . . . .	» 107.
Junta de Crédito Público . . . . .	» 23, 28.

L

Lamego . . . . .	Fls. 126, 144.
Leão (Dr. Valério Joseph) . . .	» 96.
Leiria . . . . .	» 157.
Leitão (Joseph Alberto) . . . . .	» 102, 104.
Lemos (Manuel de) . . . . .	» 148.
Lemos Magalhães (Diogo de) . . .	» 150.
Lemos Monteiro (Jerónimo) . . .	» 77, 111.
Lemos Palha (D. Ana) . . . . .	» 149.
Lemos e Távora (Luiz Coelho) . .	» 162.
Levelasca (João Baptista) . . . .	» 120.
Levins (Pedro Luiz) . . . . .	» 174, 179.
Liberato (Francisco) . . . . .	» 116.
Lifebetten (P. <sup>o</sup> van) . . . . .	» 91.
Lima e Castro (Dr. Thomaz An- tónio de Carvalho) . . . . .	» 53.

Lima de Sampaio (António de) . . . . .	Fls. 160.
Linhares . . . . .	» 163.
Lisboa . . . . .	» 129, 159.
Lisboa (Colégios da Cotovia e S. Francisco de Borja) . . . . .	» 68.
Lisboa (Colégio de Santo Antão) . . . . .	» 70.
Lisboa (Colégio de S. Francisco Xavier) . . . . .	» 74.
Lisboa (Colégio de S. Patrício dos Irlandeses) . . . . .	» 76.
Lisboa (Colégio de S. Roque) . . . . .	» 78.
Lisboa (Noviciado de Arroios) . . . . .	» 74.
Lobão (António) . . . . .	» 124.
Lobo de Menezes (D. Manuel) . . . . .	» 119.
Lobo da Silveira (D. José António Plácido) . . . . .	» 181.
Lopes (P. <sup>o</sup> Reitor Francisco) . . . . .	» 88.
Lopes (Gaspar) . . . . .	» 141.
Lopes Coelho (Ambrósio) . . . . .	» 76.
Lopes Leão (Miguel) . . . . .	» 107.
Lopes de Oliveira (João) . . . . .	» 19.
Loulé . . . . .	» 164.
Luiza (Rainha Dona) . . . . .	» 134.

III

Macedo (Ambrósia) . . . . .	Fls. 144.
Macedo (Diogo) . . . . .	» 136.
Machado Avelar (Diogo) . . . . .	» 146.
Mafra . . . . .	» 135, 148.
Magalhães (António de) . . . . .	» 148.
Magalhães de Menezes (Dr. Manuel) . . . . .	» 140.
Magalhães de Menezes (Tomé) . . . . .	» 135.
Maia . . . . .	» 130.
Malabar . . . . .	» 94.
Malagrida (Padre Gabriel) . . . . .	» 52, 77.
Manuel (D. Constança) . . . . .	» 178.
Manuel (D. Pedro) . . . . .	» 125.
Maranhão . . . . .	» 94.
Mariana . . . . .	» 177.
Marques (António) . . . . .	» 138.
Marquez de Alegrete (Fernão Teles da Silva) . . . . .	» 147, 155, 156, 158, 163.
Marquez de Palmela . . . . .	» 115.
Marqueza de Tancos (D. Constança Manuel) . . . . .	» 178.

Martins (Simão) . . . . .	Fls. 160.
Martins de Barros (Francisco) . . . . .	» 154.
Mascarenhas Alencastre (D. Fernando Martins) . . . . .	» 161, 162.
Matos de Carvalho (Dr. Manuel) . . . . .	» 96.
Matos Mexia (João) . . . . .	» 171.
Meira Peixoto (Manuel de) . . . . .	» 163.
Melo (Manuel) . . . . .	» 132.
Melo Matos (Cap. Gastão de) . . . . .	» 49.
Mendes (João) . . . . .	» 133.
Mendes de Araujo (Francisco) . . . . .	» 121.
Mendes de Avila (Sebastião) . . . . .	» 131.
Mendes da Silva (Gregório) . . . . .	» 133.
Mendonça Cortez (João José de) . . . . .	» 26, 28.
Mendonça Furtado (Francisco Xavier) . . . . .	» 179.
Mesa da Consciência . . . . .	» 17.
Mesão Frio . . . . .	» 171.
Mesquita e Moura (Dr. António) . . . . .	» 95, 96.
Mesquitela . . . . .	» 158.
Ministério da Guerra . . . . .	» 32.
Ministério da Marinha . . . . .	» 32.
Mira de Carvalho (João) . . . . .	» 132.
Mira de Carvalho (Manuel de) . . . . .	» 162.
Miranda . . . . .	» 137.
Miranda (Jerónimo Henrique) . . . . .	» 159.
Miranda Henriques (D. Josefa Maria Helena) . . . . .	» 174.
Mô (Francisco) . . . . .	» 120.
Mombaça . . . . .	» 122.
Moncorvo . . . . .	» 133.
Moniz Limpa (Brites) . . . . .	» 135.
Monte Alegre . . . . .	» 182.
Monte Argil . . . . .	» 176.
Montemór-o-Novo . . . . .	» 92, 132, 140, 145, 162.
Monteiro Pereira (Diogo) . . . . .	» 146.
Monteiro Preto (António) . . . . .	» 128.
Montes de Lemos (Diogo) . . . . .	» 165.
Morais (Gaspar de) . . . . .	» 137.
Morais (João Pedro) . . . . .	» 172.
Moreira (João) . . . . .	» 156.
Moreira Piménta (António) . . . . .	» 152.
Morgado de Pedroso . . . . .	» 18, 51, 113.
Moura . . . . .	» 119, 132.
Moura (D. Maria de) . . . . .	» 164.
Moura e Silva (Manuel Inácio de) . . . . .	» 70, 72.
Mourão . . . . .	» 135.

N

Neto (Diogo) . . . . .	Fls. 144.
Netto Pinças (Diogo) . . . . .	» 47.
Nunes (Pedro de) . . . . .	» 129.
Nunes Leitão (Tenente Coronel Manuel). . . . .	» 174.
Nunes Madeira (João) . . . . .	» 160.

O

Oliveira (Mateus) . . . . .	Fls. 142.
Oliveira do Conde . . . . .	» 118.
Olivença . . . . .	» 119.

P

Pacheco e Lima (André) . . . . .	Fls. 168.
Paço de Sousa (Mesa Abacial) . . . . .	» 86.
Pais (José). . . . .	» 151.
Pais Lobo (José). . . . .	» 165.
Pangim. . . . .	» 129.
Panoias. . . . .	» 160.
Pará. . . . .	» 95.
Paris (Giraldo) . . . . .	» 120.
Parreira Branco (Joaquim) . . . . .	» 36.
Pascoalinho (António Joaquim) . . . . .	» 116.
Patriarcal . . . . .	» 33, 45.
Pedro dos Reis (Joaquim). . . . .	» 115.
Pedroso de Almeida (António José). . . . .	» 19.
Penafiel . . . . .	» 145, 146, 147, 151.
Penedono . . . . .	» 141.
Peniche . . . . .	» 166.
Pereira de Azevedo (José) . . . . .	» 164.
Pereira de Azevedo (Manuel). . . . .	» 165.
Pereira de Castro (Gabriel) . . . . .	» 123, 131.
Pereira Coutinho (Dr. Francisco de Lemos) . . . . .	» 54.
Pereira de Lacerda (Francisco) . . . . .	» 96.
Pereira Garcez (Francisco) . . . . .	» 25.
Pereira Homem (Braz). . . . .	» 145.
Pereira Maldonado (Bernardo Lo- pes) . . . . .	» 75.
Pereira de Medeiros (José) . . . . .	» 98.
Pereira Rego (Pascoal). . . . .	» 170.
Pereira da Silva (João José) . . . . .	» 170.

Pereira de Sousa (Bernardo). . . . .	Fls. 166.
Peres de Figueiredo (António) . . . . .	» 145.
Pessanha Falcão (António) . . . . .	» 152.
Picanço (António Faria) . . . . .	» 125.
Picheiro (Manuel) . . . . .	» 134.
Pina Olival (Luiz de) . . . . .	» 150.
Pinheiro d'Araujo (João) . . . . .	» 164.
Pinheiro de Azere . . . . .	» 129.
Pinheiro de Macedo (Tomé) . . . . .	» 130.
Pinheiro da Silva (Sebastião) . . . . .	» 130, 132.
Pinhel . . . . .	» 138.
Pinto Bacelar (Fernão). . . . .	» 150.
Pinto Cabral (Jerónimo) . . . . .	» 171.
Pinto de Carvalho (Timotio) . . . . .	» 169.
Pinto Homem (João) . . . . .	» 144.
Pinto Meyreles (António). . . . .	» 140.
Pinto Pacheco (Francisco) . . . . .	» 147.
Pinto de Saldanha (João) . . . . .	» 115.
Policarpo (José). . . . .	» 103.
Pombal . . . . .	» 141.
Pombalinho . . . . .	» 170.
Ponta Delgada . . . . .	» 97.
Ponte de Lima . . . . .	» 183.
Fonte Pedreira (Manuel da) . . . . .	» 143.
Portalegre . . . . .	» 90, 119, 170.
Portimão . . . . .	» 92.
Porto . . . . .	» 56, 131, 134, 146, 147, 149, 150, 162, 172.
Portugal (D. João de) . . . . .	» 125.
Proença e Lemos (Dr. Alexandre) . . . . .	» 96.
Provedoria Geral dos Recolhi- mentos . . . . .	» 33.

R

Rau (Doutora Virgínia) . . . . .	Fls. 39.
Ramos de Miranda (Francisco) . . . . .	» 148.
Rebelo (Dr. Francisco) . . . . .	» 134.
Rebelo (José António). . . . .	» 16.
Rebelo Andrade (António) . . . . .	» 178.
Rebelo da Fonseca (Manuel). . . . .	» 143.
Rebelo de Lemos (Miguel) . . . . .	» 141.
Rebelo Vieira (João) . . . . .	» 143.
Regalados . . . . .	» 170.
Rego e Albuquerque (João do) . . . . .	» 169.
Reguengo de Gradil . . . . .	» 137.
Reis (Maria da Conceição dos) . . . . .	» 154.

Reis Pereira (Dr. Bento António dos)	Fls. 92, 93.
Ribeira de Rena.	» 122.
Ribeiro (António)	» 146.
Ribeiro Rangel (José)	» 149.
Rocha (Domingos)	» 130.
Rodrigues (Manuel)	» 139.
Rodrigues de Azambuja (Fernão)	» 65.
Rodrigues da Costa (Mateus Gregório)	» 19.
Rodrigues de Macedo (Bento)	» 55.
Rodrigues de Pina (António)	» 152.
Roiz (José António)	» 160.
Roiz Caldas (João)	» 50, 111.
Roiz de Oliveira (João)	» 151.
Rosado (Padre José)	» 175.

§

Sá Lopes (Dr. António Pedro de Alcântara e)	Fls. 96.
Saldanha (Manuel)	» 149.
Sande e Vasconcelos (D. Bernarda Tereza Campers)	» 105, 106.
Sanfins	» 146.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	» 73.
Santarém	» 77, 157, 164, 165, 168, 172, 173.
Santos (Isabel Maria dos)	» 165.
Santos Nogueira (Bernardo)	» 46.
Santos Pinto (António)	» 18, 50, 110, 111.
S. Fins	» 135.
S. Galhos	» 133.
S. João d'Arcos	» 129.
S. João da Pesqueira	» 114.
S. Martinho de Mouros	» 139, 183.
Saraiva de Matos (João)	» 143.
Sarmento (Manuel Maria)	» 179, 180.
Sarmento (Padre Francisco)	» 167.
Satão	» 145.
Sequeira Leitão (Manuel de)	» 152.
Serpa Pimentel (Conselheiro)	» 28, 29.
Serpins	» 143.
Serrão (Dr. João)	» 138, 144, 154, 167.
Setúbal	» 77, 160.
Silva (Francisco António)	» 116.
Silva (Lourenço da)	» 122.

Silva (Luiz da)	Fls. 147.
Silva (Manuel da)	» 129, 153.
Silva (Maria da)	» 153.
Silva (P. <sup>e</sup> Paulo)	» 122.
Silva (Pedro da)	» 129.
Silva Barradas (Luiz da)	» 157.
Silva Castelo (Diogo da)	» 157.
Silva Falcão (Diogo da)	» 133.
Silva Freire (Inocência Alvares)	» 78.
Silva Granate (Francisco de Paula de Oliveira da Cunha)	» 106.
Silva de Meneses (Francisco)	» 121.
Silva Pereira (Lourenço)	» 149.
Silva Pontes (Francisco Xavier)	» 40.
Silva Quintanilha (Dr. Henrique Joseph)	» 96.
Silva Rosa (Francisco da)	» 69.
Silva Soares (António da)	» 164.
Silveira de Lorena, Conde de S. Vicente, Manuel José Carlos da Cunha	» 184.
Simões (Henriques)	» 118.
Sintra	» 179.
Soares (João)	» 124.
Soares de Aquino (João)	» 73.
Soeiro Magro (António)	» 175.
Sortelha	» 150.
Sousa (Alvaro)	» 127.
Sousa (Elena de)	» 168.
Sousa (Manuel Joaquim)	» 74.
Sousa Ferreira (José de)	» 173.
Sousa Jorge (João)	» 54.
Sousa Machado (António de)	» 158.
Sousa Neto (João de)	» 143.
Sousa Teixeira (Francisco de)	» 153.
Sousa de Vasconcelos (Bartolomeu)	» 136.
Souto	» 141.
Souto-Maior (Francisco Pedro)	» 182.
Start (Artur)	» 161.
Subsídio Literário	» 18, 51.

T

Tavares de Carvalho (Francisco)	Fls. 145.
Távora (D. Brigida)	» 65, 67, 68.
Távora (Lourenço Pires)	» 125.
Távora (Luiz Alves)	» 104.

Teixeira (P. <sup>o</sup> Pedro) . . . . .	Fls. 61.
Teles (D. Maria) . . . . .	» 125.
Teles de Faro (Fernando) . . . . .	» 49.
Teles de Menezes (António) . . . . .	» 182.
Teles da Silva (Manuel) . . . . .	» 135, 142.
Tesouraria Geral dos Cativos . . . . .	» 17.
Tomázia (D. Leonor) . . . . .	» 104.
Torre de Moncorvo . . . . .	» 158.
Torre do Tombo . . . . .	» 21, 28, 31, 53.
Torres (Gaspar) . . . . .	» 137.
Torres Vedras . . . . .	» 148, 154, 155, 157.
Trancoso . . . . .	» 140.
Três Ordens Militares . . . . .	» 17.
Tribunal do Tesouro Público . . . . .	» 19, 20, 21, 23.

U

Universidade de Coimbra. . . . .	Fls. 54, 55.
Usard (Daniel) . . . . .	» 177, 178.

V

Vagos . . . . .	Fls. 123.
Valongo . . . . .	» 141.
Varela de Pina (João) . . . . .	» 126.
Vasconcelos (Francisco Manuel) . . . . .	» 157.
Vaz de Carvalho (José) . . . . .	» 163.
Vaz Coimbra (António) . . . . .	» 15, 17, 40, 41, 42.
Vaz Magalhães (António) . . . . .	» 170.
Vaza César (Joaquim) . . . . .	» 154.
Velho Oldemberg (Feliciano) . . . . .	» 110.
Veloso de Araújo (Miguel) . . . . .	» 46.
Veloso Valeiro (Pedro) . . . . .	» 137, 138.
Viana do Alentejo . . . . .	» 161.
Viana do Castelo . . . . .	» 56, 151.
Vicente (Principal Henrique) . . . . .	» 104.
Vidigal (Estêvão Galego) . . . . .	» 76.
Viegas (Anna) . . . . .	» 124.
Vieira . . . . .	» 124, 144.
Vieira (Lucas) . . . . .	» 102.
Vieira Botelho (Jerónimo Rodrigues) . . . . .	» 50.
Vieira Matoso (Francisco) . . . . .	» 127.
Vieira da Fonseca (António) . . . . .	» 182.
Vieira da Rocha (Manuel) . . . . .	» 175.
Vieira de Sousa (Miguel) . . . . .	» 141.
Viena (Miguel José) . . . . .	» 172.

Vila Flor . . . . .	Fls. 165.
Vila de Frades . . . . .	» 166.
Vila Nova de Cerveira . . . . .	» 136.
Vila Nova (Pedro Fernandes) . . . . .	» 130, 131, 133, 141.
Vila Viçosa . . . . .	» 90.
Vilhena (D. Filipa) . . . . .	» 104.
Vinhais . . . . .	» 150.
Vizeu . . . . .	» 149, 150.

X

Xavier Soeiro (António) . . . . .	Fls. 45.
-----------------------------------	----------



TRIBUNAL DE CONTAS  
BIBLIOTECA-CDI



TRBC

113x2007